



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

SÉRGIO DE ALBUQUERQUE MONTENEGRO FILHO

**O JORNALISMO INDEPENDENTE E A PANDEMIA EM PERNAMBUCO:
narrativas de interesse público na cobertura do portal Marco Zero Conteúdo**

Recife

2022

SÉRGIO DE ALBUQUERQUE MONTENEGRO FILHO

**O JORNALISMO INDEPENDENTE E A PANDEMIA EM PERNAMBUCO:
narrativas de interesse público na cobertura do portal Marco Zero Conteúdo**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco como requisito para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Área de concentração: Comunicação

Orientador: Prof. Dr. Heitor Costa Lima da Rocha

Recife

2022

Catálogo na fonte
Bibliotecária Mariana de Souza Alves – CRB-4/2105

- M777j Montenegro Filho, Sérgio de Albuquerque
O jornalismo independente e a pandemia em Pernambuco: narrativas de interesse público na cobertura do portal Marco Zero Conteúdo. / Sérgio de Albuquerque Montenegro Filho. – Recife, 2022.
147f.: il. fig.
- Sob orientação de Heitor Costa Lima da Rocha.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2022.
- Inclui referências e apêndices.
1. Comunicação. 2. Construção Social da Realidade. 3. Covid-19. 4. Democracia Deliberativa. 5. Jornalismo Independente. 6. Webjornalismo. I. Rocha, Heitor Costa Lima da. (Orientação). II. Título.
- 302.23 CDD (22. ed.) UFPE (CAC 2022-52)

SÉRGIO DE ALBUQUERQUE MONTENEGRO FILHO

TÍTULO DO TRABALHO: O jornalismo independente e a pandemia em Pernambuco: narrativas de interesse público na cobertura do portal Marco Zero Conteúdo.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Aprovado em: 28.02.2022

BANCA EXAMINADORA

Participação via Videoconferência

PROF. HEITOR COSTA LIMA DA ROCHA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Participação via Videoconferência

PROFA. CAROLINA DANTAS DE FIGUEIREDO
UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR - PORTUGAL

Participação via Videoconferência

PROFA. KAROLINA DE ALMEIDA CALADO
FACULDADE UNYLEYA-BRASÍLIA-DF

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, agradeço ao PPGCOM pela oportunidade que me foi dada. E à UFPE, pelo exemplo de universidade pública de excelência, resistência e avanços.

Ao meu orientador, professor doutor Heitor Rocha, que mesmo antes do meu ingresso no mestrado já apoiava a ideia, e ajudou a conduzir o meu projeto com persistência, estímulo e sabedoria.

Às professoras doutoras Karolina Calado e Carolina Dantas, pelas oportunas e valiosas contribuições nas bancas de qualificação e de defesa. Em nome delas, estendo o agradecimento aos demais professores do PPGCOM, sobretudo pelo esforço redobrado nas aulas online ao longo do período de isolamento social imposto pela pandemia.

Agradeço também a toda equipe administrativa do PPGCOM pelo empenho. Em especial, a Roberta, sempre atenciosa e paciente no esclarecimento das minhas inúmeras dúvidas e angústias.

Aos colegas do mestrado, companheiros de desafios. Boa sorte a todos.

À equipe do portal Marco Zero Conteúdo, representada na pessoa do jornalista Inácio França. Vocês fazem um trabalho imprescindível à sociedade, para o presente e para o futuro. É jornalismo na veia.

Ao amigo professor doutor Ivo Dantas, cujo apoio foi inestimável na reta final desse processo.

Aos amigos antigos e novos, aos que estão perto e aos mais distantes. Não preciso nominá-los, vocês sabem quem são.

Aos companheiros da banda Mavericks, que há anos compartilham comigo a paixão terapêutica pela música. Keep rocking!

Um agradecimento amoroso à minha mãe, Eymar, e ao meu pai, Sérgio (i.m.), que jamais vacilaram na batalha pela minha formação. E aos meus irmãos, pelo apoio de sempre.

À minha amada filha Nathalia. Sua existência e seu amor alegram e estimulam a minha existência.

À minha esposa Mariana, parceira na vida e colega de profissão. Seu amor, seu estímulo e sua paciência me trouxeram até aqui.

Ao Universo e seu Criador, essa energia que me faz seguir sempre em frente.

Os grandes meios de comunicação não têm escolha. Ou aliam-se com a internet e com o jornalismo cidadão, ou irão se marginalizando e tornando-se economicamente insustentáveis. Mas, hoje, essa aliança ainda é decisiva para a mudança social. (CASTELLS, 2011)

Em vez de falar sobre produtores e consumidores de mídia como ocupantes de papéis separados, podemos, agora, considerá-los como participantes interagindo de acordo com um novo conjunto de regras, que nenhum de nós entende por completo. (JENKINS, 2009, p. 4)

RESUMO

A pandemia do novo coronavírus se tornou o principal tema do jornalismo no mundo, no biênio 2020/2021. Nesta pesquisa, analisamos o enfoque narrativo adotado pelo jornalismo independente em Pernambuco ao noticiar o assunto, mais especificamente o do portal Marco Zero Conteúdo, principal veículo independente do Estado, buscando desvendar seus enquadramentos, que priorizam pautas de interesse das periferias, grupos socialmente excluídos, movimentos sociais e comunitários. Com base na análise pragmática da narrativa jornalística, proposta por Luiz Gonzaga Motta, procuramos identificar uma relação intersubjetiva entre narradores e audiência, verificando intencionalidades e estratégias utilizadas para obter a validação dos receptores. Embora utilize recursos retóricos semelhantes aos da grande mídia, o Marco Zero tem base no paradigma construtivista, desvinculando-se dos escudos da objetividade e imparcialidade adotados pelo jornalismo tradicional para eximir-se de envolvimento com os fatos noticiados. Nosso recorte temporal engloba os primeiros seis meses da pandemia, entre março e setembro de 2020, período mais crítico da “primeira onda”, com maiores impactos por conta do ineditismo da doença, gerando notícias por vezes desconstruídas e sem base científica, além de muita desinformação. Dentro das regras propostas por Motta, analisamos várias reportagens que denotam preocupação em contribuir para a compreensão de uma inesperada crise sanitária e as medidas adotadas – ou negligenciadas – por gestores públicos, cientistas e órgãos de prevenção e combate à Covid-19, utilizando informações de setores oficiais e também alternativos, no campo de ciência, nas comunidades e nos bastidores políticos. A pesquisa adota marcos teóricos propostos por autores que trabalham narrativa jornalística, novos meios tecnológicos de comunicação, construção social da realidade, democracia e esfera pública. Entre eles, Motta (2006; 2013; 2017), Castells (2000; 2008; 2013), Schudson (1988; 2010), Traquina (2016) e Habermas (1997; 2002; 2010), nos quais encontramos respaldo importante para verificar se o webjornalismo praticado pelo Marco Zero enquanto mídia independente tem, de fato, potencial para contribuir com a democratização da informação e a inclusão social em Pernambuco.

Palavras-Chave: Construção Social da Realidade; Covid-19; Democracia Deliberativa; Jornalismo Independente; Webjornalismo.

ABSTRACT

The new coronavirus pandemic has become the main topic of journalism around the world, in the 2020/2021 biennium. In this research, we analyze the narrative approach adopted by independent journalism in Pernambuco when reporting the subject. The study focuses specifically on the Marco Zero Content portal, the main independent vehicle of the State, seeking to unveil its frameworks, which prioritize agendas of interest from the periphery, socially excluded groups, social and community movements. Based on the pragmatic analysis of journalistic narrative, proposed by Luiz Gonzaga Motta, we seek to identify an intersubjective relationship between narrators and audience, verifying intentions and strategies used to obtain the receivers' validation. Although it uses rhetorical resources similar to those of mainstream media, Marco Zero is based on the constructivist paradigm, detaching itself from the shields of objectivity and impartiality adopted by traditional journalism to exempt itself from involvement with the reported facts. Our time frame encompasses the first six months of the pandemic, between March and September 2020, the most critical period of the "first wave", with greater impacts due to the novelty of the disease, generating inconsistent news, without scientific basis, in addition to much misinformation. Within the rules proposed by Motta, we analyzed several reports that show a concern to contribute to the understanding of an unexpected health crisis and the measures adopted - or neglected - by public managers, scientists and other entities responsible for the prevention and fight against Covid-19, using information from official as well as alternative sectors, both in the field of science, in communities and behind the scenes of politics. The research adopts theoretical frameworks proposed by authors who work with journalistic narrative, new technological means of communication, social construction of reality, democracy and the public sphere. Among them, Motta (2006; 2013; 2017), Castells (2000; 2008; 2013), Schudson (1988; 2010), Traquina (2016) and Habermas (1997; 2002; 2010), in which we found important supports to verify whether the web journalism practiced by Marco Zero as an independent media has, in fact, the potential to contribute to the democratization of information and social inclusion in Pernambuco.

Keywords: Social Construction of Reality; Covid-19; Deliberative Democracy; Independent Journalism; Web journalism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Foto de coveiro com roupas protetivas em meio a sepulturas	107
Figura 2 –	Ilustração de Bolsonaro dividindo pessoas com e sem máscaras	109
Figura 3 –	Foto de profissionais da saúde contaminados pela Covid-19	111
Figura 4 –	Foto de moradores de assentamento em São Lourenço da Mata	114
Figura 5 –	Foto de faixas de protesto contra a China em frente à embaixada	120
Figura 6 –	Foto de Bolsonaro sem máscara durante caminhada nas ruas	121

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	CAMINHOS QUE LEVAM À INDEPENDÊNCIA	18
2.1	O jornalismo brasileiro e sua trajetória de confrontos	18
2.1.1	<i>A redemocratização e a reinvenção da imprensa</i>	20
2.1.2	<i>Uma trégua, até que o golpe os separe</i>	22
2.1.3	<i>Avanços contra os retrocessos</i>	24
3	CONSTRUÇÃO SOCIAL JOGADA PARA ESCANTEIO	26
3.1	Do lucro à sobrevivência: a imprensa brasileira e o modelo positivista	26
3.2	Quebradeira e excesso de constrangimentos afastam jornalistas das redações	43
3.2.1	<i>Novos enquadramentos tornam mais atrativo o jornalismo independente</i>	46
3.2.2	<i>Escancarando os portões: quem pauta o jornalismo independente?</i>	50
3.2.3	<i>O jornalismo cidadão e o gateopener</i>	56
4	REDES DE INDEPENDÊNCIA E O PRIMEIRO COLETIVO JORNALÍSTICO DE PERNAMBUCO	60
4.1	Webjornalismo, esfera pública e democracia	60
4.2	Independente do que? Autonomia financeira x autonomia ideológica na mídia alternativa	68
4.3	O webjornalismo independente e o ativismo em rede	73
5	NARRATIVAS E CONSTRUÇÃO SOCIAL	82
5.1	Elementos da narrativa e a produção de sentidos	83
5.2	A fenomenologia como base da análise da narrativa jornalística	91
5.3	Procedimentos operacionais da análise pragmática	92
5.4	Negociações e jogos de poder nas narrativas	97
5.5	Enquadramentos e construção social para uma audiência invisível	98
5.6	Estratégias argumentativas e inclusão social	101
5.6.1	<i>Temas</i>	102
5.6.2	<i>Narradores</i>	103
5.6.3	<i>Personagens</i>	104
5.7	Construtivismo e transformação: analisando as narrativas do Marco Zero	105

6	CONCLUSÃO	124
	REFERÊNCIAS	128
	APÊNDICE A – LINKS PARA AS REPORTAGENS DO CORPUS	
	DA PESQUISA	133
	APÊNDICE B – ENTREVISTA COM O JORNALISTA	
	INÁCIO FRANÇA	140

1 INTRODUÇÃO

O Século 20 foi marcado pelo poder das elites econômicas e políticas, de influência decisiva na deflagração de guerras e golpes, crises do mercado financeiro e expansão da pobreza. No Brasil, ainda nos reflexos da relação entre colonizadores e colonizados, pequenos grupos poderosos predominaram sobre a vontade da maioria, influenciando nas “sístoles e diástoles” da democracia.¹ A quadra histórica atual, iniciada na metade dos anos 80 do Século 20, já se configura como a mais longa das “diástoles” experimentadas em pouco mais de 130 anos de período republicano. E mesmo dentro desse espaço temporal de relativa liberdade, ameaças de novas “sístoles” pairam sobre a nossa frágil democracia.

Ao longo da história brasileira, o jornalismo em geral se manteve à sombra das elites, como forma de garantir a própria sobrevivência. Os poucos veículos e profissionais que ousaram se contrapor à regra sofreram perseguições, processos e falências. Em um país imerso em desequilíbrios sociais e econômicos destacam-se, ora a inépcia, ora a negligência de sucessivos governos em lidar com os problemas, temendo perder o controle sobre uma população que possa vir a se tornar mais instruída.

Após uma primeira República de características pouco democráticas e visão militarista – confrontada por revoltas populares e, finalmente, rasgada pela Revolução de 30 – o segundo período republicano veio igualmente susceptível a novos golpes e reaberturas. O jornalismo acompanhou os processos de “sístoles e diástoles” e, na maior parte do tempo, esteve subjugado pelas elites, relegando ao segundo plano seu papel de contribuir para a formação de opinião e construção de uma democracia plena.

O momento atual, de maior longevidade da democracia, também trouxe inovações que marcaram a virada de século, sobretudo em relação à modernização tecnológica. O somatório desses dois atores – a democracia e a popularização das novas tecnologias, notadamente da internet – resultou em profundas mudanças na comunicação como um todo e, em particular, na práxis jornalística. Os avanços também capturaram a audiência. Cada vez com menos de tempo disponível para se informar, o consumidor de notícias se tornou mais exigente, cobrando agilidade dos veículos de comunicação. Essa revolução nos meios desencadeou uma quebradeira entre os “dinossauros” da mídia: os jornais impressos. Somente os mais fortes conseguiram

¹ A expressão foi cunhada pelo general Golbery do Couto e Silva, ministro dos governos do regime militar, para definir a alternância entre os períodos de exceção e de liberdade democrática (SILVA, 2003).

permanecer no mercado, graças a estratégias de modernização que asseguraram uma sobrevida na concorrência com o jornalismo eletrônico, feito em tempo real.

O que permanece imutável é a postura de submissão dos conglomerados de comunicação às centenárias elites dominantes. Embora essa convivência, nociva para a sociedade, venha sofrendo processos pontuais de ruptura desde a primeira década do Século 21, com o surgimento de pequenos coletivos jornalísticos independentes e portais noticiosos hospedados na internet. Uma aliança que barateou custos de produção e contribuiu para a libertação do pensamento jornalístico, redirecionando-o ao papel que lhe é inerente, de colaborador na construção social da realidade.

Não implica dizer que o jornalismo independente – no conceito mais amplo que adotamos para este estudo – tenha nascido neste começo de século. A imprensa brasileira tem, na sua história, diversos registros de veículos que se opuseram com destemor ao *establishment* em momentos cruciais. Mas é inegável que a popularização e a democratização da web, em meados dos anos 2000, favoreceram uma revoada de bons jornalistas das grandes redações em direção aos blogs e portais de conteúdo independente, iniciando uma renovação do profissionalismo jornalístico realmente voltado para o social e livre dos rituais de controle e constrangimentos impostos pelos padrões.

Entre essas obrigações estava a adoção do critério da objetividade, supostamente isentando o jornalista e a organização de assumir posicionamentos sobre os acontecimentos narrados. Essa é uma marca da mídia tradicional, amplamente discutida por vários autores cujas visões críticas utilizaremos como referências, a exemplo de Tuchman, Soloski e Breed – em trabalhos reunidos por Traquina (2016) – assim como Schudson (1988; 2010), Alsina (2009) e Gans (2003; 2005).

Os fundadores de coletivos e associações de mídia na web aprenderam certas lições com os rituais e, uma vez livres, vários deles – como os integrantes do portal Marco Zero Conteúdo – passaram a produzir um jornalismo de real interesse público, levando a cabo o significado dessa expressão como aquilo que representa o que diz respeito à vida da sociedade, definido por Wilson Bueno como “toda ação de comunicação que tem como objetivo primordial levar uma informação à população que traga resultados concretos para se viver e entender melhor o mundo, sendo os beneficiários diretos e primordiais da ação a sociedade e o cidadão” (BUENO, 2009, p. 20). Ou ainda, na definição do jurista Celso Bandeira de Mello:

Ao se pensar em interesse público, pensa-se, habitualmente, em uma categoria contraposta à de interesse privado, individual, isto é, ao interesse pessoal de cada um. Acerta-se em dizer que se constitui no interesse do todo, ou seja, do próprio conjunto social, assim como acerta-se também em sublinhar que não se confunde com a somatória dos interesses individuais, peculiares de cada qual. (MELLO, 2005, p. 59)

Trata-se, além disso, de um jornalismo não mais ancorado no paradigma positivista, na presunção da verdade absoluta, e sim calcado no conceito construtivista da intersubjetividade, fórmula definida por Habermas como a busca, por meio do discurso e da linguagem, de uma racionalidade comunicativa, de uma disposição cooperativa para o entendimento. O filósofo alemão explica a intersubjetividade como uma estrutura argumentativa capaz de promover decisões racionalmente fundamentadas sobre pretensões de validade, sejam elas teóricas ou práticas, exigindo a passagem de afirmações problematizadas (ações) para afirmações cuja pretensão de validade se torne objeto do discurso (fatos) (HABERMAS, 2012).

Enxergamos que o jornalismo independente de interesse público é capaz de exercer um papel mediador, procurando obter a validação pela audiência e preocupado com a construção social e a pluralidade de sujeitos. Ele contribui para a formação de uma opinião pública participativa e, conseqüentemente, para a democratização e modernização da esfera pública nos moldes concebidos por Habermas. Ou seja, um espaço para discussões de temas politicamente relevantes para a sociedade, visando a análise de opiniões e a tomada de posições consensuais em favor da cidadania e da democracia. Um processo circular, que articule a opinião pública, livre de influências de interesses privados, em torno de problemas sociais coletivos que repercutem na vida de cada indivíduo (HABERMAS, 1997).

Para reforçar a definição do modelo de jornalismo independente ao qual pretendemos nos referir ao longo deste estudo, recomendamos levantar alguns questionamentos básicos sugeridos por profissionais da área, que permitem verificar se um veículo pode ser assim classificado: a) é independente do quê e de quem?; b) tem independência para tratar de assuntos que contrariam interesses poderosos?; c) o patrão ou o editor garantem ao repórter plena liberdade para sugerir pautas, apurar e divulgar assuntos que gerem polêmica ou atraiam questionamentos das elites dominantes?; d) há independência efetiva em relação aos donos do dinheiro e do poder?

Enfim, são várias as relações de independência, o que torna perigosa a generalização. Daí a necessidade de afunilarmos nossa definição. Ao falarmos sobre jornalismo independente, não podemos presumir que todos os veículos dessa linha

lutam em um mesmo front, com os mesmos objetivos de construção social e democracia. Há sites de jornalismo independente de ultraesquerda, de centro, de extrema direita, alguns deles subvencionados pelo governo, que se declaram independentes simplesmente por não representarem grandes conglomerados de mídia. Todavia, exercem um papel absolutamente distanciado do real interesse público e da defesa de uma comunicação efetivamente democrática.

Embora tenham começado sua trajetória revolucionária com níveis razoavelmente baixos de audiência, os primeiros portais noticiosos independentes se engajaram nas grandes questões nacionais e locais, diferenciando-se pela oferta de uma visão crítica e pelo distanciamento dos interesses econômicos e políticos que marcaram o jornalismo no Brasil por mais de uma centena de anos. Assim, foram se tornando mais atraentes para um público fatigado da postura submissa da grande mídia tradicional.

O conteúdo ofertado pelos portais de jornalismo independente representa uma mudança de paradigmas relativamente recente, se levarmos em conta a longa história temporal da imprensa. Seu conteúdo passou a atrair a periferia da estrutura de poder, composta por vários grupos da sociedade civil e indivíduos socialmente excluídos, constituindo um contraponto ao centro da esfera pública onde se situam a elite política e institucional e o mercado. Temos, nessa periferia, as camadas mais próximas à base da pirâmide social, além de movimentos sociais e comunitários que se formam a partir delas, com o objetivo de lutar por uma inclusão efetiva dessa maioria. Também integram o grupo descrito por Habermas (1997) intelectuais, acadêmicos, artistas, advogados e outros profissionais liberais. A mídia independente se dispõe a contribuir para assegurar maiores chances de participação nas discussões, em que, se dependesse apenas da mídia tradicional, esses segmentos estariam excluídos ou apareceriam apenas como objeto, e não atores.

Graças ao jornalismo independente, várias camadas sociais antes relegadas ao ostracismo pela desinformação abandonaram a chamada espiral do silêncio, definida por Elisabeth Noelle-Newmann (2017), e tomaram parte ativa na vida pública, colaborando e interferindo nas pautas e notícias ou estabelecendo um novo relacionamento entre jornalistas e audiências. O tradicional modelo de jornalismo *broadcast* começou a ser reformatado para o modelo *intercast*, como afirmam Bowman e Willis (2003). O jornalismo convencional, feito de cima para baixo e do centro para as periferias, passou a ceder espaço a uma prática mais horizontal, aliada ao pensamento de comunidades e minorias que ajudaram a influenciar o *modus operandi* dos jornalistas e veículos.

Como hipótese para o presente trabalho, pretendemos comprovar a presença desse novo modelo de jornalismo em Pernambuco e seu papel de ator na construção social, distante das regras tradicionais e do engessamento da grande mídia. Nosso estudo incide no coletivo Marco Zero Conteúdo, principal portal noticioso independente do Estado, que acreditamos ter potencial para se firmar como fonte confiável de informação. O portal oferece um conteúdo intersubjetivo, ao qual nos referimos anteriormente, na abordagem de temas de interesse social, oferecendo análises e opiniões baseadas em dados e sempre buscando a validação pelo seu público.

Nosso objetivo geral é analisar o conteúdo narrativo das reportagens publicadas pelo Marco Zero na cobertura dos primeiros seis meses após o surgimento do novo coronavírus em Pernambuco, verificando se existe, de fato, uma real preocupação em direcionar o discurso para as questões das comunidades periféricas, minorias, pessoas socialmente excluídas e movimentos sociais. O recorte temporal razoavelmente amplo considerou o ineditismo do tema: a pandemia de um novo vírus, que forçou a imprensa como um todo a partir do zero em termos de bagagem informacional. Também consideramos a velocidade que o webjornalismo conseguiu imprimir à distribuição de notícias, examinando os cuidados adotados pelos profissionais do coletivo para o aprofundamento do assunto e sua tradução para o público leigo.

Pretendemos verificar, como objetivos específicos, a) se o conteúdo produzido pelo Marco Zero sobre a pandemia da Covid-19 reage, de fato, às teses da objetividade e da imparcialidade, que serão discutidas e detalhadas neste estudo, optando por oferecer um menor volume de notícias, porém com mais qualidade; b) se as narrativas introduzem posturas críticas e análises válidas a respeito de posicionamentos adotados por órgãos e gestores públicos, políticos e cientistas diante da doença; e c) se as pautas executadas pelo portal têm inspiração nas necessidades e nas vozes das comunidades e periferias, contribuindo, de fato, na construção social da realidade e na formação da opinião pública.

Para atingir nossos objetivos, nos dispomos a analisar as estratégias narrativas adotadas pelos autores das reportagens e dos artigos de opinião, observando se as mensagens seguem um padrão de interesse público, horizontalizado e voltado para as audiências específicas mencionadas anteriormente. Para isso, trabalharemos com a análise qualitativa da produção do Marco Zero, seguindo algumas regras práticas sugeridas por Luiz Gonzaga Motta (2013) – inspiradas, por sua vez, em teóricos como Paul Ricoeur (1994) e outros autores de linha semelhante – para procedermos à análise crítica das narrativas de textos

publicados no período temporal estabelecido no *corpus*, identificando estratégias discursivas e recursos utilizados para produção de efeitos de sentido real e estético. Também utilizaremos entrevistas feitas com fundadores do portal, investigando ardis, técnicas e métodos empregados na rotina dos profissionais do Marco Zero.

Sabemos que um estudo dessa natureza demanda uma fundamentação teórica sólida, embora seja preciso evitar excessos que provoquem eventuais desvios ou alargamentos desnecessários das investigações. Para cumprir de forma satisfatória nossos objetivos e métodos, nos baseamos em teorias propostas por autores como Traquina (2005; 2016), Schudson (1998; 2010), Gans (2003; 2005), Alsina (2009), Chaparro (2004), Hall (2016), Park (2008), Hallin e Mancini (2010), Rocha (2020; 2021) e Gradim (2006), entre outros. Também nos valeremos de debates sobre democracia, deliberação e mídia, amplamente abordados por Habermas (1997; 2002; 2010), Correia (2005), Ferreira (2012) e Prudêncio (2009; 2012), assim como algumas propostas de teóricos da construção social da realidade, sobretudo Bourdieu (2003) e Berger e Luckmann (2004).

Em outra etapa do trabalho, abordaremos as novas tecnologias aplicadas ao jornalismo, com destaque para as consistentes proposições de Castells (2000; 2008; 2013) e Lemos e Levy (2010) a respeito da sociedade em rede, além de estudiosos de temas relacionados ao ciberativismo midiático, como Ramonet (2012), Bruns (2011), Canavilhas (2010), Parisier (2012) e Palácios (2003). Concluiremos com estudos sobre a mídia independente publicados por Kucinski (2001), Lima (2010), Downing (2002) e Maia (2002), entre outros. Ao longo de todo o estudo, pretendemos nos amparar em noções metodológicas da análise das narrativas, referidas em autores como Motta (2013), Ricoeur (1994) e Gancho (2002).

Construída a base teórica, procederemos às análises de matérias publicadas pelo Marco Zero Conteúdo. Para o nosso corpus de pesquisa, observamos algumas regras propostas por Bauer e Gaskell (2003), com base em Barthes (2006), descrevendo o *corpus* como uma coleção limitada de materiais com os quais o pesquisador pretende trabalhar, selecionados com uma arbitrariedade inevitável. Todavia, destacam que a seleção do material, embora pareça ter menor importância que a análise em si, não deve jamais ser separada dela. O *corpus* deve ser amplo o suficiente para permitir uma saturação total de semelhanças e diferenças até que não seja possível encontrar mais nada de novo a ser analisado, respeitando, por outro lado, os critérios de relevância,

homogeneidade e sincronicidade, e enquadrando-se em um único foco temático (BARTHES, 2006; BAUER e GASKELL, 2003).

Nessa linha, selecionamos inicialmente 94 textos publicados no portal Marco Zero Conteúdo, que abordam os primeiros seis meses da pandemia em Pernambuco. Em um segundo momento – buscando dirimir redundâncias e excessos, como recomendam os autores mencionados – dividiremos as reportagens por subtemas, a partir dos quais procederemos à análise crítica da narrativa de trechos selecionados que considerarmos mais esclarecedores para os objetivos desta pesquisa.

Pretendemos, ao final, ter contribuído para responder à nossa pergunta-problema: qual a real importância do jornalismo independente praticado pelo Marco Zero Conteúdo, no cenário midiático de Pernambuco, enquanto ator colaborativo na promoção de mudanças sociais nas periferias desprezadas pela grande mídia, atuando para favorecer sua inclusão na esfera pública? Trata-se de uma discussão bastante atual, que vem acontecendo, inclusive, em nível internacional, objeto de diversas pesquisas com as quais nos deparamos durante o processo de preparação do nosso próprio estudo. O que, em última análise, nos deu indícios de estarmos no caminho certo.

2 CAMINHOS QUE LEVAM À INDEPENDÊNCIA

2.1 O jornalismo brasileiro e sua trajetória de confrontos

As primeiras iniciativas de tipografia no Brasil Colônia foram perseguidas e abortadas, tanto pelo império quanto pelo clero. Entre 1530 e 1822, não havia liberdade de pensamento, e produções escritas eram criminalizadas, o que gerou um atraso no surgimento de uma imprensa genuinamente brasileira (BAHIA, 1990). Não significa que não houvesse resistências, com publicações independentes e clandestinas de panfletos e manuscritos críticos ao regime colonial e às condições de vida. Delas, porém, há muito poucos registros hoje (MOREL, 2012).

Somente em junho de 1808, quando Hipólito da Costa fundou o *Correio Braziliense*, a resistência se tornou explícita. Considerado o primeiro jornal brasileiro, era notadamente de oposição ao império, defensor do abolicionismo, da independência e da imigração. Por isso, precisou ser impresso em Londres, longe do alcance da coroa portuguesa, e chegava clandestinamente ao Brasil. Antes do *Correio*, apenas alguns periódicos produzidos na Europa circulavam livremente no Brasil, como a *Gazeta de Lisboa*. Disseminavam informações e opiniões, mas evitavam o debate e a divergência política no contexto do absolutismo português, como fazia o jornal de Hipólito da Costa, responsável, segundo Morel (2012), por criar as bases de uma opinião pública no Brasil.

A reação ao *Correio* surgiria em setembro de 1808, o lançamento da *Gazeta do Rio de Janeiro*, impressa nas oficinas da primeira editora a funcionar no Brasil, a *Impressão Régia*, instalada por D. João VI após a chegada da corte portuguesa ao Brasil, fugindo do avanço de Napoleão Bonaparte sobre a Europa. A empresa era mantida sob rígido controle e censura dos poderes civil e eclesial, segundo Martins e Luca (2012), e a *Gazeta* seguia o padrão de periódicos europeus apoiadores do Estado absolutista, com traços claros de imprensa oficial e textos despidos de críticas, como afirma Nelson Sodré (1999). Porém, tinha a vantagem de acumular a história documental da Colônia, já que nela eram publicados editais e anúncios, leilões, perdidos e achados e demais atos do governo (BAHIA, 1990).

A partir de 1812, novos jornais nacionais começaram a surgir, alguns eram submissos à censura imperial, outros a enfrentavam, e a maioria destes teve vida curta. Somente o *Diário de Pernambuco*, fundado em 1825, ainda está em atividade. Com a

proclamação da República, nos ecos da revolução industrial, surgiram as primeiras empresas de comunicação nacionais, primando pela qualidade de impressão, inovações tecnológicas como a fotografia e a ilustração, e redução de custos. Campanhas de alfabetização lançadas pelo governo republicano contribuíam para formar novos leitores, aumentando as tiragens dos jornais e diversificando os gêneros entre crônicas, reportagens e entrevistas (RÊGO, 2019).

A modernização tecnológica contribuiu para amplificar a luta política nos periódicos. Mas trouxe junto a censura, com a prisão de jornalistas, fechamento de redações e oficinas, prática que seria adotada por outras administrações, aprovando e modificando leis para cercear e criminalizar ainda mais a mídia. Ainda assim, não conseguiriam deter a expansão da imprensa, com novos periódicos, correspondentes internacionais, agências de notícias e sucursais. Começava a predominar no País o conceito de jornal-empresa, com os conhecidos prejuízos que a mercantilização impõe à qualidade e à independência do noticiário (MARTINS e LUCA, 2012).

A partir de 1930, os negócios foram expandidos, incluindo o rádio, cujas transmissões foram importantes para ampliar o apoio ao movimento revolucionário liderado por Getúlio Vargas, sobretudo entre os analfabetos, consolidando o veículo no interesse das empresas de comunicação, inclusive pelo alcance também no espectro comercial. Mas a gestão Vargas também foi marcada por forte cerceamento à mídia, com a criação, em 1938, do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), cuja missão era fiscalizar todo material jornalístico produzido. A resistência principal vinha do jornal *Tribuna de Imprensa*, de Carlos Lacerda, maior opositor do governo, que teve participação importante no desfecho trágico de 1954, com o suicídio de Vargas (MARTINS e LUCA, 2012).

Uma calma superficial se instalou a partir daquele episódio, permitindo a expansão de empresas de comunicação no governo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek. Mas durou pouco, abalada pelos destemperos do sucessor, Jânio Quadros, cuja renúncia incendiou o Brasil por mais de duas décadas, provocou a deposição de João Goulart e a implantação da ditadura militar, que fechou jornais, perseguiu, torturou e matou jornalistas (BARRETO e FERREIRA, 2004).

Manuais foram distribuídos nos jornais com normas de publicação, proibindo notícias contrárias ao governo, obrigando-as a passar pelo crivo da Polícia Federal ou dos censores nas redações. Diversos veículos deixaram de circular mas, em contraponto, surgiram mais escolas e faculdades de jornalismo² e o diploma passou a ser obrigatório. Empresas simpáticas ao regime – como o Sistema Globo – cresceram no mercado, enquanto as de oposição foram perseguidas e

² De acordo com José Marques de Melo (apud LAGO E ROMANCINI, 2007), em 1970 o País já contava com 58 cursos de comunicação. Vinte anos depois, em 1990, o número de cursos chegou a 120.

algumas fecharam, como a TV Excelsior, do grupo Simonsen (LAGO E ROMANCINI, 2007).

Nessa época, o jornalismo independente canalizava a resistência ao regime. O pesquisador Bernardo Kucinski contabilizou mais de 150 veículos, de 1964 a 1988 – quando se consolidou a redemocratização – que denunciavam perseguições e repressão, ignorando a censura. A resposta da ditadura vinha na forma de atentados à bomba e invasões de redações, destruição de bancas, prisão, tortura e morte de jornalistas. Na linha de frente, surgiram veículos como *Pif Paf*, *Opinião* e *O Pasquim* – este último, o maior deles, duraria até 1991³ – que tinham nas chefias nomes como Millôr Fernandes, Raimundo Pereira, Ziraldo, Jaguar, Henfil e Paulo Francis, entre outros. Alguns haviam deixado as redações de jornais submissos ao regime para fundar pequenos veículos de resistência democrática (KUCINSKI, 1991).

2.1.1 A redemocratização e a reinvenção da imprensa

Os ventos da redemocratização no Brasil ajudaram a oxigenar a política e arejaram o jornalismo. Diante das mobilizações de massa, a mídia tradicional foi forçada a quebrar resistências e se reinventar, tomando parte em campanhas populares como a das Diretas Já, em 1984, e a eleição de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, em 1985. Também uniu forças durante a feitura da nova Constituição para evitar que novos ferrolhos antidemocráticos fossem incluídos no texto.

A redemocratização descortinou heranças da ditadura como a alta inflacionária, o endividamento público e a desvalorização da moeda. Enquanto boa parte da grande imprensa defendia os choques econômicos propostos pelo Governo José Sarney, a mídia independente analisava dados e ouvia especialistas, alertando para os sucessivos erros cometidos nas tentativas de recuperar a economia. Na Constituinte, Sarney conseguiu aprovar emenda que ampliou seu mandato de quatro para cinco anos, em troca dos mais variados favores. Entre eles, a distribuição de concessões públicas de rádio e televisão, ajudando a formar uma cadeia de domínio da comunicação no País que se mantém no

³ Em 1981, Ziraldo e Jaguar retomaram o Pasquim, que havia deixado de circular em 1975. O jornal passou a se manter com muitas dificuldades. No ano seguinte, 1982, discordâncias político-partidárias sobre a eleição para governador do Rio de Janeiro distanciaram os dois fundadores. Ziraldo tinha vínculos com o PMDB de Miro Teixeira, enquanto Jaguar era ligado a Leonel Brizola e o PDT. Com a vitória de Brizola, Ziraldo saiu do jornal, que ainda resistiu por alguns anos circulando de forma irregular e com várias pausas longas, por conta da crise financeira, vindo a fechar definitivamente em janeiro de 1991, após publicar sua última edição, de nº 1.072. (KUCINSKI, 1991)

controle até os dias atuais.

Foram, ao todo, 1.028 licenças de funcionamento para novas emissoras de rádio AM e FM e de televisão – o equivalente a 31% dos canais existentes na época. Trinta delas foram para empresários e políticos maranhenses, conterrâneos do presidente da República, e 16 ficaram nas mãos da própria família Sarney. No comparativo histórico, de 1934 até o final da ditadura militar, os governos distribuíram 1.483 concessões, ou seja, cerca de 45% das emissoras em funcionamento (MOREIRA, 1998).

Entretanto, nesse período também houve a modernização dos meios de comunicação e a ampliação do mercado de trabalho, com a proliferação de assessorias de imprensa. O jornalismo chegou ao auge mercadológico, em uma intensa competição entre grupos que monopolizavam a comunicação. Brilhava a estrela do jornalismo investigativo nos jornais e revistas de circulação nacional, como *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*, *Veja*, *IstoÉ* e *Época*, embora essas “investigações” respeitassem limites estabelecidos por interesses políticos e mercadológicos (LAGO e ROMANCINI, 2007).

Na primeira eleição presidencial pelo voto direto desde a década de 1960, não foi surpresa o candidato favorito surgir envolto em uma forte campanha midiática. Herdeiro de um conglomerado de comunicação em Alagoas – concessionário da TV Globo – Fernando Collor de Mello entrou para a política durante o regime militar, mas teve esse detalhe do seu currículo ignorado pela grande mídia, que optou por uma imagem de *outsider* jovem e dinâmico, representante do “novo” (FGV/CPDOC, 2009). Era visto como uma alternativa a nomes como Leonel Brizola (PDT) e Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, cujo posicionamento mais à esquerda incomodava o empresariado e as elites políticas. Collor recebeu apoio, ora explícito, ora velado, da mídia conservadora. A mesma que se voltaria contra ele, dois anos depois, por conta de medidas impopulares e escândalos de corrupção, ajudando a apeá-lo do poder (RÊGO, 2019).

A mídia também se posicionou a favor do vice-presidente Itamar Franco, substituto de Collor, que focou na recuperação econômica, iniciou a transição da moeda e controlou a inflação com o Plano Real, que se tornou o maior cabo eleitoral para a eleição do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, à Presidência da República por dois mandatos consecutivos. FHC impôs duras derrotas à esquerda, contando com a simpatia da grande mídia, que ignorava denúncias contra ele, como a da compra de votos no Congresso Nacional para aprovar a emenda constitucional que permitiu sua reeleição. As denúncias foram comprovadas pela *Folha de S. Paulo*, em

reportagens do jornalista Fernando Rodrigues, mas o inquérito, meramente protocolar, nada comprovou (UOL Notícias, 2014). Além do controle da inflação com altos e baixos, o Governo FHC se notabilizou pela campanha de privatizações de empresas estatais, inclusive das comunicações, culminando com a criação da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e ampliando a oligopolização do setor da comunicação no País. (RÊGO, 2019).

2.1.2 Uma trégua, até que o golpe os separe

Em meados de 2002, o pré-candidato do PT à Presidência, Luiz Inácio Lula da Silva, flexibilizou bastante seu discurso, sinalizando uma aproximação com setores empresariais e conquistando parte da mídia nacional. Lula venceu as eleições amparado em um palanque de partidos aliados que ele contemplaria com cargos e participação nas decisões. Meses mais tarde, porém, setores desse bloco, envolvidos em denúncias de corrupção, puseram fim à trégua da grande imprensa e das elites econômicas com o PT (VILLA, 2012).

De toda forma, ao longo de dois mandatos consecutivos – de 2003 a 2010 – o governo Lula levantou discussões interessantes no âmbito da mídia, dando atenção à implementação da TV digital, abrindo o debate sobre a democratização da comunicação e criando a Agência Nacional de Cinema e Audiovisual (Ancinav) e o Conselho Federal de Jornalismo (CFJ). Este último durou pouco, acusado pelos conglomerados de mídia de tentar estabelecer mecanismos de controle da imprensa. O governo petista não conseguiu apoio parlamentar para aprovar suas propostas de democratização das comunicações. Desde então, o debate foi retomado em várias oportunidades, mas nunca com força política para determinar uma comunicação de fato descentralizada e democrática.⁴

Apesar da forte oposição da grande mídia, Lula deixou o governo com índices recordes de aprovação e elegeu sua ministra Dilma Rousseff como sucessora. Sua gestão se preocupou menos com a democratização das comunicações e manteve na gaveta o projeto inicial. Mas registrou avanços na radiodifusão pública, com o estímulo às rádios comunitárias e TVs educativas, além de uma campanha nacional

⁴ Em 2012, o Fórum nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) elaborou um projeto de lei a fim de constituir um marco regulatório e de combate à concentração midiática. Seis anos depois, o texto, com base em legislações existentes em outros países, permanece sem aprovação. (RÊGO, 2019)

pelo desligamento do sinal analógico e a migração para o digital (PIERANTI, 2017).

Em 2015, iniciando seu segundo governo, Dilma cortou R\$ 591,5 milhões de verbas publicitárias, atingindo em cheio empresas da grande mídia como a TV Globo, que recebeu R\$ 206 milhões a menos que em 2014, e a revista Veja, do Grupo Abril, cujo corte foi de R\$ 17 milhões. Os sete maiores portais noticiosos do País na internet também sofreram pequenas reduções de 0,3%, nos recursos publicitários federais, caindo de R\$ 82,9 milhões em 2014 para R\$ 80,6 milhões em 2015 (PODER 360, 2016). Em contraponto, segundo os autores, veículos da mídia independente registraram um aumento de 40,5% nas verbas federais. Ao todo, 16 sites e portais independentes especializados em política e economia – com orientação editorial a favor ou contrária ao governo petista – receberam R\$ 9,72 milhões em 2015. Quase R\$ 2,5 milhões a mais que no ano anterior.

Essa diferenciação foi um componente a mais nas dificuldades de relacionamento do governo Dilma com a grande mídia, que passou a defender o impeachment da presidenta. No sentido contrário, a petista contava com o apoio do jornalismo independente, a exemplo de portais como o *The Intercept Brasil*, *El País*, *BBC Brasil*, *Mídia Ninja*, entre outros. A maioria desses sites, com vínculos internacionais, buscava expor o que estava por trás da acusação de “pedaladas fiscais”, que deram sustentação jurídica ao pedido de impeachment, e passaram a classificar o processo como “golpe”, ecoando o discurso dos defensores do governo petista.

Ao levarem suas versões para fora das fronteiras brasileiras, gerando repercussões em grandes veículos no estrangeiro, a mídia independente incomodava. A Associação Nacional dos Jornais (ANJ) recorreu ao Supremo Tribunal Federal, pedindo que esses portais fossem proibidos de operar no Brasil. Alegava que estariam se utilizando da liberdade irrestrita proporcionada pela internet para desrespeitar a lei que regulamenta a produção e programação de conteúdo nacional (MIELLI, 2018). O empenho da imprensa independente não bastou para evitar o impeachment, mas contribuiu para inserir o debate na pauta internacional, levando a mídia estrangeira a questionar a lisura política do processo, insistentemente legitimado pelos grandes conglomerados de comunicação nacionais, que também apoiaram o substituto de Dilma, Michel Temer (AZEVEDO, 2018).

Uma das primeiras iniciativas do novo presidente foi unificar os ministérios das Comunicações e de Ciência e Tecnologia na pasta da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, enfraquecendo a comunicação pública. Por decreto, extinguiu o

conselho curador da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), destituiu seu presidente e cortou parte do orçamento, enquanto beneficiava a mídia comercial. No primeiro semestre de 2017, o governo Temer gastou quase toda a verba de publicidade prevista no orçamento para todo o ano, cerca de R\$ 200 milhões (RÊGO, 2019). Ainda em 2016, como presidente interino durante o afastamento de Dilma Rousseff, que aguardava julgamento, Temer havia elevado em 65% os gastos com publicidade, em relação a 2015. Levantamento do site *Contas Abertas*, divulgado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* (2016), revelou que as verbas subiram de R\$ 234,1 milhões em 2015 para R\$ 386,5 milhões no ano seguinte.

Em dezembro de 2016, como “gesto de agradecimento”, a revista *IstoÉ* concedeu a Temer o prêmio de *Homem do Ano*.⁵ Mas se voltaria contra o presidente logo após as primeiras denúncias de corrupção, algumas originadas em reportagens de veículos independentes, com repercussão internacional e novamente pautando a imprensa conservadora. Quando as denúncias ganharam corpo, com o surgimento de malas abarrotadas de dinheiro, os grandes jornais e a TV Globo passaram a defender sua saída e a eleição indireta de um sucessor com mandato-tampão. O peemedebista, porém, apoiado pelo Congresso Nacional, conseguiu evitar os dois processos movidos contra ele no STF.

2.1.3 Avanços contra os retrocessos

Os portais de jornalismo independente habitam o mesmo ambiente cibernético que as redes sociais, com seus algoritmos, filtros invisíveis e bolhas de convivência. Esses espaços, segundo Eli Parisier (2012), são capazes de anular o pensamento crítico e manter o receptor em uma zona de conforto, integrado ao pensamento majoritário. O pertencimento gera uma sensação de segurança, estratégia bastante explorada na campanha eleitoral de 2018 pelo então candidato à Presidência, Jair Bolsonaro, e também durante a sua gestão, visando manter a fidelidade dos apoiadores.

A impossibilidade de auscultar individualmente cada usuário de redes sociais fortalece a estratégia do “efeito manada”, quando as pessoas buscam identificar nos outros opiniões semelhantes para se sentirem confortáveis e estimuladas a combater

⁵ Ao longo do ano, a *IstoÉ* registrou um aumento de 850% na receita oriunda de publicidade federal. Também a revista *Época*, que em 2015 havia recebido R\$ 89.322,00 em propaganda, abocanhou R\$ 1.061.337,00 em 2016, um aumento de mais de 1000%. (WEISSHEIMER, 2018)

quem não as acolhe. Essa tem sido uma arma do governo Bolsonaro para se defender das críticas da mídia independente e dos eventuais ataques da grande imprensa. Esse contraponto acontece com a massificação de notícias favoráveis – inclusive manipuladas ou falsas – que transformam as redes em uma versão moderna dos instrumentos althusserianos de controle e fortalecimento do poder e de combate às oposições (MONTENEGRO FILHO, 2020).

Na campanha de 2018, a promessa de grandes mudanças econômicas e sociais recebeu o apoio dos conglomerados da mídia sem maiores questionamentos e pesou em favor da vitória de Bolsonaro, um governante autoritário eleito pela via democrática. Logo depois ficou clara a violência simbólica, cometida com a cumplicidade entre quem pratica e quem sofre, ainda que nem todos tenham consciência do processo (BOURDIEU, 2003). Outros, porém, já compreenderam o engodo do discurso, que substituiu as prometidas mudanças impactantes no ambiente macro pelo trato de questões pontuais em benefício de grupos privados e segmentos de linha conservadora.

Parte da grande mídia que o apoiou – inclusive o Sistema Globo, cujo respaldo foi essencial para criar uma figura de “salvador da pátria” e atrair a simpatia das classes menos favorecidas – reviu a posição, alinhando-se temporariamente aos veículos independentes na divulgação de denúncias sobre os desmandos do governo, a gestão desastrosa da crise sanitária, o negacionismo, a necropolítica e a precarização da vida. Após sucessivas agressões do presidente e aliados aos jornalistas, a relação com a mídia se deteriorou, levando Bolsonaro a evitar entrevistas e debates e falar apenas pelas suas redes sociais, diretamente aos seus seguidores (MONTENEGRO FILHO, 2020).

Colecionando derrotas importantes no Legislativo e questionamentos no Judiciário, Jair Bolsonaro recuou em alguns pontos, mas continua propagando um discurso negacionista que, a despeito de todos os efeitos nocivos que acarreta, tem registrado um aspecto raramente visto no cenário midiático brasileiro: a produção de conteúdos semelhantes por parte da imprensa tradicional e do jornalismo independente. Embora com abordagens diferenciadas, esse direcionamento conjunto de pautas gera uma sensação, mesmo temporária, de que a mídia como um todo ainda é capaz de cumprir seu papel de formadora de opinião para uma construção democrática mais plural.

3 CONSTRUÇÃO SOCIAL JOGADA PARA ESCANTEIO

3.1 Do lucro à sobrevivência: a imprensa brasileira e o modelo positivista

Nos anos 50, a influência do jornalismo norte americano sobre a imprensa brasileira ganhou força, estimulando as empresas de comunicação nacionais a substituírem o estilo jornalístico literário até então predominante – com características opinativa e personalista e posicionamentos políticos explícitos – pelo binômio objetividade-imparcialidade, fundamentado na epistemologia positivista, na presunção da verdade absoluta e em uma distinção ideológica entre fato e opinião. Diante da preocupação cada vez maior em obter lucros e manter-se perto do poder, a ordem nas empresas de comunicação era a de adotar essa fórmula como “escudo” para isentar-se de qualquer participação ativa nos acontecimentos e evitar emitir opiniões ou posicionamentos que pudessem abalar a relação com as elites dominantes (BARBOSA, 2007).

Ao optar por um perfil supostamente neutro e imparcial, priorizando a mercantilização, a grande imprensa relegou ao segundo plano o pluralismo de opiniões e, como consequência, o papel essencial do jornalismo como ator no processo de construção social da realidade, rendendo-se em definitivo ao controle das elites e seus interesses privados. Conforme alerta Herbert Gans, ao impor uma versão única dos acontecimentos, sem oferecer ao público a oportunidade de formar outra perspectiva, a mídia tradicional atua para desempoderar os cidadãos, contribuindo para ampliar as desigualdades. O autor ressalva, porém, que não se trata de vilanizar as grandes empresas, mas de buscar novas regras que assegurem um melhor equilíbrio de forças.

Apesar do contínuo enfraquecimento dos cidadãos, devemos resistir à tentação de demonizar corporações e outras grandes organizações. Uma grande sociedade provavelmente sempre será dominada por grandes organizações. Para que os cidadãos obtenham mais poder ou representação, as regras que governam essas organizações devem ser alteradas, particularmente aquelas que regem sua liberdade de usar seus pontos fortes econômicos para aumentar seu poder político. (GANS, 2003, p. 7)

Em uma análise dos sistemas de mídia, os pesquisadores Daniel Hallin e Paolo Mancini (2010) confirmam que, a partir dessa virada comercial da mídia, os jornalistas deixaram de lado o papel de disseminar ideias e formar um consenso social em torno delas, passando a se dedicar à produção de entretenimento e de informações com

potencial de venda dirigido a consumidores individuais, em detrimento do coletivo. Isso enfraqueceu o elo social entre a mídia e os acontecimentos realmente importantes, além de contribuir para reduzir o envolvimento da sociedade nos processos políticos. Ao mesmo tempo, desempoderou os profissionais, reduzindo sua autonomia ao subordiná-los ao escudo da neutralidade e do distanciamento das questões públicas relevantes.

A comercialização parece envolver de forma clara uma não-diferenciação do sistema de media em relação ao mercado, uma erosão da autonomia profissional dos jornalistas alcançada na parte final do século 20 e também, possivelmente, uma subordinação dos media aos interesses políticos das empresas que pode diminuir o equilíbrio político na representação dos interesses sociais. (HALLIN e MANCINI, 2010, p. 302)

Essa inversão de paradigmas, porém, não se tornou uma regra para a mídia independente, que resistiu à sedução da comercialização, manteve um conteúdo analítico e a tomada de posições, contribuindo para a formação da opinião pública e para a democracia. Embora na metade do século 20 o alcance da mídia independente ainda fosse restrito, pequenos veículos primavam por um texto mais livre e opinativo, além de charges e ilustrações carregadas de mensagens, mesmo que significasse enfrentar ameaças nos momentos de obscurantismo dos regimes de exceção (MARTINS e LUCA, 2012).

Ao optarem pelo jornalismo independente, os profissionais referendavam indiretamente a advertência feita por Michael Schudson (2010) sobre o equívoco de se considerar a objetividade como um antídoto à parcialidade quando, ao contrário, ela deveria ser vista como uma parcialidade insidiosa, por permitir a reprodução de uma visão distorcida da realidade social, recusando-se a questionar poderes e privilégios. Não era apenas incompleta, como sustentavam os críticos dos anos 1930, mas distorcida, atuando como uma camuflagem para o poder.

[A objetividade] representava uma convivência com instituições cuja legitimidade fora contestada. E havia uma intensa urgência moral nesta visão. Ao final dos anos 1960, muitos consideravam presunçosa demais a garantia habitual de Walter Cronkite de que “as coisas são assim mesmo” e, a ela, preferiam o desafio do “conte as coisas do jeito que elas são”, como se a realidade a ser relatada fosse muito selvagem para ser domada pela gramática. (SCHUDSON, 2010, p. 188)

O autor complementa a afirmação, sugerindo a preferência da mídia pela separação entre fatos e valores. Os primeiros seriam declarações sobre o mundo –

abertas à validação independente – ao passo que os valores representariam predisposições conscientes ou inconscientes do narrador sobre o conceito de mundo. A crença na objetividade, então, se constituiria em um misto de confiança nos fatos, desconfiança nos valores e compromisso com a segregação de ambos (SCHUDSON, 2010).

Sempre preocupado em analisar as relações de poder, Schudson acrescenta que a crença na objetividade representa um compromisso político, no momento em que oferece um direcionamento sobre os grupos que cada um deveria reconhecer como público apropriado para julgar seus próprios pensamentos e atos. Tal público – continua – é definido por mecanismos institucionais. Por fim, ele formula três críticas diretas à objetividade: a) a ausência de questionamentos sobre a validade dos pressupostos políticos em que se baseiam as notícias; b) o formato tendencioso do conteúdo das notícias, reforçando estruturas de poder estabelecidas; e c) a priorização de eventos e pseudoeventos, com o interesse controlá-los e manipulá-los (SCHUDSON, 2010).

Naquele período do século 20 a que se refere o autor, as pressões dos controladores da mídia tradicional já levavam profissionais a migrar das grandes redações para veículos menores, livres do jugo patronal e do ritual estratégico da objetividade protetora, do qual muitos lançavam mão como uma espécie de amuleto que os defendesse de críticas aos enquadramentos das notícias, como descreve Gaye Tuchman, de forma bem humorada:

Atacados devido a uma controversa apresentação de ‘fatos’, os jornalistas invocam sua objetividade quase do mesmo modo que um camponês mediterrâneo põe um colar de alhos à volta do pescoço para afastar os espíritos malignos. (TUCHMAN, 2016, p. 112)

Na realidade, o escudo da objetividade, embora empunhado por autores de reportagens para defender-se de críticas a posicionamentos supostamente parciais, visa, acima de tudo, proteger as organizações jornalísticas que os empregam, evitando contrariar interesses hegemônicos focados no lucro e na permanência no mercado. Infelizmente, a questão tem sido minimizada por estudiosos do jornalismo. Poucos se dispõem a discutir o conflito de interesses ideológicos nas empresas de comunicação, que colocam em lados distintos os controladores financeiros e os jornalistas contratados.

Segundo Heitor Rocha (2021), são raras as análises aprofundadas sobre aspectos como a divisão social do trabalho nas empresas jornalísticas, a contradição ideológica de interesses entre as partes e a responsabilidade dos controladores acionários – e não

dos jornalistas, como se costuma imaginar – na definição dos conteúdos. Outra questão pouco explorada nas pesquisas é a autoridade do público (audiência) e seu poder de forçar a mídia a se alinhar com interesses da coletividade. A escassez desses debates, assim como a estigmatização das acusações ao grande capital de manipular e monopolizar a produção de notícias, constitui, no entendimento do autor, um *tabu ideológico*, pela proibição a que tais assuntos parecem estar condenados.

A maneira completamente irrefletida ou acrítica com que são tratadas estas questões, estigmatizando as denúncias de manipulação do grande capital, que monopoliza a propriedade da mídia convencional, sobre a produção de notícias como sendo resultado de teorias conspiratórias, é uma postura quase padrão no estado da arte da área, com exceção de poucos autores. (ROCHA, 2021, p. 2)

A análise guarda semelhanças com a ideia de *tabu ético* proposta por Warren Breed (2016) ao denunciar o empenho dos donos da mídia em dissimular as regras impostas por eles próprios aos jornalistas para que respeitem a política editorial da empresa. O temor dos padrões é verem expostas ao público as pressões e censuras internas a que são submetidos os profissionais para defenderem os interesses dos grupos dominantes. Ser flagrado negando informações equilibradas e éticas aos cidadãos, para beneficiar interesses de setores privados, certamente causará humilhação ao empresário e descrédito ao seu veículo, acarretando uma possível redução no lucro. Denúncias assim podem ser interpretadas como atentados à ética de um entendimento coletivo – estimulado, inclusive, pelas empresas – da imprensa como defensora da sociedade, que não se deixa controlar por interesses das elites econômica e política (BREED, 2016).

Entre os poucos autores que dedicaram atenção a essa contradição e aos tabus, há os que respaldam, de certa forma, a posição das organizações. Caso de Stuart Hall (2016), que classifica as fontes oficiais ligadas ao poder institucional como “definidores primários” do enquadramento noticioso, enquanto os jornalistas são citados por ele na posição de “definidores secundários”, com poucas chances de interferir na produção, de forma consciente e contra-hegemônica, mirando a periferia como iniciativa externa à estrutura de poder. Segundo o autor, a imprensa não gera notícias de forma autônoma, e depende dos assuntos eventualmente fornecidos pelas fontes institucionais regulares e com credibilidade (HALL, 2016).

Essa postura não pode ser normalizada ou generalizada, como pretende Hall, mas não deixa de ter validade se analisarmos o comportamento dos *gatekeepers* da grande mídia, selecionadores dos interesses noticiosos. Porém, perde força quando a

análise incide sobre veículos de jornalismo independente, nos quais o direcionamento das pautas e conteúdos prioriza o interesse público e as periferias.

Como argumento para minimizar os conflitos internos nas redações, Hall baseia-se no marxismo mecanicista de Louis Althusser, desconhecendo imposições deliberadas para o alinhamento dos jornalistas aos interesses do poder nas organizações de mídia. Em uma afirmação conformista, ele defende que a “adaptação ao jogo” é involuntária e autônoma, influenciada pela própria ideologia capitalista burguesa (HALL, 2016).

Outro autor que atropela a discussão é Nelson Traquina (2005), ao minimizar a dominação do mercado sobre as organizações jornalísticas e os conflitos gerados a partir da ideologia profissional. Em uma visão generalista, Traquina aponta os jornalistas como “prestadores de serviços públicos”, por oferecerem aos cidadãos as informações que necessitam para se engajarem como partícipes da democracia. Ele classifica a imprensa como guardião desses mesmos cidadãos contra eventuais abusos, e menospreza a interferência do poder dominante no comportamento das empresas de comunicação.

Embora reafirme a concepção da notícia como uma construção social, Traquina trata cenários desiguais como iguais, desconhecendo a prevalência da lógica comercial sobre a informação como uma questão ideológica e comungando com a concepção da grande mídia, que vê o jornalismo como um negócio e as notícias como sua mercadoria, destinada a alimentar o mercado e o lucro (TRAQUINA, 2005).

Por outro lado, encontramos na discussão sobre hegemonia levantada por Antonio Gramsci (1999) uma crítica consistente ao marxismo mecanicista que parece embasar posicionamentos como os de Hall e Traquina. Ao condenar a interpretação das ideias de Marx por um ângulo limitado à orientação positivista da economia – defensora da tese de que o “deus mercado” a tudo controla – Gramsci aponta as lutas política e cultural como exemplos de movimentos capazes de proporcionar um desenvolvimento construtivista da sociedade.

Para a filosofia da práxis, o ser não pode ser separado do pensar, o homem da natureza, a atividade da matéria, o sujeito do objeto; se se faz esta separação, cai-se em uma das muitas formas de religião ou na abstração sem sentido. (GRAMSCI, 1999 p. 175)

Seguindo o pensamento gramsciano, Norman Fairclough (2001) atualiza a discussão sobre hegemonia ao defini-la como o poder de uma das classes sociais sobre toda a sociedade, embora exercido sempre de maneira parcial e temporária, na forma de um “equilíbrio contraditório e instável”. O autor defende a coexistência entre classes distintas, ainda que permaneçam em luta hegemônica, contanto que a luta seja motivada

por questões específicas, que ele classifica como “pontos de maior instabilidade entre classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação, que assume formas econômicas, políticas e ideológicas” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 122-123).

Retomando a discussão sobre a interferência do capital hegemônico na produção noticiosa, nem todos os autores ignoram a questão do tabu ideológico. Herbert Gans (2005) e John Soloski (2016), por exemplo, reconhecem o problema e aprofundam seus estudos sobre o conflito de interesses nas organizações. Essa luta interna, definida por Gans como semelhante a um “cabo de guerra”, envolve não apenas jornalistas e dirigentes das empresas, mas também as fontes e, de maneira indireta, mas importante, o público. Seu propósito é garantir a prevalência de novos ângulos da notícia que não aqueles consagrados pelos editores, assim como a inclusão de novas fontes de informação além daquelas já conhecidas pelos chefes (GANS, 2005).

Nessa negociação, geralmente bastante difícil, o jornalista deve estar convencido da credibilidade das novas fontes que utiliza e, acima de tudo, precisa contar com o respaldo da audiência, comprovando que a notícia pela qual luta é de real interesse público. Análise semelhante é proposta por Manuel Chaparro (2004) ao definir como “âncora ética do jornalismo” o direito individual e universal de investigar, receber e difundir informações e opiniões, que se configura como uma responsabilidade moral e consciente do profissional de imprensa para com o seu trabalho. O autor adverte, todavia, sobre a necessidade de respeitar a autoridade do público, ressaltando que, uma vez transmitida a notícia, cabe à audiência a decisão final sobre o que fazer com as informações recebidas (CHAPARRO, 2004).

Herbert Gans, por sua vez, questiona a noção de que os jornalistas transmitem informações das fontes diretamente ao público de forma linear. Segundo ele, o processo é circular e complexo, por conta do grande número de ciclos de *feedback* a que está submetido. O autor exemplifica essa circularidade ao afirmar que as fontes não fornecem informações até que entrem em contato com um membro de uma organização de notícias; esta, por sua vez, selecionará fontes que considerar adequadas ao público, mesmo que ele tenha sido escolhido por fontes que desejam lhe transmitir informações (GANS, 2005).

Pesa ainda o fato de as fontes fazerem parte do público, que não deve ser visto simplesmente como destinatário final das informações, mas como elemento essencial gerador de renda para a empresa. Assim, ao mesmo tempo em que sua fidelidade deve ser cativada, seu comportamento como receptor afeta, em certa medida, a seleção das

fontes pelos jornalistas, fechando o círculo descrito por Gans, que complementa:

Com efeito, então, fontes, jornalistas e públicos coexistem em um sistema, que mais se parece com um cabo de guerra que com um organismo funcionalmente interrelacionado. Esses cabos de guerra, no entanto, são resolvidos pelo poder, e as notícias são, entre outras coisas, “o exercício do poder sobre a interpretação da realidade”. O poder que é exercido por todos os participantes na transmissão de informações e se evidencia nas organizações jornalísticas, que são organizadas hierarquicamente. Até os leitores e telespectadores têm certo poder, externado por protestos e recusas em aceitar o que leem e veem, motivo que leva os jornalistas a sempre zelarem pela sua própria credibilidade. (GANS, 2005, p. 80-81)

Gans reconhece a dificuldade enfrentar o poder econômico e político para obter uma maior horizontalidade das notícias, como pretende a mídia independente, e propõe como solução que os jornalistas insiram nas notícias mais opiniões, formadas durante a apuração dos fatos, compartilhando-as com a audiência como contribuição para a construção social.

Às vezes, os jornalistas podem ser solicitados a adicionar análises de notícias ou notícias interpretativas, mas geralmente ainda são obrigados a excluir suas opiniões. Se eles pudessem injetar suas opiniões, eles poderiam aplicar seu julgamento pessoal em suas reportagens e análises, permitindo-lhes avaliar o que relataram. O resultado seria uma opinião informada, e se repórteres com diferentes perspectivas e valores fossem solicitados a fornecê-la, e suas diferenças fossem explicadas, o público noticioso se beneficiaria com a diversidade resultante. (GANS, 2003, p. 101)

Essa diversidade, o autor classifica como “notícias multiperspectivas”, por carregarem o relato dos fatos e também opiniões, ampliando as perspectivas possíveis para a validação pela audiência. Gans reforça que esse jornalismo abriria espaço para pontos de vista pouco representados, fatos não relatados e sujeitos ou camadas da sociedade que, em geral, não têm espaço na mídia tradicional.

Em outras palavras, as notícias multiperspectivas são o corretivo de baixo para cima para as perspectivas principalmente de cima para baixo da mídia de notícias. [...] No entanto, embora o topo possa ser pequeno, não existe uma única perspectiva de baixo para cima.[...] A primeira prioridade, e agora uma antiga, é eliminar os contínuos preconceitos raciais e de classe nas notícias, de forma que as minorias étnicas e raciais, bem como as pessoas de renda moderada e baixa, não sejam mais vistas pelas lentes dos brancos e estereótipos de elite ou denunciados apenas quando dão as costas aos métodos tradicionais ou cometem crimes. (GANS, 2003, p. 103)

Com essa definição, explicitada no início do Século 21, Gans prenuncia, de certa

maneira, o jornalismo independente analisado neste trabalho, de formato horizontal e conteúdo intersubjetivo, com análises e opiniões, que busca a validação pela audiência.

Ao propor uma visão crítica sobre a filosofia da linguagem, Danilo Marcondes (2000) reforça a noção de intersubjetividade inerente à comunicação, apontando o diálogo como base essencial de todo discurso, por permitir a argumentação, a justificação e, portanto, a validação, dentro dos diferentes contextos e jogos de linguagem, respeitando as regras estabelecidas e abrindo a possibilidade de reinterpretação do que é dito, bem como da situação e do contexto do discurso. Segundo o autor, ao se cumprir o rito proposto por Habermas, é possível chegar ao consenso autêntico, de reciprocidade e intercâmbio de papéis, constituindo-se em um ideal normativo. Em caso contrário, corre-se o risco de produzir um pseudo-consenso, ou mesmo o dissenso e o confronto.

Na visão de Habermas (1990), uma situação dialógica é capaz de gerar atos de fala ilocucionários, por meio dos quais as ações dos atores são coordenadas pelo entendimento, em busca do consenso. Na situação contrária, porém, surgem os atos perlocucionários, quando as ações são coordenadas para influenciar ou manipular o receptor, abandonando a legitimidade e a ética exigidas em uma relação comunicativa intersubjetiva. Assim, quando a situação ideal de comunicação é apenas fictícia, com os falantes em posição assimétrica e a impossibilidade de distinguir o falso consenso do verdadeiro entendimento mútuo, configura-se uma manipulação ideológica do discurso.

Eu caracterizei o compreender e o aceitar de ações de fala como sucessos ilocucionários; todos os fins e efeitos que vão além disso devem ser chamados perlocucionários. (HABERMAS, 1990, p. 73)

No caso da mídia tradicional, não é raro encontrar situações de comunicação em que predomina o pseudo-consenso como estratégia para assegurar que o conteúdo publicado não abale a relação com os controladores do poder. Por outro lado, a criação de pseudo-consensos leva à formação do que a cientista política alemã Elisabeth Noelle-Neumann (2017) classifica como “clima de opinião”, no qual posicionamentos minoritários do poder dominante são explicitados como se, supostamente, representassem os interesses do todo social. Essa inversão de papéis, diz a autora, contribui para que o espectro majoritário da sociedade evite opinar, temendo ficar isolado.

Observações feitas em determinados contextos estenderam-se a outros e estimularam pessoas a proclamar suas opiniões ou a ‘engoli-las’, mantendo-se em silêncio até que, em um processo em espiral, determinado ponto de vista chegasse a dominar o cenário, ao passo que o outro desapareceria da consciência pública no emudecer dos seus partidos. Este é o processo que podemos qualificar de Espiral do Silêncio. (NOELLE-NEUMANN, 2017, p. 21-22)

Ainda segundo a autora, ter opinião semelhante à maioria resulta em um estado de relativa felicidade. Quando isso não acontece, as pessoas evitam compartilhar opiniões que foram levadas a crer serem minoritárias e optam pelo silêncio como uma atitude de conformidade, para que continuem sendo aceitas pela maioria (NOELLE-NEUMANN, 2017). Observamos, portanto, a poderosa força que as organizações de mídia detêm, e de que maneira elas a utilizam para exercer o controle sobre a sociedade.

Todavia, é preciso reconhecer que antes de exercer pressão sobre a audiência, visando difundir pseudo-consensos e opiniões favoráveis às elites, as empresas de comunicação precisam convencer os jornalistas a agirem de acordo com suas diretrizes. Para tanto, conforme explica John Soloski (2016), lançam mão de um mecanismo de duplo controle sobre o trabalho dos funcionários. Primeiramente, exploram a chamada ideologia do profissionalismo jornalístico, baseada na “discrição previsível” ou na autocensura. Trata-se de uma série de normas estabelecidas e compartilhadas por todos os colegas de profissão, de forma transorganizacional, que levam o jornalista a minimizar o fato de as organizações ditarem regras excessivamente rígidas ao seu trabalho (SOLOSKI, 2016).

Entretanto, segundo o autor, por vezes esse método não garante o controle empresarial total sobre as ações dos jornalistas e o conteúdo que produzem. Principalmente porque estes passam a maior parte do tempo trabalhando fora das redações, em busca de informações e fontes, longe das vistas dos patrões. O profissionalismo oferece, ainda, brechas por meio das quais os jornalistas conseguem burlar as regras de controle, como veremos mais adiante. Mas o maior motivador da falibilidade no método, segundo Soloski, é o clima de permanente conflito nas redações, entre o profissionalismo e o mercado. Ou seja, entre a valorização papel do jornalista como prestador de serviços à sociedade e a prioridade das empresas pelo lucro.

Aparentemente, a ideologia do profissionalismo tem fortes componentes antilucro e antimercado, que estão manifestos na ideia do serviço para a sociedade. O custo não é visto como sendo um fator determinante na distribuição dos serviços profissionais. (SOLOSKI, 2016, p. 93)

Para reforçar seu poder de controle sobre os funcionários, os dirigentes dos veículos adotam um segundo método, estabelecendo sua própria política editorial, um conjunto de regras particulares a cada empresa a serem obedecidas pelos funcionários, constituindo um controle intraorganizacional. A interação entre os dois mecanismos atua de forma mais rigorosa em favor das organizações, permitindo delimitar com mais rigor as fronteiras profissionais e o comportamento dos jornalistas (SOLOSKI, 2016).

Entretanto, o autor identifica certa ambiguidade quando, em determinados momentos, os próprios jornalistas se aproveitam desse conjunto de regras para isentarem-se de assumir posicionamentos diante dos fatos que noticiam, optando voluntariamente pela estratégia da objetividade, embora a concebam de forma diferente da que é vista pelos patrões. Para os profissionais, não significa simplesmente assumir uma postura de neutralidade diante dos acontecimentos para evitar estremecimentos com a política ou o mercado, mas sim de apurar e relatar os fatos do modo mais imparcial e equilibrado possível, para não serem apontados como parciais (SOLOSKI, 2016).

De acordo com Warren Breed (2016), da mesma forma que o profissionalismo jornalístico é aprendido na prática cotidiana, sem qualquer manual de regras, a política editorial das organizações também jamais é explicitada, escrita ou diretamente ensinada aos funcionários da empresa. Estudos realizados pelo autor, incluindo uma ampla pesquisa entre jornalistas norte-americanos, comprovam que as normas intraorganizacionais são apreendidas como que por “osmose”. Os novatos descobrem e interiorizam o estatuto, normas e valores a partir da leitura de reportagens publicadas no jornal onde trabalham, avaliando e comparando os tratamentos dados aos assuntos (BREED, 2016).

Além disso, testemunham diariamente ações editoriais determinadas pelos chefes e pelos jornalistas mais antigos, sobretudo em relação a temas censurados ou vetados. Também faz parte do aprendizado empírico presenciar repreensões feitas aos colegas por eventuais violações da orientação política da organização, bem como os comentários informais acerca do comportamento dos executivos da empresa (BREED, 2016).

Esse tradicional conflito entre normas profissionais e políticas editoriais é menos presente na mídia independente. Embora os veículos necessitem da injeção de capital para se manterem no mercado, por opção editorial costumam conferir um peso maior ao

seu papel social, fórmula que é naturalizada pelos profissionais, sobretudo aqueles com passagens por grandes empresas de comunicação, onde testemunharam o conflito entre a finalidade de lucro e a ideia de jornalismo como prestação de serviços à sociedade.

A forma encontrada pelas empresas para assegurar o respeito dos jornalistas ao dispositivo duplo de segurança sem necessidade de imposições autoritárias é estabelecer critérios de recompensas para padrões de comportamento. De acordo com Breed, trata-se de um sistema simples – embora ainda constrangedor – segundo o qual, quanto maior a obediência às regras, mais o profissional terá chances de premiação interna, que podem ir de um aumento na remuneração até um eventual ingresso no corpo gerencial da empresa. Enquanto isso, profissionais refratários às normas vão perdendo espaço e sendo ultrapassados pelos colegas alinhados aos padrões (BREED, 2016).

Nas grandes organizações, há jornalistas com condição de “estrelas”, que contam com mais crédito junto às diretorias e, por isso, sentem-se livres para adotar seus próprios critérios, enquanto os demais colegas traçam estratégias informais para contornar as amarras da política editorial e escapar às pressões e constrangimentos. O autor elenca algumas dessas brechas, desde uma simples burla na interpretação das regras – exatamente por não estarem escritas em nenhum manual – aproveitando-se do que não está claro, até a seleção, pelo próprio repórter, das fontes a serem entrevistadas e dos realces dados no texto, explorando a ignorância dos executivos da empresa sobre o assunto. Alguns chegam a assumir riscos maiores, como o da “prova forjada”, que implica em partilhar informações com veículos concorrentes para que publiquem a história, justificando a necessidade de sua empresa também entrar no assunto (BREED, 2016).

Essas pequenas transgressões, entretanto, não fazem com que o jornalismo praticado nas grandes empresas atenda aos interesses da sociedade e cumpra totalmente sua função social. As brechas servem mais para atropelar momentaneamente a política editorial e satisfazer o ego do próprio jornalista, permitindo externar sua opinião. Uma espécie de panaceia às dores do engessamento imposto pela objetividade mítica exigida nas redações, mas que não evita o descontentamento e as mudanças profissionais. “Idealmente, numa democracia plena, não existiria nenhum problema, quer de controle quer de políticas no jornal. Os únicos controles seriam a natureza do acontecimento e a habilidade do repórter para o descrever” (BREED, 2016, p. 213).

Este, porém, é um cenário utópico até para veículos de linha independente onde, mesmo não havendo relatos significativos de constrangimentos impostos aos

profissionais para se adaptarem ao *status quo*, também existem políticas editoriais definidas, embora por vezes estas apontem no sentido oposto às da mídia tradicional. Diversos portais em atividade na web assumem, aberta ou veladamente, a defesa da periferia da estrutura de poder composta pelos setores sociais excluídos da pauta midiática e sua integração à esfera pública. É basicamente para essa audiência heterogênea – cujo posicionamento, ora reivindicatório, ora contestatório, costuma funcionar como argamassa para uni-la – que a mídia independente direciona suas pautas, recomendando aos seus profissionais o respeito às diretrizes. Algo que, no nosso entendimento, não configura um real constrangimento, pelo fato de essas políticas editoriais possuírem um caráter mais horizontal.

Assim como nas grandes organizações existem direcionamentos claros para que as pautas priorizem interesses ou, no mínimo, evitem o comprometimento da relação com o mercado, nos veículos independentes observados ao longo deste estudo há uma evidente dedicação do conteúdo aos interesses dos grupos excluídos da periferia social, em geral justificada pelo objetivo de contribuir na construção social. Esse direcionamento adotado pelo jornalismo independente é analisado por Bowman e Willis (2003) no estudo *We Media*, que identifica uma inversão de sentido, partindo do modelo *broadcast (top-down news)* para o modelo *intercast (bottom-up news)*. Em uma tradução básica, a substituição do jornalismo convencional, feito de cima para baixo, por um novo modelo praticado de baixo para cima. Fórmula que revolucionou o fazer jornalístico dos meios de comunicação independentes e interativos, sobretudo com o auxílio das novas tecnologias em rede.

As prioridades da mídia tradicional e da linha independente, embora antagônicas, encontram respaldo na análise de Pierre Bourdieu sobre as relações de comunicação, que ele classifica como relações de poder que dependem, na forma e conteúdo, dos poderes material e simbólico acumulados pelos agentes. Segundo o autor, ocorre uma relação de luta, na maioria das vezes simbólica, entre as diferentes classes, visando impor sua definição do mundo da vida, espelhada nos seus interesses (BOURDIEU, 2003).

Mesmo em um período anterior ao surgimento da internet como espaço de circulação dos portais independentes, os constrangimentos de que fala Soloski e as derrotas no “cabo de guerra” mencionadas por Gans – ou seja, o fracasso das tentativas de solução dos conflitos internos nos conglomerados de mídia – já levavam profissionais de grandes redações a migrar para pequenos veículos. Antes, como hoje,

jornalistas conscientes do papel social que envolve a profissão buscam mais liberdade de expressão de utilização dos seus juízos de valor, o *news judgment*, traduzido por Gaye Tuchman (2016) como “perspicácia profissional”.

Nesses casos, o *news judgment* merece ser analisado como um instrumento construtivista, considerando que é composto pela experiência profissional, pessoal e do mundo da vida do jornalista, bagagem que lhe permite formular e repassar mensagens carregadas com seus conceitos e visões, mas submetendo-as à validação do receptor com base nas suas próprias concepções de mundo. Sobre essa validação, Eduardo Meditsch (2001) reitera as afirmações de Habermas sobre o fato não refletir uma realidade exclusivamente objetiva, e sim construções humanas movidas por um componente subjetivo. E acrescenta que, ao contrário do critério da objetividade, baseado do positivismo, a intersubjetividade não estabelece limites fixos nem arbitrários para a observação dos fatos. Até porque existem diversos níveis de intersubjetividade, baseados em diferentes parâmetros de validade definidos a partir do conhecimento, a exemplo da ideologia, cultura ou religião, com diferentes níveis de universalidade.

Em cada auditório, podem coexistir diversos campos de validação de argumentos cujos critérios eventualmente se contradigam (o filosófico e o religioso, as diferentes disciplinas científicas). E tanto estes auditórios quanto estes campos variam no espaço e no tempo, são construções não apenas sociais mas também históricas. (MEDITSCH, 2001, p. 8)

Remetendo à ideia de poder simbólico proposta por Pierre Bourdieu, o jornalista exercita o *news judgment* quando, uma vez livre das pressões patronais, passa a exercer sua própria forma de dominação sobre o espaço de jogo que ele constrói, e no qual se posiciona como um árbitro, no controle das suas próprias normas (BOURDIEU, 2003). Assim colocado, entende-se que depende exclusivamente do jornalista a decisão de influir na construção social da realidade e, no momento em que o fizer, será igualmente construído por ela. Novamente vemos a implicação da comunicação intersubjetiva no comportamento dos jornalistas da mídia independente abarcada neste estudo.

Importante ressaltar ainda a contribuição de Miguel Rodrigo Alsina (2009) na construção desse modo de fazer jornalístico, com a definição dos três conceitos de mundos da vida que, além de embasarem de forma sólida a teoria construtivista, ajudam a desmistificar a ideia da suposta polarização desta com o jornalismo baseado na objetividade, mostrando tratar-se, isto sim, do aprimoramento da qualidade do jornalismo, buscando conduzi-lo ao papel essencial de promotor da formação autônoma

de sentido.

No primeiro desses mundos definidos por Alsina, o “mundo real”, estão os fatos e acontecimentos, a argamassa da realidade social que será interpretada pelo jornalista com base em uma série de enquadramentos por ele adquirido em suas vivências, cultura profissional, práticas, procedimentos e discursos apreendidos no trabalho diário, nos processos produtivos, nas organizações, códigos e regras, línguas e linguagens. Esse conjunto de interpretações compõe o segundo mundo, o “mundo de referência”. E a soma dos dois, por sua vez, formará um terceiro mundo, o “mundo possível”, onde de fato se dá a construção social.

O mundo possível é o mundo narrativo construído pelo sujeito enunciador a partir dos outros dois mundos citados. Se no mundo real era produzida a verificação e no mundo de referência era determinada a verossimilhança, no mundo possível se desenvolve a veracidade. O enunciador deve fazer com que pareça verdade o mundo possível que ele mesmo constrói. E para isso lança mão das marcas de veracidade que lhe permitem criar uma ilusão de referência que é a condição necessária para a virtualidade do discurso. (ALSINA, 2009, p. 310)

Para além dos três mundos, o jornalismo construtivista diferencia-se da sua forma antagonica por estar centrado em dois pilares imprescindíveis: ética e verdade (ROCHA e VIZEU, 2011). O profissional precisa respeitar o rigor do método e, acima de tudo, abrir mão da cortina oferecida pela “objetividade espelho”, ou “objetividade planadora”, como define João Carlos Correia, com base nos estudos da teoria fenomenológica proposta por Alfred Schutz. Tal objetividade supostamente permitiria ao jornalista “sobrevolar” os fatos e acontecimentos e descrevê-los sem a necessidade de participar como ator no processo (CORREIA, 2005).

Ainda segundo a teoria de Schutz, é impossível tratar de maneira objetiva fenômenos sociais de significado subjetivo. Notícias são construções de segundo grau, baseadas no que se apreende da realidade, no significado subjetivo que indivíduos atribuem às ações praticadas por eles. Na busca da objetividade, jornalistas se dividem entre observadores alheios ao fato e os que se utilizam da atitude natural para garantir maior identidade com os receptores e a eventual ampliação da audiência. Fazem conviver a objetividade com a realidade do mundo em que são personagens (CORREIA, 2005).

Dessa forma, somos levados a crer que a intersubjetividade, assim como a busca permanente pela ética e verdade, são elementos necessários à prática do jornalismo independente, cujos objetivos de defesa do interesse público e de estímulo à construção

social da realidade não serão atingidos a partir de posicionamentos alheios ou exteriores aos fatos e acontecimentos assumidos pelos profissionais que nele atuam. Por outro lado, deve-se assumir que, no jornalismo construtivista, o conceito de verdade jamais será tomado como absoluto. Não existem conhecimentos científicos ou representações do real perfeitos e consolidados. É preciso considerar seu falibilismo e a possibilidade de correções e mudanças, conforme adverte Charles Peirce (apud ROCHA e GRADIM, 2020). O jornalista deve mergulhar na realidade para interpretá-la e oferecê-la ao público, a quem caberá a tarefa de validar o sentido produzido na matéria, preenchendo os parâmetros de conhecimento da realidade de acordo com sua experiência do mundo da vida e do momento histórico vivido na ocasião daquela notícia (ALSINA, 2009).

O jornalismo construtivista assume seu falibilismo quando reconhece a necessidade da validação do público, composto por seres em construção permanente do conhecimento. Isso só pode ser compreendido se considerarmos o dualismo entre construção e experiência. O saber, para ser ampliado, deve estar em permanente revisão, consciente de que, mesmo bem fundamentado, pode ser falso (HABERMAS, 2004).

O estímulo ao pensamento, à ampliação de significados e ao fortalecimento do consenso social são contributos para estimular a discussão pública e, portanto, a construção social da realidade. Esse processo é perceptível na maioria dos veículos de linha independente a que nos referimos neste estudo, cuja preocupação parece incidir, principalmente, na seleção de enquadramentos que agreguem valor à notícia e estimulem o debate, tornando as informações publicadas importantes para a construção de sentido.

Com este compromisso pluralista e democrático do construtivismo, pode-se vislumbrar um jornalismo de maior credibilidade e o empoderamento não só do jornalista, que reconquista toda a dimensão da importância de sua função social de articulação e mediação da discussão pública nas questões carentes de deliberação coletiva, bem como dos cidadãos que compõem o público, idealmente toda a sociedade, que passam a ter todas as suas versões significativas sobre a realidade consideradas na pauta noticiosa, especialmente as interpretações dos setores da periferia que se posicionam de forma contrafactual em relação aos enquadramentos da ideologia hegemônica dominante da estrutura de poder dos grupos que controlam o aparelho de estado e as corporações do mercado, defendidos pelo jornalismo tradicional orientado pela epistemologia positivista da objetividade. (ROCHA, 2021, p. 18)

Peça fundamental do jornalismo, aliás, o enquadramento distingue bem os dois paradigmas epistemológicos em questão. A guinada do positivismo para o

construtivismo traz implicações éticas, cobra do jornalista uma postura mais comprometida com o fortalecimento da autoridade do público e o empoderamento da cidadania, enquanto a objetividade sempre será motivo de polêmica quando se trata da discussão sobre a construção social da realidade e a autoridade do jornalista.

Na primeira metade do Século 20, Robert Park (2008) já tecia críticas nesse sentido ao modelo positivista, alertando que suprimia do jornalismo o papel social de contribuir para o empoderamento da sociedade, formar a opinião pública e mobilizá-la em favor da democracia. Funções que representam, segundo o autor, o verdadeiro “poder da imprensa”, embora boa parte dessa própria imprensa não compreenda esse poder, ou faça mau uso dele, de forma distorcida, visando beneficiar apenas uma pequena e poderosa fatia da sociedade (PARK, 2008).

Ao analisarem a questão da autonomia do jornalista e as implicações do enquadramento, Rocha e Gradim (2020) mencionam o conceito de clima de opinião definido por Noelle-Neumann (2017) – do qual tratamos anteriormente – para advertir que, ao impulsionarem o pensamento minoritário como majoritário, os jornalistas distorcem valores éticos e morais que regem a vida democrática. Essa inversão abre espaço para que a audiência contida na espiral do silêncio se identifique erroneamente com as notícias, inibindo a construção de sentidos diferenciados sobre a realidade e levando ao isolamento segmentos sociais que comungam do pensamento majoritário, artificialmente transformado em minoritário com a colaboração desses profissionais de imprensa, seja pelo discurso distorcido, seja pela omissão diante de temas importantes.

A inversão de valores de que trata Noelle-Neumann (2017) pode, obviamente, ser atribuída a um eventual erro cometido pelo jornalista. Entretanto, uma análise mais detalhada do comportamento da imprensa brasileira permite perceber que, na maioria dos casos, não se trata de equívoco, e sim de estratégias de manipulação dos fatos em benefício das elites patriarcais, enquanto se amplia a dominação de corações e mentes das camadas silenciosas. É a utilização distorcida do “poder da imprensa”, de que fala Park (2008), mais uma vez em benefício de pequenos grupos e em detrimento da maioria.

Essa estratégia é combatida pela imprensa independente com armas que, à primeira vista, podem se assemelhar às dos seus oponentes, como o enquadramento. Porém, os enquadramentos adotados por esses veículos têm, em geral, o objetivo de alcançar as periferias com uma linguagem mais acessível e didática e pautas voltadas para aquela realidade, interpretando os aspectos de maior relevância do tema. A

audiência, nesses casos, é instada a avaliar moralmente os fatos noticiados e a atuar em conjunto para sugerir soluções, como propõe Robert Entman (1993), ao analisar a seleção de enquadramentos noticiosos.

Enquadrar é selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e fazê-los mais salientes em um texto comunicativo, de forma a promover uma definição particular do problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento para o item descrito. (ENTMAN, 1993, p. 52)

A escolha dos *frames* no jornalismo independente é, indiscutivelmente, um processo sensível para o sucesso ou fracasso dessa iniciativa de comunicação horizontalizada. Rocha e Gradim admitem uma pluralidade de níveis em que se pode classificar o enquadramento, desde a teoria ao cotidiano do jornalismo, permitindo sua análise e desconstrução. Argumentam, com razão, que o peso dado atualmente aos estudos de enquadramento no jornalismo só comprova a importância do paradigma construtivista. Mas advertem que a questão da autoridade do público na negociação dos significados nem sempre tem o reconhecimento devido (ROCHA e GRADIM, 2020).

No jornalismo independente, quando se trata de analisar a relevância conferida à recepção do público e à sua autoridade na validação do sentido, podemos invocar os estudos de Habermas (2002) sobre os três níveis de consciência moral. O autor parte da consciência pré-convencional – quando o indivíduo simplesmente aceita as normas para não sofrer sanções – para a convencional, em que ele percebe a importância da aceitação da norma para integrar-se à sociedade, embora ainda sem tomar parte no acontecimento. Habermas sugere, então, um terceiro nível: o da consciência moral pós-convencional, quando o indivíduo passa a perceber a realidade como construção social, entende que pode exercer influência sobre ela e, finalmente, compreende sua responsabilidade para com o coletivo, assumindo então uma postura ética construtivista.

Assim, pode se conceber a ética construtivista neste nível de desenvolvimento da consciência moral pós-convencional. E, portanto, a perspectiva da teoria construtivista do jornalismo não pode deixar de atribuir à instituição jornalística o dever de se posicionar pelas transformações das crenças, normas e leis que ameacem a soberania da pessoa sobre o seu destino e sua vida. (ROCHA e GRADIM, 2020, p. 102)

Para encerrar esta parte do estudo sobre a polarização entre os paradigmas objetivista e construtivista, vale lembrar o que foi dito anteriormente a respeito das resistências na imprensa brasileira aos mecanismos de controle da mídia estabelecidos

pelas elites dominantes. Uma luta que sempre existiu, ainda que oscile de acordo com as características e condições dos cenários temporais, ora de maneira mais firme, ora mais retraída. Resistências semelhantes foram registradas na primeira metade do século 20 na imprensa norte-americana, a mesma que inspirou empresários de comunicação do Brasil a adotarem o modelo positivista.

A crítica à objetividade, nos Estados Unidos, se traduziu de forma mais pontual no *Muckraking*,⁶ movimento criado no início do século 20 – e reprisado nos anos 60 do mesmo século – por jornalistas que se dispunham a investigar mais a fundo informações e denúncias relacionadas à gestão pública, empresas privadas e instituições sociais, algo que a reportagem objetiva, subserviente, recusava-se a fazer (SCHUDSON, 2010).

A tradição do *Muckraking* impactou de forma particular as *hard news*, por se tratar de um estilo investigativo que chegou ao ápice com a publicação da série de reportagens de autoria de Bob Woodward e Carl Bernstein, no jornal *The Washington Post*, sobre o escândalo de *Watergate*. Todavia, embora o caso tenha se avolumado em importância, ao ponto de originar até o longa metragem hollywoodiano *Todos os homens do presidente*, os dois jornalistas rejeitaram a classificação do seu trabalho como “reportagem investigativa”, e afirmaram ter feito simplesmente “reportagem”, considerando que investigar já é uma função essencial do jornalismo (SCHUDSON, 2010).

O jornalismo independente da atualidade se pauta pela reportagem dos fatos, de forma intersubjetiva, mas nem sempre dispensa a classificação de “investigativo”, que termina por distingui-lo da reportagem da mídia tradicional. Para os dois profissionais do *The Washington Post*, o caso *Watergate* foi apenas um trabalho de jornalismo, que inclui apurar e checar todos os fatos e dados encontrados. Entretanto, por mais essencial que possa parecer, não é assim que procede, em geral, boa parte da grande imprensa. Longe da função de investigar, predomina na maioria desses veículos a preocupação de reproduzir informações, de acordo com os interesses dos seus controladores, de forma a não contrariar conveniências nem comprometer as relações políticas e econômicas. Dito de outra maneira: “a tradição investigativa simplesmente distingue sua agressividade da

⁶ O termo *muckraking* tornou-se mais popular quando o então presidente norte americano Theodore Roosevelt, em discurso proferido em 1906, referiu-se a um personagem do livro *Progresso do Peregrino*, de John Bunyan (1678), para afirmar que “os homens com os ancinhos são frequentemente indispensáveis para o bem-estar da sociedade. Mas apenas se eles souberem quando parar de limpar o lixo”. (The New York Times, 1985, p. 27)

passividade do jornalismo objetivo” (SCHUDSON, 2010, p. 188).

3.2 Quebradeira e excesso de constrangimentos afastam jornalistas das redações

Por mais que tenham se colocado a serviço das elites dominantes, estabelecendo políticas editoriais marcadas pela exigência de objetividade e isenção dos jornalistas, os grandes conglomerados de comunicação não conseguiram escapar da crise financeira. E uma vez mergulhados nela, a primeira solução adotada geralmente é o corte na própria carne, com a demissão de profissionais baseada em critérios que parecem estabelecidos muito mais pelos departamentos financeiro e de recursos humanos que pela direção da redação. Os cortes, que via de regra incidem sobre os salários mais altos, dispensam os melhores profissionais e deixam os jornais à mercê dos mais novos e menos experientes. Opta-se voluntariamente por uma queda na qualidade em favor da sobrevivência no mercado, e quem paga a conta dessa fórmula nociva é o leitor (CALADO, 2019).

Outro aspecto responsável pela redução da qualidade editorial dos veículos é o excesso de constrangimentos impostos aos profissionais. Como já foi dito neste estudo, as organizações jornalísticas em geral apostam no binômio “profissionalismo jornalístico – política editorial” para evitar que seus funcionários desgarem das normas e tornem-se ameaças à boa convivência com o poder (SOLOSKI, 2016). Aos poucos, o engessamento dos conteúdos, provocado pela rigidez das normas ditadas pelos *publishers*, desperta sentimentos de frustração e desinteresse nos jornalistas. Exauridos do cabresto exigido no cotidiano, vários deles terminam migrando para veículos menores, de linha independente, com mais liberdade para produzir. Em outros casos, fundam seus próprios blogs e sites. Alguns prosperam, transformando-se em portais maiores, com bom número de leitores e assinantes, garantindo monetização suficiente para proporcionar um padrão de vida ao menos equivalente ao que mantinham com os salários pagos pelas empresas.

É o caso do nosso objeto de estudo, o portal Marco Zero Conteúdo, fundado por profissionais com passagens por grandes redações em Pernambuco e em outros Estados.⁷ Embora dedicado às causas sociais e ao jornalismo voltado para a periferia e segmentos minoritários, o site tem conseguido uma ampliação constante da audiência e

⁷ Fundado por sete jornalistas de Pernambuco – todos com passagens por redações e alguns também com atuação no meio acadêmico – o site foi ao ar pela primeira vez em 16 de junho de 2015. (MZC, 2015)

mantém uma remuneração razoável aos jornalistas – dentro dos padrões do mercado local – graças a financiamentos obtidos junto a ONGs nacionais e internacionais, editais em projetos de fomento e campanhas para ampliar o número de assinantes. São fontes financiadoras que, de acordo com os dirigentes do portal, não ditam regras na política editorial nem interferem nos conteúdos publicados.

Em entrevista concedida a Karolina Calado, um dos fundadores do Marco Zero, o jornalista Laércio Portela, assegura não haver ingerências comerciais no conteúdo editorial. A relação do portal com seus financiadores, segundo ele, se resume à prestação de contas, na forma de um balanço financeiro apresentado no final do ano ou ao final de cada projeto.

Nós tomamos a decisão certíssima de ser sem fins lucrativos, porque temos liberdade para fazer os conteúdos que produzimos. Fazemos o jornalismo que a gente deseja fazer e isso só é possível porque as nossas energias de busca de financiamento são energias no campo do jornalismo. São parcerias ou editais nas temáticas que a gente sempre defendeu. O diálogo entre as parcerias se dá de jornalista para jornalista e não de jornalista para anunciante. O jornalismo está acima de tudo. Ser sem fins lucrativos é o caminho que nos garante independência editorial. (PORTELA, apud CALADO, 2019, p. 147)

De acordo com outro fundador, o jornalista Inácio França, desde 2017 o principal financiador do Marco Zero tem sido a entidade anglo-suíça OAK Foundation, que patrocina projetos de combate à iniquidade, em defesa da igualdade e da justiça social na área da comunicação. Curiosamente, a fundação é suprida financeiramente por uma empresa do grande capital, a rede de lojas Duty Free, presente em diversos aeroportos por todo o mundo. Em entrevista a este pesquisador, França explicou que os proprietários da rede adotam uma linha progressista em relação à liberdade de informação, e garante que jamais houve tentativas de interferir no conteúdo publicado.

Eles nunca nos pediram nada, apenas recomendaram que a gente faça cursos e investimentos, promova oficinas e participe de editais que nos proporcionem estabilidade financeira, porque eles vão sair, em 2025. Hoje eles financiam 67% do nosso orçamento, e no ano que vem, serão 50%. O restante vem são outros projetos. (FRANÇA, 2021)

Ainda segundo o jornalista, seria inviável sobreviver apenas com o suporte financeiro dos assinantes, que atualmente representam cerca de 2% da arrecadação do coletivo. Ele justifica que não faz parte da cultura do consumidor de notícias no Brasil fazer doações para o jornalismo. A maioria prefere assinar uma revista ou jornal físico

para receber em casa, ou um veículo digital, para ter acesso exclusivo a uma matéria. Mas o Marco Zero tem como política interna não oferecer conteúdos fechados.

Deixamos claro que o nosso assinante recebe a mesma coisa que os demais leitores, não tem direitos exclusivos. Estão apenas contribuindo para o jornalismo independente como um compromisso político. (FRANÇA, 2021)

O jornalista revela o fechamento de uma parceria com a empresa de tecnologia Google, que segundo ele representará, a partir de 2022, aproximadamente 50% do orçamento do coletivo, e cujo contrato contém dispositivos que vetam interferências no conteúdo publicado. França adianta ainda que outras parcerias são discutidas com entidades como a Fundação Repórteres Sem Fronteiras e a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, nos mesmos moldes de independência (FRANÇA, 2021).

O Marco Zero utilizou, no passado recente, a experiência de financiamento por *crowdfunding*, no projeto Adalgisas,⁸ que registrou a participação feminina nas eleições de 2018 em Pernambuco. Ao final, foram arrecadados cerca de R\$ 20 mil, superando a meta estabelecida. Também realizou uma parceria experimental com a Agência Pública para checagem de dados nas eleições de 2018 e 2020, integrando-se ao projeto Truco nos Estados,⁹ coordenado pela *International Fact-Checking Network (IFCN)*, criada pelo Instituto Poynter, dos Estados Unidos.

3.2.1 Novos enquadramentos tornam mais atrativo o jornalismo independente

Ao analisar o significado subjacente do enquadramento e da função interpretativa da notícia, Stuart Hall (2016) destaca o fato de a imprensa veicular informações sobre acontecimentos que fogem à rotina da maioria da sociedade, tornando-se frequentemente a primeira e, às vezes, única fonte de informação sobre questões importantes. Tal característica contribui para concentrar nas mãos da mídia e dos seus controladores um poder extremamente representativo. Para a maioria da população, a grande imprensa age como definidora dos acontecimentos significativos, mas também oferece interpretações poderosas, que interferem na compreensão desses acontecimentos. Implícitas nessas interpretações estão as orientações relativas aos acontecimentos e pessoas ou grupos nelas envolvidos (HALL, 2016).

Fica clara, portanto, a importância de se desconstruir e analisar cuidadosamente

⁸ Projeto Adalgisas. Disponível em: <http://marcozero.org/projetoadalgisas/>. Acesso em: 10 nov. 2021.

⁹ Truco nos Estados. Disponível em <https://marcozero.org/truco-2018-confira-o-balanco-geral-das-checagens/>. Acesso em: 10 nov. de 2021.

o enquadramento dado às notícias, com vistas a identificar a quem de fato interessa a divulgação de determinada informação, abordada por certo ângulo ou versão. Isso ocorre na imprensa tradicional e na mídia independente. Mas é apenas nesse ponto que eles convergem. No mais, diferenciam-se quanto aos públicos que pretendem atingir, assim como em relação às intenções com que o fazem e à mensagem que pretendem passar. Conforme atestam Rocha e Gradim (2020), o fato de as discussões sobre enquadramento estarem na ordem do dia dos atuais estudos de mídia e jornalismo ressalta a importância do paradigma construtivista. A mesma atenção, porém, não é dada à importância da autoridade do público na negociação dos significados.

Todavia, quando se referem às novas mídias – incluídos os veículos independentes – os autores reconhecem como mais evidentes os vínculos recíprocos da autonomia dos jornalistas com enquadramentos educativos que convoquem o público a se assumir enquanto comunidade moral, com poderes para impor o interesse da coletividade diante da política editorial das organizações e dos meios políticos e econômicos que as controlam (ROCHA e GRADIM, 2020).

Para tanto, os autores advertem que enquadramentos oriundos do processo de construção recíproca podem manifestar-se cognitiva ou culturalmente. No primeiro caso, estimulam a análise de um fenômeno por meio da atenção dirigida, usando estereótipos e favorecendo a construção das mensagens. Já os enquadramentos culturais não estabelecem temas concretos e buscam explicar a realidade utilizando-se de um horizonte cultural mais extenso, em uma naturalização que os torna mais difíceis de definir.

Deste modo, tornam-se patentes as implicações éticas pós-convencionais do paradigma construtivista para a construção de enquadramentos capazes de revestir a prática jornalística de compromissos consistentes com a inclusão social, o respeito à alteridade, à diversidade e, por fim, com a consolidação da democracia. (ROCHA e GRADIM, 2020, p. 106)

Retomando as definições de Stuart Hall (2016) sobre definidores primários e secundários de informações – já discutidas anteriormente – ao trazê-las para o nosso estudo poderemos perceber que o jornalismo independente de certa maneira subverte essa ordem – ou ao menos se esforça para isso – quando se debruça sobre pautas sociais buscando outras fontes que não as tradicionais, apontadas por Hall como primárias. Esse posicionamento evidencia, na prática, a diferença entre a mídia comercial – reprodutora das mensagens transmitidas pelos porta-vozes das elites – e os veículos de

linha independente, empenhados em um trabalho horizontalizado, de construção social da realidade e resistente às pressões das elites dominantes.¹⁰

O enfrentamento cotidiano entre o jornalismo independente e a mídia tradicional é intenso e desigual, mas serve para que, de alguma maneira, informações importantes sejam transmitidas sem os filtros impostos por essas elites. E uma vez impulsionadas pela internet, essas informações inevitavelmente se propagam. Um exemplo dessa quase subversão dos valores da mídia ocorreu entre 2018 e 2019, envolvendo um dos principais veículos independentes do País, o *The Intercept Brasil (TIB)*,¹¹ e a Operação Lava Jato – equipe de investigadores, advogados e promotores públicos encarregados de apurar denúncias de corrupção nas hostes políticas e empresariais. Entre estes estavam expoentes como o ex-ministro da Justiça, Sérgio Moro, e o ex-procurador Deltan Dallagnol, que coordenava a operação.

Declarando não possuir quaisquer vínculos com os donos do poder, o portal publicou uma série de reportagens baseadas em vazamentos de mensagens trocadas entre essas autoridades, por meio do serviço *Telegram*, nas quais admitiam ter cometido desvios legais e adotado direcionamentos políticos nas investigações. As revelações abalaram a confiança do público na operação e no processo de combate à corrupção deflagrado no Brasil após as eleições de 2014 (THE INTERCEPT BRASIL, 2019).

O impacto causado pelas reportagens ficou evidente nas reações dos envolvidos, baseadas primeiramente na negação e, posteriormente, em ataques pessoais e tentativas de desacreditar os editores do site independente. Mal começara, o processo já atraía o interesse da audiência, conforme registravam as redes sociais, onde as reportagens eram replicadas aos milhares, ocupando sucessivamente os *trending topics* do microblog *Twitter* com hashtags como #vazajato, #morotraidordapatria e #vazatudoglenn.

Nas primeiras publicações do *The Intercept Brasil*, as reportagens pareciam uma investida quixotesca contra imensos moinhos de vento institucionais. A desvantagem inicial do site, porém, não abalou os seus editores que, mesmo criticados e atacados até

¹⁰ Se nos balizarmos pelo que diz Stuart Hall sobre o papel ideológico da mídia, determinado por essa relação com as fontes primárias poderosas, perceberemos que o fazer jornalístico dos veículos independentes tenta se contrapor à tese marxista de que as ideias dominantes, em qualquer época, serão sempre as ideias da classe dominante.

¹¹ O portal foi fundado no Brasil em agosto de 2016, seguindo a mesma linha independente e investigativa do site original, criado nos Estados Unidos em 2013. Em seu descritivo, o TIB se dispõe a garantir aos jornalistas espaço para colocarem a própria voz e paixão nas reportagens, independente de pressões corporações, governos, políticos, empresários, bancos e outros poderosos.

na sua vida pessoal,¹² respondiam com novas reportagens, cada vez mais aprofundadas. A estratégia aumentou o nível de atenção sobre o site e provocou uma situação poucas vezes vista no jornalismo brasileiro: o engajamento dos maiores conglomerados da mídia tradicional. Entre eles, a Rede Globo. Temendo a perda de audiência e as críticas dos consumidores de notícias à ausência de informações nos seus noticiários, as televisões, jornais e rádios abraçaram a polêmica da “Vaza Jato”. Os onipresentes filtros empresariais e políticos, porém, foram novamente acionados, amenizando o tom das notícias divulgadas por esses veículos.

O cenário montado a partir do engajamento da mídia tradicional no caso comprovou, mais uma vez, a tese do *gatewatching* (BRUNS, 2005), que discutiremos mais adiante neste estudo. Um único site independente de notícias, agindo como *gatekeeper*, pautou praticamente toda a grande imprensa brasileira, que basicamente cumpriu a função de observar e replicar. Ao discorrer sobre a formação de ecossistemas midiáticos, sobretudo a partir do surgimento das redes sociais – que reconfigurou a antiga disputa entre os veículos pela divulgação em primeira mão das notícias – João Messias Canavilhas (2010) reforça a tese, descrevendo os *gatewatchers* como elementos centrais nesses ecossistemas, nos quais:

A fragmentação motivada pela multiplicação de fontes e o excesso de informação obrigam os media a disputarem a atenção dos leitores. [...] Este fluxo de atenção cresce à medida que a notícia é partilhada e comentada pelos leitores, gerando-se novas ligações entre leitores. A estabilização destas ligações tende a transformar um grupo de leitores numa comunidade, algo que, curiosamente, é coincidente com uma missão do jornalismo: ajudar as comunidades a definirem-se, encontrando uma cultura comum enraizada na realidade. (CANAVILHAS, 2010, p. 5)

Essa fórmula não se limitou aos veículos da grande imprensa. Alcançou também portais independentes concorrentes. Alguns, inclusive, com audiência superior à do *The Intercept Brasil*. Entraram na história, por exemplo, *El País Brasil*, *Agência Pública*, *Agência Lupa*, *Jornalistas livres*, *Brasil de Fato*, *Mídia Ninja*, *Marco Zero Conteúdo*, *Aos Fatos*, *Ponte* e *Nexo Jornal*, apenas para citar os maiores.¹³ Essa movimentação

¹² Logo após as primeiras publicações, os responsáveis pelo site passaram a receber críticas de integrantes do Ministério Público e de outros órgãos dos Poderes Constituídos. Os ataques incidiam, principalmente, sobre o editor-chefe do TIB, Glenn Greenwald, inclusive na sua vida privada. Os acontecimentos foram narrados pelo portal Repórteres Sem Fronteiras (RSF, 2019)

¹³ Pesquisa feita pelo autor nos portais mencionados, utilizando como palavra-chave “Operação Lava Jato”.

tornou impossível abafar o caso, que terminou nos tribunais e enfraqueceu o poder dos procuradores, culminando com a demissão de Sérgio Moro do Ministério da Justiça e a reversão, no Supremo Tribunal Federal, de sentenças embasadas naquelas investigações.

As reportagens investigativas do *The Intercept Brasil* conseguiram amplificar seu eco na sociedade ao receberem respaldo de outros veículos independentes de peso, forçando um segundo momento no qual a grande mídia precisou entrar no assunto para não ter sua credibilidade manchada pela ausência do tema no noticiário. A construção desse cenário garantiu ao TIB, em certa medida, uma credibilidade “por osmose”, emprestada pelas maiores empresas de comunicação do País. Foram parcerias informais e pouco ortodoxas com veículos de linhas editoriais bem antagônicas, conforme admitiu o próprio diretor do *The Intercept Brasil*, Leandro Demori, em uma palestra pública.¹⁴

O caso específico da TV Globo só aconteceu após o fundador do site, Glenn Greenwald, declarar que a emissora estaria agindo como “parceira” da Lava Jato. A empresa emitiu nota negando a suposta parceria e esclarecendo que o site a procurara para divulgar o material, mas teria havido resistências ao acordo. Ainda assim, o noticiário da Globo incluiu, com filtros, parte das reportagens (THE INTERCEPT BRASIL, 2019).

3.2.2 Escancarando os portões: quem pauta o jornalismo independente?

Warren Breed já alertava, algumas décadas atrás, para a importância da autoridade do público sobre a atuação da imprensa. Enquanto seu principal “cliente”, essa audiência tem direito a um noticiário não apenas interessante, mas que ofereça informações significantes. Ele elencou como um dos problemas básicos da democracia exatamente a indefinição sobre o tratamento que deve ser dado ao indivíduo como integrante de uma massa ou como elemento moldado por processos educativos para tornar-se participante ativo em decisões públicas (BREED, 2016).

Sem mencionar a fonte, o autor cita estudos sobre os hábitos de leitura, que teriam revelado uma preferência dos leitores por notícias mais interessantes e leves, o chamado *infotainment*, em detrimento de análises mais aprofundadas. Mas atribui a

¹⁴ Parceria do Intercept com mídia conservadora dá “tilt ideológico” na direita, diz editor do site. Disponível em: <https://marcozero.org/parceria-do-intercept-com-midia-conservadora-da-tilt-ideologico-na-direita-diz-editor-do-site/>. Acesso em: 17 jul. 2021.

responsabilidade por essa escolha não à própria audiência, e sim à falta de um maior estímulo por parte da sociedade e da própria imprensa para que o cidadão exija a informação que realmente precisa receber e saiba distinguir informação válida da supérflua. O modelo de receptor que foi moldado pela sociedade e pela grande mídia não se habituou a fazer essas distinções, que o ajudariam a compreender seu papel de cidadão na democracia. Indo além do que afirma Breed, entendemos ser possível constatar, hoje em dia, que o receptor também é moldado pelo consumo de fake news e de um noticiário ainda mais superficial oferecido pelas redes sociais.

De acordo com Breed, há diversas forças que poderiam contribuir para reverter o processo de alienação do público pelo consumo exclusivo de notícias supérfluas, a exemplos dos códigos profissionais, escolas de jornalismo, sindicatos, críticos e até segmentos dos próprios leitores mais bem informados. Mas a mudança, segundo o autor, deveria começar pelos donos dos veículos, detentores da palavra final sobre o que é ou não publicado. Em uma descrição esquemática, Breed coloca os padrões no vértice de um T, como ponto crucial das decisões. A redação e demais funcionários formam a base desse T e as forças exteriores, da comunidade e da sociedade, são os braços. Nesse esquema tradicional, a palavra final sobre quais forças têm de ser conciliadas continuaria sendo do *publisher* (BREED, 2016).

Entretanto, na nossa pesquisa sobre jornalismo independente é possível constatar que nem sempre o esquema de pressão dos *publishers* tem sido bem-sucedido. No Brasil, essa dificuldade fica ainda mais clara. A crise financeira que se abateu sobre os conglomerados de comunicação só agravou uma antiga relação de dependência dos veículos para com as elites política e econômica. Some-se a isso a visão paternalista com que a grande mídia brasileira ainda encara o poder institucional e o mercado e teremos um clima de inconformismo que intensificou a migração de jornalistas para veículos de linha independente. Mesmo que essa virada represente perdas financeiras ou de status.

Retomando a discussão sobre o valor da autoridade do público, a pesquisadora Giovana Mesquita ressalta que o advento da internet impulsionou uma mudança importante também nessa relação direta entre veículos de comunicação e o público. Ela discute o surgimento do que chama de Audiência Potente, segmento composto pelos receptores ativos, que se envolvem – ou se deixam envolver – de diferentes formas nos processos, práticas e rotinas jornalísticas (MESQUITA, 2014).

Ao contrário da audiência “passiva”, para a qual o jornalismo tradicional

costuma direcionar suas rotinas, a Audiência Potente é capaz de interferir na produção jornalística, com o potencial de amplificar informações e ressignificar conteúdos. Sobretudo por meio das redes sociais – monitoradas hoje com absoluta atenção por jornalistas e empresas de comunicação – esse público de olhar plural emite comentários e opiniões capazes de reverberar na mídia e estimular o debate público sobre assuntos importantes que, de outra forma, jamais entrariam na agenda dos veículos tradicionais. É o caso – citado anteriormente neste estudo – das reportagens exclusivas publicadas pelo portal *The Intercept Brasil* sobre a troca de mensagens na Operação Lava Jato, escândalo que povoou as redes sociais, atraiu as atenções da Audiência Potente e forçou a mídia tradicional a se engajar na cobertura.

Com a presença desse novo agente que se incorpora ao campo jornalístico, as notícias não são mais construídas somente a partir da imagem que os jornalistas têm da audiência. A produção das notícias – que envolvia uma série de paradigmas e práticas profissionais dadas como naturais, somadas à cultura profissional e às restrições ligadas às organizações do trabalho – é acrescida dos olhares dessa Audiência Potente. (MESQUITA, 2014, p. 169)

Ainda segundo a autora, a vigilância desse público qualificado pode levar o jornalista a cobrar de si mesmo uma maior responsabilidade inerente à profissão, como a verdade e a ética, o rigor no método e o combate às distorções e omissões presentes nas atividades da grande mídia. Todavia, alerta Mesquita, não se deve cobrar da Audiência Potente que exerça essa função conscientemente, pois ela não está habilitada nas práticas da profissão que devem nortear a credibilidade da informação, como o princípio do contraditório, a busca pela verdade, a verificação dos fatos e a independência. Por outro lado, o jornalista não deve basear-se exclusivamente na medição da Audiência Potente, ao ponto de abandonar questões essenciais como a ética, a agenda pública e o limite entre jornalismo e publicidade (MESQUITA, 2014).

Ao longo deste estudo, entendemos que seja possível verificar se existe uma relação mais estreita entre o jornalismo independente e a Audiência Potente, e se esse público pode encontrar eco mais representativo nas pautas dessa mídia, centradas no jornalismo de interesse público, gerando uma identificação maior com o sentimento de cidadania que, segundo Giovana Mesquita, parece ser a mola propulsora dessa audiência.

Mesmo reconhecendo que a maioria dos veículos independentes ainda atua de forma um tanto tímida, o caso da “Vaza Jato” merece ser visto como um alerta aos

controladores da mídia tradicional. Entre outras razões, por descortinar essa sociedade mais atenta e engajada no processo de vigilância democrática, inclusive por meio da comunicação eletrônica. Embora não tenha sido um episódio isolado no País, o caso ganhou destaque pelo peso político dos envolvidos, servindo de base para especularmos se a proliferação de sites independentes não tornaria menos desigual o embate com a imprensa tradicional em um futuro próximo, inclusive considerando o fenômeno do *gatewatching*, proposto por Axel Bruns (2011) como uma evolução do *gatekeeping*.

O conceito do tradicional *gatekeeper* foi delineado por Kurt Lewin na primeira metade do Século 20, quando o jornalismo impresso ainda ocupava a posição de grande estrela dos meios de comunicação, e ampliado três anos depois por David Manning White, com seu experimento do personagem *Mr. Gates*, baseado no trabalho de um editor-finalizador de um grande jornal dos Estados Unidos, encarregado da seleção das notícias (WHITE, 2016). Mas coube a Warren Breed, com sua Teoria da Organização, publicada em 1955, situar de forma mais clara como se dava a concentração de poderes do *gatekeeper*. Retomando a concepção inicial de Lewin, Breed demonstrou que, acima da vontade dos repórteres e editores, a decisão final sobre as reportagens a serem oferecidas ao leitor cabe, de fato, ao dono do jornal e, em termos subjetivos, à elite representada por ele (BREED, 2016).

Os *gatewatchers*, por sua vez, ganharam força e ampliaram seu espaço nas últimas décadas com o suporte das novas tecnologias aplicadas, que têm motivado uma permanente reformulação da relação entre jornalistas e audiência. Eles atuam como selecionadores das notícias já publicadas, diferindo dos *gatekeepers*, inclusive, pelo caráter mais democrático; não há temas censurados, e sim indicações de releituras, que são aceitas ou não pelo consumidor de notícias. No modelo do webjornalismo independente, o binarismo representado pelo *gatekeeper* caiu em desuso, graças ao potencial de interatividade e horizontalidade proporcionado pelo ambiente digital. Hoje, o que é publicado na grande mídia como conteúdo de dominação recebe, em paralelo, abordagens intersubjetivas nos portais independentes, atentos ao *gatewatching*.

O antigo monopólio de *gatekeeping* mantido pela mídia de massa tem sido desafiado pela nova prática de *gatewatching*, feita pelos blogueiros individuais e pelas comunidades de comentaristas, que podem não fazer reportagem das notícias em primeira mão, porém fazem a *curation*, avaliam as notícias e outras informações fornecidas pelas fontes oficiais e, assim, prestam um serviço importante. (BRUNS, 2011, p. 119)

Com a internet modificando estruturas, os receptores ganharam acesso direto a jornalistas e fontes, forçando uma adaptação de teorias clássicas da comunicação ao novo modo de fazer jornalismo. Os *gatekeepers* deram lugar aos *gatewatchers*, e estes, no papel de selecionadores de notícias, já trabalham com os *gateopeners*, jornalistas que usam sua expertise para dinamizar e autenticar essa seleção. Esse processo ocorre em uma velocidade inimaginável para o velho “Mr. Gates” idealizado por White na metade do século passado. Isso quando não acontece em tempo real.

Para um estudo sobre a evolução do *gatekeeping* ao *gatewatching* e, deste, ao *gateopening*, a melhor discussão sobre os fatores que levam parte dos jornalistas a trocar o trabalho nos grandes conglomerados de comunicação pelos veículos independentes é oferecida por Michael Schudson, que resume de forma crua e direta, na sua Teoria Unificada do Jornalismo¹⁵, o processo de produção da notícia:

As explicações para as notícias serem o que são só terão interesse se pressupomos que não é óbvio as notícias serem o que são. Se estivermos convencidos de que as notícias apenas espelham o mundo exterior, ou que simplesmente imprimem os pontos de vista da classe dominante, nesse caso não é necessário mais nenhuma explicação. (SCHUDSON, 1988, p. 17)

O autor expõe uma inquietação bastante comum, e defende que para se ter uma real compreensão das notícias é necessário um somatório de explicações que, oferecidas de forma isolada, não fariam sentido. Ele propõe unir a “ação pessoal”, que define a notícia como produto das pessoas e suas intenções, à “ação social”, que vê as notícias como produto das empresas jornalísticas, com suas remodelagens e constrangimentos impostos aos jornalistas. E somar a elas a “ação cultural”, definindo a notícia como produto da cultura e atrelada aos limites dessa cultura, independente de crenças pessoais dos autores ou imposições dos empresários (SCHUDSON, 1988).

Com base na teoria de Schudson, a pesquisadora Pamela Shoemaker ampliou os estudos sobre o *gatekeeping*, indicando diversos componentes que atuam nesse processo e dividindo-os em quatro grupos distintos, de acordo com sua influência.¹⁶ No primeiro

¹⁵ Em 1988, Michael Schudson escreveu que as teorias unidimensionais não conseguiam explicar as notícias, e que para compreendê-las era preciso cruzar várias explicações isoladas, transformando-as em um conjunto para alicerçar uma teoria unificada sobre o processo de produção de informação (SOUSA, 2002).

¹⁶ Dessa forma, Shoemaker montou as bases de uma teoria unificada, capaz de explicar o processo de produção de notícias permeado por inúmeros atores (Idem, 2002).

nível, o *individual*, pesam os modelos de pensamento, a heurística cognitiva, os valores e características pessoais, a concepção dos atores envolvidos sobre seu papel social. No segundo nível, entram as *rotinas produtivas*. No terceiro, atuam as *características organizacionais* (recursos, hierarquias, etc.), os processos de socialização dos jornalistas e as dinâmicas próprias que a organização noticiosa estabelece com o meio. E por último, no *social, institucional e extra organizacional*, o processo de *gatekeeping* é influenciado pelas fontes, audiências, mercados, política, publicitários, judiciário, lobbies, serviços de relações públicas e outros meios jornalísticos (SHOEMAKER, 1991).

Segundo o pesquisador português Jorge Pedro de Sousa, Shoemaker retomou o tema, em parceria com Stephen Reese (1991; 1996), formulando uma teoria unificada dos conteúdos noticiosos, igualmente identificando níveis de atores e sua influência no processo, pela ordem: trabalhadores dos media, rotinas produtivas, atores organizacionais, atores externos e, por último, influências ideológicas. Reconhecendo como principal avanço a ação da ideologia sobre o conteúdo das notícias.

Agregando as ideias de Shoemaker e Reese às de Schudson, e tendo em conta as perspectivas “divisionistas” de Traquina (2001; 2002), é possível perceber que numa coisa os estudiosos do jornalismo estão de acordo: os resultados das pesquisas colocam em evidência que fatores de natureza pessoal, social (organizacional e extra organizacional), ideológica e cultural enformam e constroem as notícias. Uma teoria unificada do jornalismo tem de partir desse património comum de conhecimento científico sobre jornalismo. (SOUSA, 2002, p. 7)

Para além da ampliação do cenário a partir do surgimento do jornalismo eletrônico, o questionamento formulado por Schudson permanece no cerne da discussão sobre o jornalismo em todos os seus formatos: por que as notícias são como são? Com base na definição de Miguel Rodrigo Alsina sobre a notícia como representação social da realidade cotidiana, produzida institucionalmente, que se manifesta na construção de um mundo possível (ALSINA, 2009), podemos afirmar que, no âmbito do webjornalismo, com suas ferramentas tecnológicas modernas, essa construção assume novas características e suscita outras questões, derivadas da primeira: como as notícias circulam? Como são recebidas? Que efeitos provocam no público? O presente estudo não se dispõe a respondê-las, mas pretende apoderar-se delas como combustível para a investigação sobre quem, de fato, pauta o jornalismo independente.

Nesta nova fase de relacionamento entre jornalistas e audiências, provocada pela internet e pela proliferação de veículos de linha independente, foi constatada a

migração, definida por Bowman e Willis (2003) – sobre a qual discorremos anteriormente – do jornalismo convencional, feito de cima para baixo, em direção a um modelo praticado de baixo para cima, que também operou mudanças no cotidiano da mídia de massas, eventualmente obrigando-a a acompanhar essa evolução, como no caso da “Vaza Jato”. No Brasil, as práticas desse novo modelo, assim como as do *gatewatching*, já foram incorporadas por portais de jornalismo independente, muitos já popularizados entre os leitores mais exigentes. Neles, é possível constatar a horizontalização das pautas – mais alinhadas aos interesses da audiência – e um esforço na seleção e redistribuição de notícias, ofertando mais análises e opiniões, adequando-se ao modelo citado acima.

Observamos, portanto, que a prática do *gatewatching* tem contribuído para um relacionamento mais colaborativo entre jornalistas e receptores de notícias. Uma ligação que ocorre cada vez mais rapidamente, por vezes em tempo real nas redes sociais. Esses receptores ativos divulgam, comentam, questionam e até desacreditam informações em minutos, com plataformas adicionais que possibilitam aos usuários compartilhar entre si os conteúdos no momento em que os recebem. Tais ferramentas também permitem aos receptores conectarem-se diretamente às organizações, instituições e indivíduos que lhes interessam, acompanhando notícias importantes no momento em que são divulgadas à imprensa por organismos governamentais, políticos, empresas privadas, ONGs e demais elementos da vida pública.

Axel Bruns reconhece que esse tipo de prática destoa do jornalismo no sentido mais ortodoxo, mas fornece um modelo para o que pode ser descrito como uma curadoria colaborativa de notícias por determinada comunidade. Resumindo o processo de *gatewatching*, o autor explica que, por não serem profissionais da comunicação, usuários da internet envolvidos nessa curadoria de informações, disponíveis em vários meios, não têm condições de “guardar os portões” desses canais. Mas participam de um esforço organizado de “observar” informações que passam por eles, vindas da mídia, e dividi-las com mais usuários, gerando uma grande teia de informações disponibilizadas democraticamente em diversas plataformas online (BRUNS, 2011).

3.2.3 O jornalismo cidadão e o gateopener

A ação dos usuários e suas múltiplas fontes, que utilizam as abordagens de *gatewatching*, podem ser definidas, segundo Bruns (2011), como “jornalismo cidadão”,

ainda que essa classificação pareça uma afronta ao jornalismo tradicional. Afinal, nada indica que os profissionais da grande mídia não sejam também cidadãos. Mas a dicotomia jornalismo tradicional versus jornalismo cidadão tem razões históricas, conforme exemplifica o autor, ao narrar o episódio dos protestos em Seattle (EUA) durante a reunião da Organização Mundial do Comércio, em 1999.

Preocupados em assegurar uma cobertura alternativa e ágil do evento, organizadores dos protestos no entorno desenvolveram o primeiro site do *Independent Media Center* (Centro da Mídia Independente) – ou *Indymedia* – partilhado de forma aberta com quem desejasse contribuir. Assim, garantiram a divulgação das críticas a propostas da OMC que, certamente, não seriam do interesse da mídia tradicional que cobria o evento (MEIKLE, 2002). Logo em seguida, sites colaborativos semelhantes foram surgindo no mundo, inspirados no *Indymedia* e diametralmente opostos à abordagem fechada do *gatekeeping* tradicional. Nesse novo modelo, qualquer usuário poderia contribuir com suas próprias matérias na etapa da entrada, e todas avançavam para a etapa de produção. A plataforma assegurou ainda oportunidades amplas para os comentários não editados dos usuários na etapa final, de resposta (MEIKLE, 2002).

Aquele foi um momento em que a construção noticiosa passou a ser ainda mais democraticamente partilhada, suscitando novos atores: os utilizadores-produtores. Embora esse campo tenha deixado de ser exclusivo dos jornalistas, esses profissionais assumiram o papel de dinamizadores da informação que circulava pelos diferentes fluxos, uma vez que somente eles dispunham de formação adequada para tal. Todavia, reconheceram que a produção não estava mais centrada neles – como acontecia com o *gatekeeping* – e sim nos demais atores, os cidadãos/*gatewatchers*. Partindo desse modelo, uma nova concepção de jornalista-dinamizador foi inserida por Pablo Boczkowski (2004) nesse cenário participativo: o *gateopener*, cujo papel seria o de “abrir os portões” para os novos distribuidores da notícia, selecionando e recolhendo, dentro da infinidade de conteúdos informativos partilhados, os mais relevantes para a construção noticiosa.

Ao mudar de *gatekeeping* para *gateopening*, as práticas da redação se concentraram parcialmente no gerenciamento do fluxo de informações da multiplicidade de provedores de conteúdo. (BOCZKOWSKI, 2004, p. 162).

Segundo o autor, o exame da literatura indica que produtores e consumidores de notícias online oscilam entre tradição e inovação em suas práticas diárias. Embora a

maioria dos jornalistas (produtores) continue priorizando a função de *gatekeeper* como forma de manter o controle sobre as notícias, outros se mostram abertos a novas funções, voltadas para a comunidade, e se dispõem a atuar como *gateopeners*.

Pedro Jerónimo (2015) reforça essa assertiva ao defender que sempre será necessário ter profissionais do jornalismo gerenciando as notícias, filtrando, selecionando e disponibilizando-as ao consumidor. Sobretudo porque a maioria dos usuários não tem tempo nem aptidão para desempenhar papéis que continuam inerentes aos jornalistas, de verificar e acreditar a informação compartilhada.

O mesmo ainda se mantém na atualidade, sobretudo num dos palcos privilegiados para a partilha e a redistribuição de informação: o Facebook. As (re) publicações fazem-se a uma velocidade tal que nem sempre o utilizador comum para para pensar se o que está a ver ou a ler é verídico, isto é, não complementa a sua ação com processos de verificação ou validação. (JERÓNIMO, 2015, p. 70)

É evidente que uma guinada tão radical de formato no jornalismo não ficaria imune ao surgimento dos seus próprios problemas. A abertura dos portões provocou uma enxurrada de *spams* e outros materiais incondizentes com o assunto, forçando os novos sites de jornalismo cidadão a revisarem aspectos colaborativos da curadoria. Alguns *gateopeners* capacitaram comunidades de usuários para que pudessem avaliar e decidir sobre o conteúdo submetido, cabendo a esses fóruns definirem os materiais publicados.

Alguns portais chegaram a criar um modelo de edição aberta, selecionando usuários para executar ajustes necessários em matérias submetidas por outros usuários. Outros, porém, mais preocupados com a qualidade, optaram por manter um esquema de *gatekeeping* apenas na etapa de produção, eliminando matérias inconvenientes. O fato é que nos modelos utilizadores do *gatematching*, com suas curadorias republicando material já existente, em vez de produzir conteúdo novo a etapa final, de resposta, cresceu substancialmente, contrastando com a atrofia quase sempre experimentada pelo jornalismo tradicional nessa fase do processo (MONTENEGRO FILHO, 2020).

Observando o cotidiano de alguns veículos independentes no Brasil, é possível perceber a participação cada vez mais presente do cidadão como colaborador ativo, cabendo aos editores fazer a curadoria dos textos. No portal Marco Zero Conteúdo, nosso objeto de estudo, há um canal aberto de participação, intitulado Diálogos,¹⁷ no

¹⁷ Marco Zero Diálogos. Disponível em: <https://marcozero.org/category/dialogos/>. Acesso em: 20 jul. 2021.

qual são publicados textos e artigos opinativos produzidos por não jornalistas. O canal abre espaço igualitário para especialistas técnicos em áreas abordadas nas reportagens e personagens diretamente envolvidos, como representantes dos movimentos sociais e comunitários. A iniciativa adota a regra atual do jornalismo cidadão, no qual a audiência exige – e conquista – mais oportunidades de participação nos processos de cobertura jornalística e discussão pública (MONTENEGRO FILHO, 2020).

Embora diversos veículos já adotem essa regra, ainda será preciso desmontar barreiras entre jornalistas e usuários e discutir o desenvolvimento de estruturas de comunicação mais horizontais, menos hierárquicas e em rede, entre profissionais e audiências. O processo de *gateopening* demanda uma “conversa entre iguais”, uma relação mais democrática e equilibrada, e não mais, como no passado, entre os tradicionais *gatekeepers* e os consumidores passivos das notícias.

4 REDES DE INDEPENDÊNCIA E O PRIMEIRO COLETIVO JORNALÍSTICO DE PERNAMBUCO

4.1 Webjornalismo, esfera pública e democracia

O declínio financeiro do jornalismo impresso, observado nas últimas décadas, evidenciou um avanço dos conglomerados de comunicação sobre o universo da web como alternativa de sobrevivência e manutenção do controle da informação. O esforço para evitar perder o status de dominação ficou notadamente claro nos investimentos em novas tecnologias e em uma mão de obra mais especializada. Para as organizações jornalísticas, perder esse controle significaria abrir mão da capacidade de pautar assuntos de interesse do poder político e econômico, gerando prejuízos para uma elite dominante acostumada a instrumentalizar a mídia para consolidar sua dominação.

De início, as grandes empresas investiram na criação de portais online, que se limitavam a replicar o conteúdo dos jornais impressos. Alguns anos depois, passaram a incluir novos conteúdos, inclusive áudio e vídeo, mas ainda produzidos originalmente pelos outros meios e apenas reproduzidos na web, simplesmente para manter a audiência, antes cativa nos veículos tradicionais da empresa. Cada um deles com sua linguagem própria embora, de alguma forma, se complementassem, como na fórmula sugerida por Canavilhas (2010): “a rádio diz, a televisão mostra e o jornal explica”.

Os avanços progressivos da internet, porém, foram proporcionando uma fusão desses três ambientes comunicacionais em um só – o conteúdo multimídia – com o bônus de um *feedback* praticamente imediato e ilimitado. Finalmente se começou a pensar em produtos específicos para os portais, embora a ampla maioria permanecesse sob o controle das grandes organizações jornalísticas.

Somente em uma terceira fase dos avanços tecnológicos começou a já citada migração de profissionais das grandes empresas – saturados dos constrangimentos impostos pelos patrões – para os primeiros blogs e sites independentes, dando início a um resgate da função social do jornalismo, com a adoção de abordagens intersubjetivas e pautas de interesse público (MONTENEGRO FILHO, 2020). Esse fenômeno, que Ignácio Ramonet (2011) chamou de “crise do quarto poder”, criou uma lacuna que favoreceu o surgimento do “quinto poder”, mais democrático, horizontal e contestador.

Se o quarto poder não funciona, isso representa um grave problema para a democracia. Não se pode conceber uma democracia sem o autêntico contrapoder da opinião pública. Uma das especificidades

dos sistemas democráticos está, aliás, nesta tensão permanente entre o poder e o respectivo contrapoder. (RAMONET, 2011, p. 23)

Ex-diretor da edição francesa do jornal *Le Monde Diplomatique*, Ramonet teoriza o fenômeno do quinto poder da seguinte forma: a excessiva mercantilização e pasteurização da imprensa tradicional, concentrada nas mãos de poucos grupos e conglomerados empresariais, assim como sua associação crescente com o poder político e econômico, motivaram uma proporcional involução do papel social da mídia, ampliando o efeito domesticador que ela já exercia, totalmente oposto ao conceito de contrapoder apregoado pelos defensores da democracia. Essa progressiva relação de dependência do grande capital e o distanciamento da função social da imprensa alimentaram o fenômeno do “pensamento único” – algo de efeito semelhante à teoria do partido único adotado nas primeiras décadas do século 20 pela extinta União Soviética e posteriormente expandido aos demais países da Cortina de Ferro – contrapondo-se à diversidade e ao pensamento crítico (RAMONET, 2011).

Tornou-se necessário abrir novos espaços para o livre pensar, e a internet oferecia o meio mais adequado e democrático. No vácuo da diversidade de opinião e expressão, foram surgindo mais sites e blogs independentes, adeptos do pensamento crítico. As modernizações tecnológicas se sucediam, gerando novas ferramentas que possibilitaram um maior avanço da mídia independente e a ampliação do espaço online, alcançando camadas sociais antes relegadas ao silêncio pela imprensa comercial, transformando seus representantes em fontes e personagens e contribuindo para inseri-los nos debates de questões importantes e na tomada de decisões. Esses fatores contribuíram para a construção de esferas públicas mais modernas, democráticas e inclusivas, com base no modelo inicialmente proposto por Habermas como:

Uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos. (HABERMAS, 1997, p. 92)

Segundo o autor, essa esfera pública se reproduz por meio do agir comunicativo, embasada em uma linguagem natural e sintonizada com a compreensão geral da prática comunicativa do cotidiano. Habermas adverte, porém, que em relação a questões específicas e politicamente relevantes, ela delega ao sistema político uma elaboração mais especializada.

A esfera pública constitui principalmente uma estrutura

comunicacional do agir orientado pelo entendimento, a qual tem a ver com o espaço social gerado no agir comunicativo, não com as funções nem com os conteúdos da comunidade cotidiana. (HABERMAS, 1997, p. 92)

Assim, Habermas admite a existência de várias esferas públicas articuladas entre si pela comunicação, onde são travados diferentes debates com linguagens próprias. Entretanto, essas esferas públicas diferenciadas – embora formadas por atores sociais ou instituições especializadas – não têm poderes soberanos para deliberar; apenas para difundir informações e conhecimento, que posteriormente são submetidos à validação por uma esfera pública amplificada e mediada pelos meios de comunicação.

A influência política que os atores obtêm sobre a comunicação pública tem que apoiar-se, em última instância, na ressonância ou, mais precisamente, no assentimento de um público de leigos que possui os mesmos direitos. O público dos sujeitos privados tem que ser convencido através de contribuições compreensíveis e interessantes sobre temas que eles sentem como relevantes. O público possui esta autoridade, uma vez que é constitutivo para a estrutura interna da esfera pública, na qual atores podem aparecer. (HABERMAS, 1997, p. 96)

Por fim, Habermas ressalta a possibilidade de manipulação da opinião pública por alguns atores que se aproveitam da inserção na esfera pública para tirar proveito privado, a exemplo de grandes grupos políticos e econômicos. Mas afirma que eventuais tentativas de buscar respaldo de opiniões por meios econômicos, ou de obtê-las sob algum tipo de pressão, em geral não são bem-sucedidas. Para garantir seus interesses, esses atores terão que utilizar uma linguagem que gere convicções dentro da esfera pública geral; caso contrário, suas ideias tendem a ser descartadas pela comunidade de comunicação (HABERMAS, 1997).

A importância da contribuição do jornalismo independente para a construção de esferas públicas mais modernas e inclusivas é atribuída à sua característica de universalidade, além de ser um modelo visto, de forma geral, como anti-hierárquico, adepto da comunicação não coerciva, da liberdade de expressão, de uma agenda sem restrições e da prática de uma comunicação realizada fora do ambiente das tradicionais instituições políticas (MONTENEGRO FILHO, 2021).

Trata-se, portanto, de uma prática de jornalismo que se aproxima bastante do modelo de democracia deliberativa proposto por Habermas (2002) como alternativa aos dois outros modelos conhecidos de democracia, o liberal e o republicano, opostos na concepção sobre o processo democrático e o exercício do poder. O primeiro –

amplamente adotado pela maioria dos países de linha democrática no mundo – delega ao processo democrático a tarefa de programar o Estado no interesse de uma sociedade estruturada na economia de mercado. A política, nesse caso, é vista como um campo de lutas, visando impor interesses sociais privados ao aparato estatal, que se utiliza administrativamente do poder político para garantir fins coletivos.

Menos factível, segundo reconhece o próprio Habermas, o modelo republicano não enxerga a política como simples mediadora, mas como elemento constitutivo do processo de coletivização social, demandando o diálogo e o entendimento em um contexto de vida ético e solidário, uma vontade política horizontalizada e um consenso público alimentado por uma comunicação sem interferências do Estado e do mercado, com prioridade para a sociedade civil e a opinião pública. Porém, para o autor, essas condições carregam um excesso de idealismo e ingenuidade na concepção de um processo democrático demasiado dependente das virtudes dos cidadãos. Ele adverte que, na política, não se deve apostar na condução de acordos baseada estritamente na ética.

Habermas concebe, então, uma via deliberativa baseada na Teoria do Discurso, unindo pontos positivos dos dois outros modelos. Ainda que preveja a tomada de decisões pela coletividade – semelhante à proposta pelo modelo republicano – na democracia deliberativa a formação da opinião e da vontade política não tem o mesmo caráter informal; é adotada como vetor para a tomada de decisões institucionais do Estado e de resoluções legislativas. O poder gerado pela comunicação transforma-se em poder administrativo e em leis que regem os três poderes constituídos, respeitando a dicotomia entre Estado e sociedade e garantindo um maior equilíbrio entre os três pilares básicos das sociedades modernas: o mercado, o estado e a solidariedade construída pelo consenso intersubjetivo da sociedade civil com a perspectiva de uma esfera pública global.

O modelo deliberativo habermasiano demanda um ambiente democrático de auto-organização da sociedade para gestão da administração pública, embora descarte a autoadministração descentralizada que, ao final, concederia aos cidadãos o controle absoluto do Estado. Na deliberação, não se admite um sujeito social totalizante, tampouco sujeitos individuais ditando leis. Adota-se um critério de entendimento dentro da institucionalidade e na rede de comunicação formada para atuar na opinião pública, que cumpre o papel de retroalimentar o poder administrativo, direcionando-o para os interesses de uma sociedade descentralizada, intersubjetiva e democrática, baseada em pressupostos comunicacionais que assegurem a validação desse poder, gerado pela via

da comunicação e apoiado em uma cultura política libertadora, uma socialização política esclarecida e em iniciativas de grupos formadores de opinião.

Essas comunicações sem sujeito, internas e externas às corporações políticas e programadas para tomar decisões, formam arenas nas quais pode ocorrer a formação mais ou menos racional da opinião e da vontade acerca de temas relevantes para o todo social e sobre matérias carentes de regulamentação. (HABERMAS, 2002, p. 281)

A partir dessa análise, é possível pressupor uma incompatibilidade das grandes empresas de comunicação com o modelo deliberativo habermasiano de democracia, considerando-se a natureza monopolista e manipuladora de informações dessas empresas, que visam consolidar e preservar o poder das elites, adeptas de um modelo liberal distorcido da sua concepção teórica inicial e adaptado unilateralmente para assegurar o controle de uma minoria dominante sobre a representatividade política, seja ela eleita pelo voto direto ou escolhida por indicações privadas (MONTENEGRO FILHO, 2021).

Em se tratando de comunicação de massas, uma eventual implementação do modelo de democracia deliberativa poderia promover um estreitamento das relações entre a mídia e a comunidade, estimulando a elaboração de pautas de real interesse social, que aproximem a imprensa do mundo da vida. Dessa forma, na área da comunicação esse modelo se configuraria em uma terceira via, ocorrendo daí um evento previsto por Habermas (2012) na sua Teoria da Ação Comunicativa, ao analisar o funcionamento sistêmico e orgânico dos meios de comunicação: uma necessária e natural quebra da ambivalência entre os sistemas e o mundo da vida, mas sempre direcionada à retroalimentação do poder dominante, oferecendo uma nova alternativa adaptada aos novos tempos e às novas tecnologias.

À proporção que canalizam unilateralmente fluxos de comunicação numa rede centralizada, os quais correm do centro para a periferia ou de cima para baixo, os meios de comunicação de massa podem fortalecer consideravelmente a eficácia dos controles sociais. Mesmo assim, a exploração do potencial autoritário é sempre precária, porque nas próprias estruturas da comunicação está inserido o contrapeso de um potencial emancipatório. (HABERMAS, 2012, p. 702)

O modelo de jornalismo independente analisado neste trabalho possui um formato adequado para atuar em um cenário deliberativo como aliado da sociedade civil, dos movimentos sociais e do próprio cidadão individual, cumprindo não apenas o papel de difusor de notícias de interesse público, mas também colaborando na defesa da

democratização do discurso, no estímulo ao debate e à formação da opinião e vontade política, proporcionando uma base para o surgimento de novas esferas públicas, inclusive no ambiente digital, com maior alcance e, como consequência, com mais amplitude na tomada de decisões (MONTENEGRO FILHO, 2021).

Essa amplificação pelo ambiente digital parece concordar com o que afirma Gil Ferreira (2012), ao classificar como impraticável, no mundo contemporâneo, a ideia de se obter qualquer deliberação em uma assembleia de massas presencial. A concentração demograficamente gigantesca pode, segundo ele, ser substituída por uma deliberação realizada a partir de associações múltiplas, já previstas por Habermas (1997), em direção a um objetivo comum, conforme descreve Benhabib:

É da rede destas formas múltiplas de associações, ligações e organizações que resulta uma ‘comunicação pública’ anônima. O modelo de democracia deliberativa deve privilegiar esse tipo de esfera pública de redes e associações de deliberação, contestação e argumentação mutuamente sobrepostas. (BENHABIB, 1996, p. 73-74).

Gil Ferreira descreve outras soluções apresentadas em estudos sobre os dispositivos de comunicação online, que os enxergam com condições suficientes para atender aos requisitos básicos da teoria normativa habermasiana sobre a esfera pública democrática. Pelas características já citadas anteriormente, esses meios digitais são capazes de estimular a formação de uma opinião pública baseada em processos de discussão em escala largamente superior à dos meios convencionais e redes orgânicas.

Nessa linha, seria possível visualizar uma esfera pública global, situada entre formas transnacionais de governo e novas configurações de uma sociedade civil, construída por meio de sistemas de comunicação em rede. Em 2008, Manuel Castells – um dos principais estudiosos da comunicação digital e da sociedade em rede – já identificava a internet como um elemento essencial para a construção de uma esfera pública global, no qual sites, blogs e redes sociais exerceriam papel fundamental:

A esfera pública global é construída em torno do sistema de meios de comunicação e da internet, particularmente nos espaços sociais da web 2.0, como exemplificado pelo YouTube, MySpace, Facebook, e a crescente blogosfera, que em meados de 2007 chegou a 70 milhões de blogs e dobrava em tamanho a cada seis meses. [...]Portanto, estimular a consolidação dessa esfera pública baseada na comunicação é um mecanismo chave com o qual Estados e instituições internacionais podem se envolver com demandas e projetos da sociedade civil global. [...] Esse espaço de comunicação multimodal é que constitui a nova esfera pública global. (CASTELLS, 2008, p. 90)

Alguns anos depois, impressionado com a velocidade dos avanços das novas tecnologias, o próprio Castells (2013) revisou sua tese, ressaltando a contribuição dos meios digitais para a eclosão de mobilizações em todo o mundo, citando, entre outras, a Marcha dos Indignados, em 2011, na Espanha; a Primavera Árabe, em 2012, no Oriente Médio; e as Jornadas de Junho de 2013, no Brasil, sobre as quais falaremos adiante. Outros autores, embora admitam eventuais dificuldades, a exemplo da redução da privacidade e a proliferação das fake news, também defendem o potencial das novas tecnologias na formação de uma esfera pública globalizada, capaz de fazer frente à globalização econômica capitalista, como afirmam André Lemos e Pierre Levy:

A opinião pública (e com ela os lugares comuns, os preconceitos e os achismos de toda sorte) torna-se cada vez mais *global*. Com os telefones celulares multifuncionais (câmera, e-mail, SMS) a capacidade de produção de informação de qualquer lugar (e por qualquer pessoa) torna a visibilidade planetária mais aguda. (LE MOS e LEVY, 2010, p. 158)

Gil Ferreira reitera essa proposição – assim como a de Castells – reafirmando, com base na teoria habermasiana, que a comunicação via internet é capaz de estimular a construção de esferas públicas digitais, uma vez que as mídias independentes na web favorecem novos formatos de participação democrática, tanto em ambientes institucionais como informais. Ele exemplifica com a implantação do voto eletrônico e a criação de portais públicos de governo e de transparência (FERREIRA, 2012).

A pandemia do novo coronavírus, que impôs o isolamento social a cidadãos e instituições, é mais um exemplo que comprova a força dos formatos digitais. Foi o ambiente virtual que permitiu à ampla maioria dos países manterem suas instituições públicas em funcionamento, quebrando o paradigma das até então necessárias reuniões presenciais. No Brasil, os três poderes constituídos passaram a funcionar de forma online durante a maior parte da crise sanitária, realizando sessões legislativas e plenárias judiciais pela internet. Mesmo a imprensa tradicional tratou de explorar esse meio como ferramenta para realização de entrevistas e reportagens antes produzidas de maneira presencial. Ressalte-se, porém, que essa adaptação não alterou a fórmula de fazer jornalismo da grande mídia, baseada na objetividade e na manipulação de informações.

É possível que, se tivesse ocorrido algumas poucas décadas atrás, e não no biênio 2020/2021, em plena era da tecnologia digital aplicada à comunicação, a pandemia tivesse rendido desgastes menores aos governantes e à elite econômica. Caso

não houvesse um noticiário analítico e crítico como o praticado durante a crise sanitária pela mídia independente, os grupos dominantes poderiam ter exercido um controle mais rigoroso sobre a difusão de notícias negativas, evitando a exposição dos seus desacertos e posturas negacionistas e antissociais (MONTENEGRO FILHO, 2021).

Considerando as análises feitas acima, acreditamos ser possível supor que o webjornalismo independente tem potencial para se constituir como um meio de informação intersubjetiva de caráter permanente para diversas camadas sociais, e não como um elemento que ganha força no cenário da comunicação apenas em tempos de crise. Heitor Rocha e Anabela Gradim (2020) analisam a ocorrência de reenquadramentos da realidade em momentos esporádicos, substituindo o enquadramento naturalizador do pano de fundo cultural do cotidiano, de características positivistas e excludentes, imposto pela grande mídia.

Com este enquadramento cultural reflexivo substituindo aquele tradicional, que tornava os significados da realidade social implícitos e naturalizados, abre-se a possibilidade da autoridade do público para assegurar a influência da coletividade nas deliberações sobre a forma de enfrentar e tentar resolver os problemas sociais através da legitimação pela validação intersubjetiva da comunidade de comunicação. (ROCHA e GRADIM, 2020, p. 106)

Esses reenquadramentos esporádicos podem servir, ainda, para reforçar a necessidade de revisão do modelo de democracia vigente, assim como da práxis jornalística, estimulando a garantia de compromissos com a inclusão social, alteridade, diversidade e com a consolidação de uma verdadeira democracia, características do modelo deliberativo já absorvidas pelo jornalismo independente.

No Brasil, algumas agências e portais independentes já têm atuado de maneira permanente na cobertura de acontecimentos polêmicos e na produção de séries noticiosas, oferecendo conteúdos direcionados às camadas marginalizadas do debate público. E não poucas vezes eles confrontam, desmentem ou modificam enquadramentos adotados pela grande mídia ao noticiar os mesmos acontecimentos. A evolução desse modelo de jornalismo avançou de maneira tal que já existem organizações especializadas em mapear e reunir as iniciativas independentes no Brasil. Citamos aqui a Agência Pública,¹⁸ que disponibiliza um mapa interativo de sites de

¹⁸ O mapa do jornalismo independente. Agência Pública. Disponível em: <https://apublica.org/mapa-do-jornalismo>. Acesso: em 12 ago. 2021.

jornalismo independente e de agências de checagem de fatos, criados a partir de projetos individuais e coletivos e não atrelados a grandes organizações de mídia, grupos políticos e partidários ou empresas privadas.

4.2 Independente do que? Autonomia financeira x autonomia ideológica na mídia alternativa

Há algum tempo, teóricos e escolas de jornalismo vêm se aprofundando nas pesquisas sobre a mídia independente. Embora não se trate de uma iniciativa nova – como vimos no início deste trabalho – esse modelo passou a gerar mais discussões e controvérsias a partir do momento em que garantiu uma substancial ampliação de espaço e alcance na internet, há pouco mais de duas décadas, estreitando laços com a esfera pública, a sociedade civil e a democracia.

Antes de chegarmos à denominação de jornalismo independente, é preciso mencionar – até para efeito de diferenciação – outras classificações dadas à imprensa alternativa. Ou seja, aos veículos que não fazem parte do *mainstream* da mídia tradicional. De acordo com Cicilia Peruzzo (1998), sempre haverá uma contra-comunicação de viés alternativo, comprometida com a justiça social e o bem comum. Todavia, ela sustenta que não há uma descrição concreta e unânime sobre a mídia alternativa. De acordo com diferentes correntes teóricas, ela pode incluir desde apenas jornais de teor contestatório – como os que atuaram no Brasil nas décadas de 70 e 80 – aos jornais de igrejas e de partidos políticos, ou mesmo a imprensa sindical e comunitária (PERUZZO, 1998).

Entretanto, a pesquisadora defende que, diante das novas ferramentas tecnológicas proporcionadas pelos avanços da internet, a comunicação alternativa ganhou um contexto mais amplo, englobando também as redes sociais e produções feitas por não-jornalistas.

A internet, ao inverter a lógica de produção centrada num emissor e dirigida a muitos (um/todos) para aquela em que todos podem se tornar emissores e serem lidos, vistos ou ouvidos por todos (todos/todos), amplia as possibilidades comunicativas e de participação social. A facilidade com que cada cidadão pode se tornar “jornalista” é incomparável a de períodos anteriores. A construção de blogs e websites é cada vez mais acessível. O YouTube divulga uma produção antes fadada a videotecas universitárias. (PERUZZO, 2009, p. 139)

A autora faz uma ressalva, porém, quanto aos blogs e sites, afirmando que

embora possam se declarar independentes, nem todos se enquadram no conceito de imprensa alternativa que, no Brasil, costuma adotar uma linha editorial crítico-progressista, contra-hegemônica e em defesa da democracia, produzida em geral por segmentos descontentes com o *status quo*. Há, também, outros veículos que representam interesses individuais e de autoexpressão, que podem ter diferentes matizes, inclusive conservadores ou interesses privados mercantis (PERUZZO, 2009). Assim, segundo ela, não se pode demarcar fronteiras exatas entre comunicação alternativa, popular ou comunitária, por serem modelos dinâmicos, que não se dissociam de mobilizações mais amplas e capazes de assumir um hibridismo de linguagem, finalidades, formato, conteúdos e práticas de produção (PERUZZO, 2009).

Ao abordar a questão da mídia independente, o pesquisador e professor Venício Lima constrói uma crítica à grande imprensa, acusando-a de ignorar e, ao mesmo tempo, apropriar-se do direito individual do cidadão à liberdade de expressão, assumindo-o a partir de então como “liberdade de imprensa”. Lima relaciona o cerceamento à liberdade de expressão individual às dificuldades de financiamento da mídia alternativa, que aponta como questões gêmeas, relativas à pluralidade e à diversidade de informações e opiniões, pressupostos básicos da democracia representativa (LIMA, 2010).

O professor reconhece as dificuldades de financiamento enfrentadas por essa mídia no Brasil, que já levaram vários veículos ao fracasso. E lembra que na Europa, por exemplo, há leis contra o monopólio da grande imprensa que destinam cotas de verbas públicas aos veículos independentes. No Brasil, a relação é marcada por uma estreita vinculação entre os interesses do Estado e os das empresas de mídia privada, em geral controladas por famílias tradicionais, oligarquias políticas regionais ou grandes grupos nacionais. Vinculação que ganhou força na legislação sobre concessões de radiodifusão e financiamentos públicos.

Já a mídia alternativa, que sobreviveu aos anos de autoritarismo ou nasceu nos últimos 30 anos, em boa parte mendiga apoio oficial ou sobrevive da ajuda esporádica de entidades internacionais e patrocínios irregulares de origem privada ou pública. (LIMA, 2010, p. 108).

Quanto maior o número de controladores dos meios de comunicação, ou seja, quanto mais distribuído estiver o poder de informar, melhor para a democracia, porque essa dispersão, no entendimento do autor, possibilita ampliar o exercício da liberdade de

expressão para mais cidadãos (LIMA, 2010). Entretanto, ele discorda da hipótese de um jornalismo totalmente independente e utiliza como argumento o próprio significado formal do adjetivo: “livre de qualquer sujeição, autônomo”, relacionando-o ao jornalismo para formular a seguinte questão: “independente em relação a que ou, mais precisamente, a qual poder?” (LIMA, 2010, p. 113).

Ao reiterar a relação de interdependência mantida entre o jornalismo e o Estado, historicamente registrando uma posição de submissão do primeiro ao segundo, o autor ressalva que, em diferentes momentos, parte desse jornalismo assumiu uma postura independente, de combate ao Estado autoritário e em defesa das liberdades democráticas, principalmente a mídia alternativa. Ele cita a atuação da imprensa dos anos 1970 e 1980 em favor da redemocratização do País; o engajamento da mídia na campanha pelas Diretas Já, em 1984; e o alinhamento às manifestações pelo impeachment do então presidente Fernando Collor de Mello, em 1992 (LIMA, 2010). Poderíamos acrescentar a essa lista a mídia independente que se opôs ao golpe parlamentar imposto à então presidente Dilma Rousseff, em 2016, discussão já ventilada no início deste estudo.

Venício Lima adverte, porém, que o Estado não se configura como única ameaça à independência e à autonomia do jornalismo. A adversidade pode vir também do poder econômico e dos próprios conglomerados de mídia, seja pelos constrangimentos impostos aos profissionais pelos patrões, com suas políticas editoriais – escritas ou não – seja pela autocensura imposta pelos próprios jornalistas, ao criarem regras informais que permeiam o profissionalismo jornalístico (LIMA, 2010). Essas são questões, inclusive, discutidas anteriormente nesta pesquisa, com base no trabalho de autores como Warren Breed, John Soloski e Gaye Tuchman.

Assim como Lima, a pesquisadora Karolina Calado (2019) relaciona o termo “independente” à autonomia financeira do veículo, quando este não depende de anúncios publicitários de empresas privadas ou governamentais, optando por buscar recursos junto a fundações e ONGs internacionais que financiam o jornalismo voltado para causas específicas. É o caso do portal Marco Zero Conteúdo, que centra suas pautas, de uma maneira geral, nos direitos humanos, direitos urbanos e suas violações. A autora enxerga, porém, uma contradição de origem no termo, uma vez que, no seu entendimento, no jornalismo não é possível atingir uma independência plena. “Os veículos, narradores e personagens estão comprometidos com seus próprios enquadramentos. A autonomia se torna relativa” (CALADO, 2019, p. 13).

O que torna a mídia independente atraente para essas fontes financiadoras é o processo democrático na tomada de decisões sobre coberturas de temas, enquadramentos, pluralidade de vozes nas reportagens e maior abertura à participação da audiência, tanto na proposição de pautas quanto na validação das narrativas, bem como a possibilidade de escolha dos projetos a serem financiados pela entidade. Essas características contribuem para diferenciar a mídia independente da imprensa tradicional.

É importante considerar a necessidade de a mídia independente também ser partidária e criar enquadramentos junto à sociedade que possam contribuir com a melhoria das condições de vida das pessoas, usando seu enfoque para, valorativamente, agir em prol de informações que atendam a interesses coletivos, que contribuam com a mudança social. São esses tipos de enquadramentos que boa parte da mídia independente busca trazer. (CALADO, 2019, p. 22)

O termo independente, de fato, não tem o mesmo significado exato para todos os que o adotam. De acordo com o jornalista Inácio França – um dos fundadores do portal Marco Zero Conteúdo – antes de se declarar independente o veículo precisa examinar bem a definição que pretende atribuir a essa característica, para que suas intenções e compromissos fiquem claras à audiência. Em entrevista a este pesquisador, ele diz enxergar diferenças na concepção de independência entre veículos, algumas explicitadas, inclusive, no âmbito da Associação Nacional de Jornalismo Digital, que congrega vários deles, de diversos matizes. Entretanto, alerta quanto à utilização equivocada do termo por veículos da mídia comercial, e exemplifica:

Recentemente, o Jornal do Commercio estava usando a palavra para dizer que fazia jornalismo independente. Ora, independente do que? Ou de quem? Você tem independência para escrever sobre determinado assunto? Você tem independência do seu editor para ir atrás de determinada pauta? São várias relações de independência. Você tem independência em relação aos donos do dinheiro? Às grandes corporações multinacionais? Às big techs? Tem sites que se dizem independentes e nem fazem jornalismo. Na verdade, a direita criou muitos deles, que parecem jornalismo, mas têm apenas a ‘casca’. Agora, há outros que estão mais ao centro e, mesmo que ainda usem alguma retórica do jornalismo *mainstream*, como a objetividade e a imparcialidade, funcionam. E tem aqueles veículos mais identitários, de gênero, raça, etc. Mas são nuances com as quais dá para conviver tranquilamente. (FRANÇA, 2021)

O jornalista explica ainda que o Marco Zero Conteúdo tem afunilado seu recorte de coberturas, visando dirigi-las cada vez mais para questões de violações de direitos

humanos, socioambientais e urbanos, assim como iniciativas sociais e populares adotadas para combater essas violações. Segundo ele, o coletivo acredita que esses filtros de conteúdos mais específicos ajudam na captação de recursos junto a entidades não governamentais e fundos internacionais (FRANÇA, 2021).

Desde 2017, o principal financiador do Marco Zero tem sido a anglo-suíça *Oak Foundation*.¹⁹ De início, a fundação arcava com 67% do orçamento do coletivo, enquanto o restante dos recursos era obtido por meio de outros projetos e editais. A *Oak* patrocina projetos de interesse global, social e ambiental, especialmente com impacto nas populações mais vulneráveis, e faz doações para organizações em cerca de 40 países. No Marco Zero, financia projetos contra a iniquidade e em defesa da igualdade e da justiça social. Curiosamente, é ligada a uma grande empresa mercantil, a rede de lojas *Duty Free*, presente em diversos aeroportos do mundo. França (2021) afirma que os fundadores da *Oak Foundation* seguem uma linha de pensamento progressista e jamais tentaram interferir no conteúdo produzido pelo coletivo pernambucano. Houve apenas uma recomendação para que os dirigentes do Marco Zero busquem alternativas na captação de recursos, uma vez que, em 2025, a fundação suspenderá suas doações. Em 2022, o montante destinado ao portal pela *Oak* já será reduzido de 67% para 50%.

Os assinantes do Marco Zero, por sua vez, representam apenas cerca de 2% das verbas arrecadadas. O jornalista justifica que não faz parte da cultura dos brasileiros doar espontaneamente para a mídia. A maioria prefere assinar revistas ou jornais para receber e casa ou pagar por portais que oferecem acesso exclusivo a reportagens. No coletivo, porém, os assinantes recebem o mesmo conteúdo que os demais leitores, sem áreas exclusivas. “Ao doarem, eles sabem que estão apenas contribuindo para o jornalismo independente, como um compromisso político” (FRANÇA, 2021).

No final de 2021, o Marco Zero foi selecionado por edital e assinou um contrato de valor superior a R\$ 500 mil com a gigante tecnológica *Google* para um novo projeto, a ser executado em 2022. Há outras negociações em curso com entidades internacionais – como a Repórteres Sem Fronteiras – e nacionais, a exemplo da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). Em 2018, o portal executou uma experiência de financiamento por *crowdfunding*, pela plataforma Catarse,²⁰ o Projeto Adalgisas,²¹ que

¹⁹ Sobre a fundação. Disponível em: <https://oakfnd.org>. Acesso em: 21 dez. 2021.

²⁰ Primeira e maior plataforma de financiamento coletivo para projetos criativos no Brasil na internet, no ar desde janeiro de 2011. Disponível em: <https://www.catarse.me>. Acesso em: 21 dez. 2021.

²¹ Projeto Adalgisas. Disponível em: <http://marcozero.org/projetoadalgisas>. Acesso em: 21 dez. 2021.

patrocinou a cobertura específica sobre a participação das mulheres nas eleições daquele ano em Pernambuco, e arrecadou cerca de R\$ 20 mil, superando a meta prevista. Houve também participações no Truco,²² projeto de checagem de informações coordenado pela Agência Pública nas eleições de 2016 e 2018, realizado em vários Estados em parceria com veículos independentes locais (FRANÇA, 2021).

4.3 O webjornalismo independente e o ativismo em rede

Em meados da primeira década do século 21, o surgimento e a consolidação das redes sociais – Twitter, Telegram, Facebook e Instagram, entre outros menos explorados – deu novo impulso ao jornalismo independente, sobretudo com o fenômeno dos *gatewatchers*, já mencionado neste trabalho, e a criação de filtros de conteúdo a partir dos algoritmos matemáticos. É fato que esses filtros muitas vezes ignoram ou bloqueiam discussões sociais importantes, principalmente as mais complexas, tornando-as invisíveis aos consumidores do *infotainment*, termo utilizado por Habermas para estabelecer uma diferenciação entre grupos de receptores de notícias.

Não há dúvida de que leitores, ouvintes e espectadores seguem suas preferências ao fazer uso dos meios de comunicação: querem se divertir ou se distrair, querem se informar ou tomar parte em debates públicos. Mas, quando se interessam por um programa político ou cultural, quando recebem a ‘bênção matinal realista’ da leitura de jornais, todos se expõem – com alguma medida de autopaternalismo – a um processo de aprendizado de resultados imprevisíveis. No curso de uma leitura, novas preferências, convicções ou juízos podem se formar. (HABERMAS, 2007, p. 2)

O autor expõe o viés polêmico dessa relação ao afirmar que “a metapreferência que orienta uma tal leitura se dirige, então, àquelas prioridades que se exprimem na autoimagem de um jornalismo independente e que fundamentam o prestígio da imprensa de qualidade” (HABERMAS, 2007, p. 2). Mas, na análise de Eli Parisier (2012), essas não são as únicas questões suprimidas pelas redes sociais. Segundo ele, com a formação das “bolhas”, cada vez mais o debate político tende a desaparecer desse ambiente.

A bolha dos filtros tem custos tanto pessoais como culturais. Ela traz

²² Agência Pública. Truco nos Estados. Disponível em: <https://apublica.org/truco2018>. Também em: <https://marcozero.org/category/truco>. Acessos em: 21 dez. 2021.

consequências diretas para quem usa filtros personalizados (muito em breve, quase todos nós usaremos, conscientemente ou não). Também gera consequências sociais, que surgem quando uma massa de pessoas começa a viver uma existência filtrada. (PARISIER, 2012, p. 18)

Por outro lado, esses filtros também já contribuíram para formar opiniões majoritárias que ajudaram a deflagrar grandes mobilizações e promover mudanças sociais, políticas ou econômicas, a exemplo das ocorridas na Europa, Oriente Médio, Estados Unidos e Brasil. A mídia independente socialmente engajada conta, em certos momentos, com o impulso dos algoritmos selecionadores de assuntos e dos filtros das redes, potencializando seu alcance e contribuindo para agrupar interesses. Esse fenômeno foi constatado nas manifestações de rua na segunda década do século 21.

Nesses casos, fica evidenciada a importância do que John Downing (2002) classifica como “mídia radical” que, na sua definição, é aquela de pequena escala e múltiplos formatos, que adota abordagens alternativas e contra-hegemônicas. Para ele, além de preencherem uma lacuna importante, esses veículos atendem à urgência do ativismo da mídia diante da censura e dos bloqueios da expressão pública impostos pelas elites políticas, econômicas e institucionais, além do obscurantismo religioso, códigos patriarcais, racistas e outros códigos hegemônicos naturalizados na sociedade de massas. Ele inclui ainda o populismo reacionário e os reflexos de todo esse universo na esfera dos próprios movimentos oposicionistas (DOWNING, 2002).

O autor ressalva que o termo, dependendo do ponto de vista do observador ou do ativista, pode representar forças radicais construtivas, mas também negativas, como a mídia radical fundamentalista, racista ou fascista, cuja atuação é capaz de propagar retrocessos e problemas ainda mais “grotescos” que os atuais. De toda maneira, ele afirma que a mídia radical alternativa, em geral, serve a dois propósitos: de forma vertical, assumir uma postura de oposição à estrutura de poder e suas ações e, em caráter horizontal, assegurar apoio e solidariedade de uma rede de relações contrária à essa estrutura de poder, agindo de forma mais democrática que a mídia tradicional.

Numa estrutura em que as classes e o Estado capitalista são analisados meramente como controladores e censores da informação, o papel da mídia radical pode ser visto como o de tentar quebrar o silêncio, refutar as mentiras e fornecer a verdade. Esse é o modelo da contrainformação, que tem um forte elemento da validade, especialmente sob regimes repressores e extremamente reacionários. (DOWNING, 2002, p. 49)

Além desse caráter contra-hegemônico, a mídia radical – também chamada de

alternativa ou independente – esteve presente na maioria das grandes manifestações de rua registradas desde o início do século 21. Essas mobilizações tiveram em comum, ainda, a substituição de lideranças personificadas por um comando em grupo, representado, via de regra, pelos novos movimentos sociais em rede, conforme os define Castells (2013), e tendo como argamassa a ação comunicacional. O webjornalismo independente, amplificado pelas redes sociais, exerceu um importante papel nesses cenários. Ao contrário da mídia tradicional – permanente defensora dos interesses das elites dominantes – os veículos independentes tomaram como parâmetro o respeito à vontade expressa por aqueles movimentos que se organizavam.

Pois, a partir do momento em que acontece uma mobilização, as estruturas sobre as quais se apoia a autoridade de um público que toma posição começam a vibrar. E as relações de forças entre a sociedade civil e o sistema político podem sofrer modificações. (HABERMAS, 1997, p. 113)

Nos seus estudos sobre visibilidade midiática, Rousiley Maia também destaca a importância da autoridade do público, sobretudo nas sociedades complexas, onde a mídia é responsável por disseminar informações a uma audiência cada vez mais ampla. Assim, ela recomenda que nos debates públicos devemos observar a estrutura e organização dos meios de comunicação e seu potencial de interferência no processo (MAIA, 2002).

A autora reconhece que nem sempre a mídia age de forma democrática, e possui distorções nas suas funções políticas, mas tem potencial para exercer papéis cruciais ao exercício da deliberação pública. Ela lembra que os eventos são construídos a partir dos discursos que os apresentam, e que precisam de amplificação para se consolidar. Para isso, dependem da percepção do enunciador e de suas estratégias enunciativas. No caso da mídia, a visão de mundo dos jornalistas e suas estratégias narrativas oferecem indícios do que deve ou não ser visto como relevante pela audiência.

Ademais, se adotamos uma visão ampliada de política, não apenas restrita às instituições políticas formais e ao contexto eleitoral, mas, também, abrangendo polêmicas que se desdobram na sociedade civil e na vida cotidiana, é preciso valorizar o papel da mídia de dar visibilidade a questões controversas, revitalizando as discussões políticas e as práticas democráticas. (MAIA, 2002, p. 6)

Assim, a autora classifica como incorretas as críticas de que a função cívica do jornalismo estaria limitada a coberturas institucionais e da política pública, e defende

que o ambiente jornalístico mais produtivo é o que oferece uma ampla gama de informações, em diferentes formatos e níveis, respeitando a autoridade do público de selecionar as mais úteis. Por fim, a autora ressalta que, no caso de deficiência ou falha dos mecanismos de regulamentação social e das formas rotineiras de solucionar conflitos, a mídia tende a encampar vozes outrora desconsideradas ou dissidentes, capazes de delinear um novo quadro dinâmico de interpretações (MAIA, 2002).

Retomando a questão da relação entre os movimentos sociais e a mídia independente, Manuel Castells observa que esses movimentos são impulsionados, via de regra, por um misto de desconfiança nas instituições políticas responsáveis por gerenciar a sociedade e a falta de soluções para situações de crise nas condições de vida cotidiana. Isso leva os indivíduos a tentar resolver por si próprios, envolvendo-se em ações coletivas alheias aos canais institucionais que deveriam suprir suas demandas, buscando modificar os governantes e as próprias regras sociais (CASTELS, 2013).

O autor aponta certos sentimentos como molas impulsionadoras da mobilização social. Primeiramente, existe a *indignação* diante das injustiças sociais gritantes e dos agentes públicos negligentes, que desperta a *raiva* e, junto com ela, o *medo* diante da possibilidade de repressão às eventuais manifestações individuais. Esses sentimentos só serão superados a partir do compartilhamento e da identificação com outros indivíduos em situação semelhante, em um processo de ação comunicativa que, uma vez desencadeado, gera o sentimento de *esperança* em possíveis mudanças, geralmente inspiradas em exemplos anteriores de manifestações bem-sucedidas vistas em imagens e mensagens na web. Essa esperança alimenta a emoção mais positiva: o *entusiasmo*.

Indivíduos entusiasmados, conectados em rede, tendo superado o medo, transformam-se num ator coletivo consciente. Assim, a mudança social resulta da ação comunicativa que envolve a conexão entre redes de redes neurais dos cérebros humanos estimulados por sinais de um ambiente comunicacional formado por redes de comunicação. A tecnologia e a morfologia dessas redes de comunicação dão forma ao processo de mobilização e, assim, de mudança social, ao mesmo tempo como processo e como resultado. (CASTELLS, 2013, p. 14)

A comunicação funciona, nesses cenários descritos pelo autor, como elemento essencial à aproximação dos indivíduos e à promoção da unidade para a ação. Todavia, a apropriação da internet pelos movimentos sociais reformulou sua relação com a mídia tradicional, reduzindo significativamente sua dependência dos grandes meios para

divulgar ideias e propostas, redefinindo papéis, regras e identidades, além de conteúdos e maneiras de interpretá-los. Abriu espaço e estreitou laços com a mídia independente, bem mais focada na denúncia dos problemas, no estímulo ao debate público dos mesmos e na difusão das propostas e ações encaminhadas ou executadas. Essa mídia passou, então, a ser vista como um veículo mais representativo para a difusão das ideias dos movimentos sociais – não obrigatoriamente com uma feição ativista – ajudando a construir significados definidos de forma horizontalizada, baseados no interesse público, e contribuindo para atrair mais indivíduos com interesses em comum.

Podemos entender que a mídia independente também atua, em certa medida, na oposição ao poder vigente, conforme descrito por Downing (2002). Sobretudo por dar suporte ao contrapoder – definido por Castells (2013) como a capacidade dos atores sociais de desafiar as instituições e reivindicarem uma maior representação dos seus próprios valores e interesses, gerando uma eterna negociação de conflitos.

É possível notar que o processo de construção de significados aliou-se a uma comunicação em contínua transformação tecnológica nesta era digital, capaz de estender seu alcance a todos os domínios da vida social por meio de uma rede que é, ao mesmo tempo, global e local, genérica e personalizada. Essas mudanças no ambiente comunicacional afetam diretamente as normas de construção de significado e, portanto, as relações de poder e contrapoder. Para Castells, a principal mudança gira em torno do uso das redes como plataformas comunicacionais digitais, gerando uma simultaneidade entre a comunicação de massa – ao processar mensagens de muitos para muitos – e a autocomunicação, “uma vez que a mensagem é produzida de modo autônomo pelo remetente, a designação do receptor é autodirecionada e a recuperação de mensagens das redes de comunicação é autosselecionada” (CASTELLS, 2013, p. 5).

A comunicação de massas na internet baseia-se em redes horizontais e interativas, de difícil controle por parte das instituições ou do mercado. Pesa, ainda, o formato multiplataforma, que permite remodelagens constantes pelo emissor. A autocomunicação de massa fornece a plataforma tecnológica adequada à construção de um espaço de autonomia do ator social – individual ou coletivo – em relação às instituições. Os atores capazes de promover essas mudanças lutam contra os poderes constituídos, identificando as redes que os constituem. Envolvem-se na produção de mensagens na mídia e nas redes autônomas de comunicação horizontal e subvertem o formato usual da comunicação, ocupando o veículo e criando a mensagem (CASTELLS, 2013).

Com os meios de comunicação de massa sob controle dos governos e do mercado, a sociedade percebeu a opção das redes da internet e das plataformas de comunicação sem fio como instrumentos alternativos para deliberar e coordenar ações, construindo e exercendo o contrapoder por meio da comunicação autônoma e livre, em direção ao objetivo sugerido por Castells:

Para que as redes de contrapoder prevaleçam sobre as redes de poder embutidas na organização da sociedade, elas têm de reprogramar a organização política, a economia, a cultura ou qualquer dimensão que pretendam mudar, introduzindo nos programas das instituições, assim como em suas próprias vidas, outras instruções, incluindo, em algumas versões utópicas, a regra de não criar regras sobre coisa alguma. Além disso, devem acionar a conexão entre diferentes redes de mudança social. (CASTELLS, 2013, p. 17)

A mídia independente pode ser incluída nesse espectro de comunicação autônoma se os veículos em questão funcionarem, de fato, como plataformas de conscientização e deliberação dos interesses da sociedade. Lemos e Levy advertem que as novas mídias interativas, para atuarem de forma cidadã, devem oferecer mais que apenas informação. Precisam se transformar em ferramentas de conversação, diferenciando-se, dessa maneira, da mídia tradicional (LEMOS e LEVY, 2010). Mas para além das redes sociais e das mídias alternativas digitais, os movimentos sociais precisam ocupar também espaços públicos físicos – ruas, espaços urbanos e prédios simbólicos – para ganharem unidade, empoderamento e visibilidade, compondo um espaço híbrido entre o virtual e o físico, no qual podem deliberar, que é descrito por Castells (2013) como um ambiente de comunicação autônoma capaz de promover uma interação que estimula, tecnológica e culturalmente, comunidades instantâneas de prática transformadora e de luta social.

No Brasil, o caso mais recente de mobilização social autônoma teve curso em 2013. As *Jornadas de Junho*, como ficou conhecido o movimento, tinha características bastante semelhantes a outros eventos ocorridos alguns anos antes na Islândia, Tunísia, Espanha, a *Primavera Árabe*, no Oriente Médio, e o *Occupy Wall Street*, nos Estados Unidos. Embora os motivos nem sempre fossem semelhantes, o formato de organização popular, coordenado pelos movimentos sociais e sem líderes personificados, bem como a metodologia utilizada, foram similares. O embrião do movimento no Brasil foi gestado nas redes sociais, encampado pela mídia independente, resistiu aos ataques da

imprensa conservadora e ganhou as ruas em todo o País.

Na edição brasileira do seu livro *Redes de indignação e Esperança*, Castells acrescenta um posfácio sobre as *Jornadas de Junho*, lembrando que o movimento remetia à autocomunicação de massas, sem líderes políticos, partidos ou sindicatos. Teve como gatilho o grito de indignação contra o aumento de tarifas de transporte público em São Paulo mas, em apenas alguns dias, obteve uma união nacional de cidadãos em um protesto mais amplo contra a situação precária da vida no País, gastos com obras faraônicas para a Copa do Mundo, a corrupção e os desmandos políticos, e em favor de novas políticas públicas, dignidade, igualdade e respeito. Não se tratava de uma disputa por propriedades privadas, mas da luta por melhorias dos serviços públicos, garantidos pela Constituição.

Duas semanas depois do início, marcado por uma passeata na Avenida Paulista, em São Paulo, 75% dos brasileiros apoiavam o movimento (CASTELLS, 2013). A imprensa tradicional reagiu de acordo com o pensamento das elites controladoras, utilizando vários adjetivos pejorativos para denunciar a “balbúrdia” e a “depredação” nas ruas, cometida por “vândalos” e “desordeiros”, que compunham uma “minoridade radical”, agindo de forma “demagógica” (FONTANETTO e CAVALCANTI, 2016). A mídia independente, por sua vez, deu suporte às manifestações, inclusive transmitindo algumas em vídeo, pelas redes sociais, e entrevistando não apenas os atores públicos, mas também personagens da multidão ativista. Foi o que fez o então recém-criado *Coletivo Mídia Ninja* (sigla para Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação), que após as *Jornadas de Junho* se tornaria pioneiro do novo modelo de jornalismo independente ativista produzido no Brasil (MELO e BARRETO, 2016). A gama de novos veículos nesse formato cresceu tanto na última década que levou a Agência Pública²³ a produzir um mapa interativo do jornalismo independente.²⁴

Mesmo rechaçado pelas classes política e econômica dominantes, o movimento das ruas recebeu o apoio da então presidenta Dilma Rousseff, reforçando seu significado, como analisa Castells:

²³ A Agência Pública, primeira agência de jornalismo investigativo sem fins lucrativos do Brasil, foi fundada em 2011 por repórteres mulheres. Seu jornalismo é voltado principalmente para a defesa dos direitos humanos e o combate à violência contra populações vulneráveis, além de investigar a administração pública nos três poderes, impactos sociais e ambientais de empresas, práticas de corrupção e antitransparência. Disponível em: <https://apublica.org/quem-somos>. Acesso em: 20 jul. 2021.

²⁴ Agência Pública – O mapa do jornalismo independente. Disponível em: <https://apublica.org/mapa-do-jornalismo>. Acesso em: 20 jul. 2021.

Pela primeira vez, desde que, em 2010, se iniciaram os movimentos em rede em noventa países diferentes, a mais alta autoridade institucional declarou que ‘tinha a obrigação de escutar a voz das ruas’. E fez com que seu gesto de legitimação do movimento fosse acompanhado da recomendação, seguida pelas autoridades locais, de se anularem os aumentos das tarifas de transporte. (CASTELLS, 2013, p. 34)

Também foram prometidos investimentos em educação e saúde, além de uma reforma política com leis mais rigorosas contra a corrupção, um sistema eleitoral mais representativo e uma maior participação cidadã. Embora acompanhadas de muita pressão da sociedade e cobrança por parte da mídia – incluindo a imprensa tradicional, que mais uma vez precisou se render aos fatos – quase nenhuma demanda saiu do papel, e a maioria das que saíram foi barrada pelo legislativo, “um congresso grotesco, com burocratas partidários e chefetes locais corruptos que, por vezes, resolvem suas diferenças a tiros de pistola” (CASTELLS, 2013, p. 34).

Foi nesse caldeirão borbulhante do webjornalismo independente e sua relação cada vez mais estreita com as narrativas de interesse público, inclusão social e defesa de uma democracia mais ampla e deliberativa, que surgiu o Coletivo Marco Zero Conteúdo. Foi fundado em 16 de junho de 2015, como uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos, com a proposta de qualificar o debate público e fazer jornalismo investigativo e independente, pautado pela ética, pluralidade de vozes, interpretações e visões de mundo. A intenção dos sete fundadores – todos com passagem pela imprensa tradicional – foi exatamente a de se colocar como alternativa ao monopólio desses grandes grupos.

O coletivo se dispõe a investir em conteúdos que exponham as relações de poder e as violações de direitos e ajudem a organizar a opinião pública, tratando temas de interesse público invisibilizados pela imprensa tradicional, com pautas sobre direitos humanos, democracia, questões de gênero, identitárias, socioambientais, direito à cidade, mobilidade urbana e ocupação econômica, social e cultural do território. A decisão – mantida até hoje – é de não aceitar financiamentos de governos, empresas públicas ou privadas, preferindo buscar recursos por meio de parcerias e editais junto a fundações e organismos internacionais, além da doação voluntária dos leitores.

De acordo com o jornalista Inácio França, o Marco Zero adotou como parâmetro, inicialmente, o trabalho da Agência Pública, já citada neste estudo. A ideia embrionária do portal foi sugerida pelo jornalista Sérgio Miguel Buarque, ex-editor

executivo do Diário de Pernambuco, jornal da mídia comercial e o mais antigo em funcionamento na América Latina. Testemunha ocular do esgotamento do modelo de negócio do jornalismo tradicional, Buarque já vinha analisando novas alternativas, que levou à discussão com um grupo mais próximo, composto por Inácio França, Laércio Portela, Inês Campelo, Carol Monteiro, Luís Carlos Pinto e Samarone Lima – os três últimos, além de profissionais de redação, também professores de jornalismo.

Nós tínhamos uma percepção de que, além desse esgotamento, havia uma crise de credibilidade de boa parte dos grandes jornais, inclusive nacionais, principalmente por conta do alinhamento político excessivo aos grupos contrários ao governo Dilma Rousseff. Na verdade, o noticiário da grande mídia estava alinhado desde antes com a direita e o neoliberalismo, e essa reserva de credibilidade junto ao público mais progressista estava se esgotando, esse pessoal estava procurando o que ler. [...] Tem gente que faz jornalismo e se apegam ao cargo, ao prestígio e ao salário. Mas a maioria é movida por essa ideia de informar não para transformar, que aí já é demais, mas para contribuir com a transformação social. Nós queríamos colaborar com o debate público, oferecendo mais informação e opinião. (FRANÇA, 2021)

5 NARRATIVAS E CONSTRUÇÃO SOCIAL

Os seres humanos e sua visão do mundo estão em estado de construção permanente, tendo a linguagem e a imaginação como elementos essenciais nesse processo, centrado na comunicação. Contar histórias, organizar tramas e enredos em torno de temas e personagens, tudo isso faz parte do ato de narrar, que impulsiona as transformações. Conforme pronunciou Paul Ricoeur (1994), “toda história é uma narrativa”, seja histórica ou literária. Mas há que distinguir a primeira – cujo discurso se baseia em um passado real – da segunda, ligada à ficção e à imaginação. Classificamos as narrativas jornalísticas no primeiro caso, inspirados no que diz Ricoeur:

Uma história descreve uma sequência de ações e de experiências feitas por um certo número de personagens, quer reais, quer imaginários. Esses personagens são representados em situações que mudam ou a cuja mudança eles reagem. Por sua vez, essas mudanças revelam aspectos ocultos da situação e das personagens e engendram uma nova prova que apela para o pensamento, para a ação ou para ambos. A resposta a essa prova conduz a história à sua conclusão. (RICOEUR, 1994, p. 214)

O autor defende ainda que, ao seguir o fio de uma história, o leitor busca uma conclusão intelectualmente aceitável. Mas para levá-lo a esse desfecho, a narrativa precisa prender sua atenção, criar expectativas e surpresas ao longo da cadeia de ações – os “golpes do acaso”, que parecem acontecer propositalmente – provocando respostas emocionais ao drama e aos incidentes envolvendo os personagens, algo que Ricoeur define como elementos discordantes da narrativa, por se constituírem em uma ameaça à coerência da intriga (RICOEUR, 1994).

Luiz Gonzaga Motta (2017), por sua vez, atenta para as inúmeras narrativas que surgem no cotidiano, desde os simples relatos interpessoais até os noticiários mais completos. Ou, no caso das narrativas ficcionais, aos contos, filmes e peças teatrais. Todos “são construtos culturais que representam nossas experiências e ações de uma forma ordenada, coerente e compreensível e ajudam a organizar nossas vidas em sociedade, estabelecer consensos e memórias, entender enfim a complexa aventura humana” (MOTTA, 2017, p. 224).

A virada linguística ocorrida em meados do Século 20 – um movimento de revisão teórica que elevou a linguagem e a narrativa ao primeiro plano na construção de significados, em substituição à metafísica e à filosofia até então dominantes – decorreu da percepção desse processo sobre o qual fala Motta. O pensamento demanda o

“empalavramento” do mundo, que só adquire sentido quando traduzido linguisticamente. Temos, portanto, a narrativa colocada no centro das discussões sobre a construção social da realidade. Em particular, até mesmo quando contamos nossa própria história, selecionamos de forma intencional o que narrar ou ocultar, formatando uma imagem moral e dando significado à nossa vida (MOTTA, 2017).

5.1 Elementos da narrativa e a produção de sentidos

Movidos por esse impulso humano natural, optamos, nesta pesquisa, pelo método de análise crítica da narrativa jornalística proposto por Luiz Gonzaga Motta (2013), por entendê-lo como melhor caminho para tentar compreender a influência da mídia nesse cenário de “empalavramento”. Acreditamos que nos auxiliará a perceber como acontece o processo de criar e interpretar enredos e intrigas, bem como a utilização estratégica de recursos de retórica, figuras de linguagem, intencionalidades e o conteúdo ético, moral e ideológico, assim como os efeitos de real e de sentido propostos por quem narra e deseja ser compreendido. Dentro do paradigma construtivista, a metodologia de caráter fenomenológico proposta pelo autor ressalta a importância da narrativa como meio universal de construção social da realidade a partir de processos intersubjetivos de produção e recepção de notícias.

Vista por esse ângulo, a metodologia proposta por Motta se encaixa perfeitamente nos objetivos desta pesquisa que, em síntese, busca desvelar a relação entre a mídia independente e a audiência dos excluídos da discussão pública – movimentos sociais, intelectuais, professores, estudantes e demais pessoas que se posicionam de forma contrária à ideologia dominante e formam a periferia social da estrutura de poder – sobre a qual falamos anteriormente. Mais especificamente, acreditamos que a análise crítica da narrativa pode revelar que contribuições o jornalismo independente tem dado no jogo de poder, por meio de processos comunicativos, para auxiliar sua audiência a entender uma situação inédita e dramática de crise sanitária provocada pela pandemia do novo coronavírus.

Libertos do engessamento da objetividade característica da mídia comercial, e abertamente comprometidos com as causas sociais, jornalistas desse segmento constroem enquadramentos diferenciados e oferecem novos pontos de vista, envolvendo atores sociais e temas quase sempre excluídos ou ignorados pela imprensa tradicional. Optam, rotineiramente, por produções de cunho analítico que deixam clara sua

intencionalidade argumentativa, não se furtando de oferecer ao leitor uma opinião, embasada nos fatos retratados, que contribua para a construção social e estimule o empoderamento desses segmentos. Cumprem, assim, o princípio básico da narrativa:

Narrar é uma técnica de enunciação dramática da realidade, de modo a envolver o ouvinte na história contada. Narrar não é, portanto, apenas contar ingenuamente uma história, é uma atitude argumentativa, um dispositivo de linguagem persuasivo, sedutor e envolvente. Quem narra quer produzir certos efeitos de sentido através da narração. (MOTTA, 2013, p. 74)

Em um mundo cada vez mais mediado, os indivíduos sentem maior necessidade de construir significados que tornem os fenômenos compreensíveis, criando universos simbólicos cujas representações são decodificadas por meio da linguagem. As narrativas organizam e apresentam esses universos, mas cabe esclarecer as diferenças entre representações factuais e fictícias, verificando as performances discursivas dos interlocutores. Um discurso pode remeter a uma relação factual. Outro, à fictícia. Mas eles se interpenetram e, com a ação dos meios de comunicação somada à dramatização geral da cultura, a diferenciação entre os dois torna-se mais nebulosa. Narrativas fictícias geram experiências subjetivas estéticas e poéticas, enquanto as fáticas remetem ao conhecimento objetivo e racional. Em ambas, porém, há uma vontade ontológica de criar sentido, confirmando as intenções implícitas no ato narrativo (MOTTA, 2013).

No jornalismo de linha objetivista, o narrador procura dessubjetivar seu discurso e aproximá-lo do referente, tentando convencer o receptor de que está relatando a “verdade dos fatos”. No método construtivista, porém, o jornalista tem à sua disposição uma infinidade de recursos linguísticos capazes de estabelecer um *contrato cognitivo* entre interlocutores, um acordo para a coconstrução de um mundo real, ainda que o relato represente só uma versão da história, entre várias possíveis.

Considerando que as notícias têm como base as transgressões da normalidade, a negociação estimulada pela narrativa envolve, intuitivamente, um cotejo entre o senso comum e o excepcional. Uma busca dos indivíduos de naturalizar os acontecimentos e, assim, reduzir inquietações, com base em experiências pessoais e no seu conhecimento de mundo. Erving Goffman (2009) defende que a normalidade é reconstruída no sucessivo confronto com a anormalidade, e a versão de cada indivíduo sobre a realidade inclui *frames* culturais que organizam, reconstroem, decifram e dão sentido ao fluxo dos acontecimentos, definindo situações de interação e experiências de vida social. Isso

implica em estabelecer modos não só para dar sentido a um acontecimento, mas para estar dentro desse acontecimento (GOFFMAN, 2009).

Sobre essa construção social da realidade, Berger e Luckmann (2004) sugerem que a vida cotidiana se apresenta como uma realidade interpretada intersubjetivamente pelos indivíduos e subjetivamente dotada de sentido, capaz de formar um mundo coerente, ordenado e real, carregado de conhecimento do senso comum.

Em outras palavras, o *conhecimento* do senso comum, e não as *ideias*, deve ser o foco central da sociologia do conhecimento. É precisamente esse *conhecimento* que constitui o tecido de significados, sem o qual nenhuma sociedade poderia existir. (BERGER e LUCKMANN, 2004, p. 30)

Dentro do caráter de excepcionalidade já mencionado, podemos inserir o primeiro momento da pandemia da Covid-19; um incidente inédito e, por isso, tratado pela mídia em geral como uma grave ruptura da normalidade, embora com enquadramentos diversificados, utilizados por cada veículo de acordo com seus interesses. Alguns, ressaltou-se, nem sempre contribuíram para reduzir inquietações e ajudar a sociedade - a “colocar ordem nas coisas para que o caos não se instale. Afinal, caso uma excepcionalidade persista por mais tempo, pode gerar explicações contrafáticas que fogem à realidade e à razão e apelam para o exotérico e o escatológico” (MOTTA, 2013).

Essa afirmação descreve, de certa maneira, o cenário midiático no primeiro momento da crise sanitária. Insólito, o acontecimento demorou a ser assimilado por todos, inclusive a mídia em geral. Nos primeiros momentos provocou relatos pouco coerentes e algumas vezes descambou para narrativas negacionistas ou desconectadas da racionalidade e da ciência, prestando um desserviço à sociedade. Há que se diferenciar, porém, as narrativas adotadas pelo jornalismo independente. Nos primeiros seis meses da pandemia – recorte analisado neste estudo – a mídia tradicional tornou-se repetidora de informações oficiais, parte delas com base científica; outras, carregadas de interesses políticos. Mas sempre explorando impactos sociais e econômicos apenas sobre as camadas sociais mais favorecidas, excluindo as mais pobres.

Enquanto isso, sem a preocupação com as regras convencionais da imparcialidade e da objetividade, veículos independentes buscaram enquadramentos diferenciados, que os identificassem junto à audiência que pretendem alcançar. Esses enquadramentos, mais interpretativos e analíticos, em geral vão de encontro às

narrativas da grande mídia, aliando-se ao pensamento dos atores concebidos por Habermas como integrantes da periferia da estrutura de poder, a exemplo dos movimentos sociais, intelectuais, acadêmicos, indivíduos socialmente excluídos e outros segmentos invisíveis à mídia convencional. Essa busca pela legitimação, demanda uma aproximação das narrativas com o que Kelly Prudêncio (2009) classifica como *frame contest*, ou *re-frame*.

O enquadramento das questões pela mídia nunca é o esperado pelos atores sociais. Assim, a luta não se trava apenas para emplacar os temas, mas também para direcionar as discussões. Daí que a *frame analysis* de Erving Goffman (1974) ajuda a analisar as formas pelas quais os ativistas dos movimentos sociais contemporâneos trabalham para inserir suas discussões na mídia (*frame alignment*) e para subverter o enquadramento desfavorável pela construção de espaços comunicativos autônomos (*frame contest e re-frame*). (PRUDÊNCIO, 2009, p. 3)

Percebemos que, logo no início da pandemia, parte da mídia independente buscou enquadramentos diferenciados dos da imprensa conservadora, explorando temas mais próximos da realidade das periferias e assumindo posturas críticas diante do cenário de crise sanitária, ora questionando a paralisia e os equívocos cometidos pelos gestores e instituições públicas, ora oferecendo análises aprofundadas sobre os impactos sociais nas camadas mais populares, com linguagem mais acessível e identitária. E ainda dedicando-se, por vezes, à análise crítica de enquadramentos da grande mídia.

Essa postura, segundo Prudêncio, termina se constituindo em uma via de mão dupla entre atores sociais e a mídia independente. Os primeiros necessitam do segundo para ampliar mobilizações e validar seu discurso, visando introduzi-lo na esfera pública e garantir apoio. Já os veículos independentes, ao validarem os *frame contests* desses atores, têm suas narrativas consolidadas como fonte de informação para alimentar debates, avaliar estratégias e basear tomadas de decisões (PRUDÊNCIO, 2012).

O portal Marco Zero Conteúdo parece se enquadrar bem no caso descrito acima. Nós o escolhemos para este estudo não apenas por ser, atualmente, o principal veículo de linha independente em Pernambuco e um dos maiores do Nordeste em termos de audiência e seguidores nas redes sociais,²⁵ mas também por corresponder de maneira mais próxima aos nossos interesses de pesquisa, com suas abordagens, enquadramentos e rotinas. Nossas expectativas quanto à seleção do veículo se confirmam a partir do que

²⁵ O ano da Marco Zero. Disponível em: <https://marcozero.org/o-ano-da-marco-zero-parcerias-conquistas-e-reconhecimento/>. Acesso em: 01 jan. 2002.

diz o jornalista Inácio França, um dos fundadores do coletivo, ao descrever os primeiros momentos da cobertura do Marco Zero logo após o surgimento da pandemia:

Aquilo foi impactante não só para o jornalismo, mas para todo mundo, todos muito tensos e com medo. Quando a cobertura da mídia ficou muito igual, decidimos buscar informações sobre como a pandemia e o isolamento social estavam acontecendo nas comunidades, entre os miseráveis, nas favelas, nos altos. Uma tentativa de encontrar um viés pelo olhar das pessoas que precisavam ser mais ouvidas. Ao mesmo tempo, o governo Bolsonaro acabou gerando outro foco em abril e maio de 2020, quando toda a cobertura mudou, e não só a nossa, para confrontar o discurso do negacionismo político, do tratamento precoce com cloroquina e etc. (FRANÇA, 2021)

Todavia, observamos que, assim como a grande mídia, o jornalismo independente se vale de uma diversidade de estratégias linguísticas e extralinguísticas para atrair a audiência e induzi-la a construir significados. O que diferencia os dois ramos é, principalmente, a intencionalidade das narrativas. Enquanto o primeiro modelo visa, acima de tudo, o lucro e a manutenção do poder das elites, o jornalismo de interesse público se utiliza das artimanhas retóricas para atrair o receptor com o objetivo maior de promover o debate e a inserção social em favor da democratização da esfera pública.

Ao analisarmos as narrativas da mídia independente – em particular, as reportagens do portal Marco Zero Conteúdo sobre a pandemia – buscamos o conceito de narratologia moderno, livre da rigidez do estruturalismo e formalismo, que veem a narrativa como objeto fechado, isolado do contexto social e submetido a processos hierarquizados, a exemplo do que propõem teóricos como Barthes (2006) e Todorov (1970), embora reconhecendo que o conceito atual é herdeiro de algumas influências dessas correntes, como afirma Motta (2013).

Olhando as narrativas como construções abertas, tomamos a intersubjetividade como elemento central, observando os processos de relações humanas que levam à formação de sentidos a partir da apreensão, representação e expressão narrativa da realidade, pressupondo uma cultura em comum com o receptor. O narrador organiza o discurso e solicita uma interpretação do destinatário. Não pede que ele o receba como reprodução fiel da realidade, mas que a valide, utilizando-a para construir sua própria realidade. Presumindo, entretanto, que esses jogos de linguagem e de poder também podem gerar divergências dentro desse mundo cultural (MOTTA, 2013).

É importante observar, a partir dessa ideia, a funcionalidade dos enquadramentos utilizados na narrativa, elementos fundamentais na análise dos conteúdos produzidos pela mídia independente. Isso nos permitirá verificar a maneira como ela se dirige às camadas sociais que compõem a audiência a ser atingida e de que forma estimula a produção de sentido, tanto real como estético. Agindo de acordo com a metodologia proposta por Luiz Gonzaga Motta, é possível perceber diversos recursos retóricos, como ironias, sinonímias e metáforas, e outras estratégias para consolidar a intencionalidade, como as metanarrativas, que visam criar estabelecer conceitos de fundo na história, amplificando a importância de certos acontecimentos. Mas os recursos só terão eficácia se o receptor for capaz de interpretar as intenções do narrador, caso contrário, o jogo comunicativo é interrompido (MOTTA, 2013).

Para que o contrato cognitivo se realize, jornalista e leitor precisam compartilhar o que alguns autores chamam de contexto extraverbal, que inclui contexto físico (coisas que estão à vista), contexto empírico (estado de coisas que conhecem aqueles que falam, ainda que não estejam à vista), contexto prático (conjuntura objetiva na qual se desenvolve o ato conversacional), contexto histórico (circunstâncias históricas conhecidas dos falantes) e, enfim, contexto cultural (tradição e cultura de uma comunidade ou sociedade). (MOTTA, 2006, p. 03)

A adoção desses recursos encontra respaldo na liberdade que a maioria dos veículos independentes proporciona aos jornalistas na construção das narrativas. Não obstante, geralmente esses textos procuram ancorar os fatos no real, para convencer o receptor e garantir os efeitos desejados. Todavia, da mesma forma que a historiografia realista atua, os relatos jornalísticos também exploram o imaginário para atrair atenção e provocar efeitos de sentido. Ficam impregnados de subjetividades mesmo quando se esforçam para se dessubjetivar e assumem, por vezes, um caráter híbrido. “Exploram o fático para causar o efeito de real (a objetividade e a veracidade) e o fictício para causar efeitos emocionais (subjetividades e emocionalidades). Tudo depende da intenção do narrador midiático e das estratégias dele” (MOTTA, 2013, p. 90-91).

De fato, o jornalista vive narrativamente seu mundo e explora astuciosamente esse discurso, servindo-se de recursos retóricos que consolidem sua intencionalidade. Começa pela posição que assume como narrador-mediador, podendo usar jogos de linguagem, dêiticos, implicaturas e outros aspectos desse processo integral, que inclui ainda a dialética entre suas intenções e o reconhecimento pelo destinatário, imaginando

suas ações potenciais no ato de recepção e interpretação, a experiência estética da recepção, o jogo de cocriação de sentidos e outros fatores do ato comunicativo.

Nos seus estudos da narrativa jornalística, Luiz Gonzaga Motta identifica nas *soft news* – textos mais leves e descomprometidos com a rotina do cotidiano – uma preocupação menos rigorosa com os efeitos de real e maior dedicação aos sentidos estéticos, próprios da ficção narrativa. Por outro lado, ressalta que as *hard news* – reportagens características de editoriais como política, economia, internacional ou cidades – costumam ser redigidas na terceira pessoa, com linguagem descritiva, direta e objetivada. Essas, geralmente, concentram a intriga no lide, respeitam as regras clássicas da redação jornalística e exigem um pouco mais de esforço na análise da narrativa, por serem fragmentadas e inconclusas, sem pretensão de encadear sequências ou intrigas integrais. Demandam, por isso, um acompanhamento mais atento dos seus desdobramentos, permitindo compreender melhor as intenções do narrador.

Constatamos, entretanto, que essa teoria da pirâmide invertida não é observada com tanta frequência no jornalismo independente, mesmo nas *hard news*. Nas narrativas do Marco Zero Conteúdo, embora o lide ofereça a pista principal do conflito, nem sempre são cumpridas as demais regras características do jornalismo clássico. Concordamos com Motta (2013) sobre a necessidade de observar a organização temporal dessas narrativas para entender melhor a sua lógica. A assertiva nos remete à afirmação de Paul Ricoeur, de que “o tempo torna-se tempo humano na medida em que é articulado de um modo narrativo, e que a narrativa atinge seu pleno significado quando se torna uma condição da existência temporal” (RICOEUR, 1994, p. 85).

Uma vez que o conflito geralmente é revelado no início, o texto precisa ser desconstruído e reconstruído, recompondo sequências e reposicionando personagens para identificar começo, meio e fim, resultando na concepção do acontecimento-intriga, como bem definido por Motta. É um processo que o receptor executa de forma natural e inconsciente, dando coerência à história, construindo significados a partir de informações aliadas à sua própria bagagem de experiências, memória e cultura, fazendo associações e preenchendo lacunas até chegar à trama, no processo de coconstrução.

Uma vez identificado o acontecimento-intriga, teremos captado o conflito dramático, “*frame* estruturador fundamental em qualquer narrativa” (MOTTA, 2013, p. 169), inclusive nas narrativas jornalísticas por excelência, que só existirão se houver um acontecimento-intriga movido pelo conflito, permitindo tecer uma trama a partir de incidentes, transgressões, anormalidades, descontinuidades ou rupturas, todos eles

pontos de origem da notícia. Recorremos também a Cândida Gancho, que aponta o conflito como “qualquer componente da história (personagens, fatos, ambiente, ideias, emoções) que se opõe a outro, criando uma tensão que organiza os fatos da história e prende a atenção do leitor” (GANCHO, 2002, p. 11). Essa definição se aproxima do elemento discordante da narrativa, definido por Ricoeur (1994), já citado anteriormente.

É preciso ainda, segundo Motta, considerar a apropriação cognitiva que os receptores fazem das histórias pretensamente objetivas narradas nas notícias, atentando para a experiência de realidade a que costumam remeter, as experiências catárticas que ativam, as visões de mundo implicitamente transferidas, a experiência estética que transforma a recepção objetiva em subjetiva, a interpretação ética, política e ideológica e a recorrência dos receptores às memórias de curto e longo prazos para auxiliar na interpretação. Para isso, as narrativas jornalísticas precisam primar pelo critério da verossimilhança. A história contada pelo jornalista não é o real – a verdade pura, correspondente aos fatos da forma exata que aconteceram no mundo externo – mas uma versão do real no enquadramento escolhido por ele que, ao contá-la, deve dar um caráter verossímil, para que o receptor acredite na mensagem que recebe (GANCHO, 2002).

As novas tecnologias têm contribuído para facilitar a atração do receptor e estimular o contrato cognitivo. Recursos como *flashbacks* (“saiba mais”, “entenda a notícia”, etc.), infográficos, tabelas e outros complementos enriquecem as narrativas, situando o receptor nos detalhes do acontecimento-intriga e estimulando a parceria na coconstrução de sentido. Nas narrativas do Marco Zero é possível inferir que o processo de coconstrução é facilitado, de certa maneira, pela identificação do receptor com os temas. Adepto de um formato jornalístico mais horizontal – adotado por boa parte da mídia independente – o portal usa estratégias retóricas, recursos linguísticos e extralinguísticos que visam reforçar a identificação do receptor com o mundo da vida.

Entre esses recursos estão advérbios de tempo, preposições adverbiais, substantivos adverbiados e adjetivos temporais que contribuem para conectar as partes da história e recompor a ordem temporal, situando os acontecimentos no calendário e ancorando ao máximo a narrativa no real. O uso intencional de tempos verbais específicos, locuções e voz passiva, estados subjetivos de dúvida e ambiguidade são igualmente estratégias intencionais do narrador, conscientes ou inconscientes, que provocam suspense e estimulam a criação de mundos possíveis pelo receptor.

5.2 A fenomenologia como base da análise da narrativa jornalística

O foco da análise narrativa no paradigma construtivista, segundo Luiz Gonzaga Motta, não deve incidir sobre o que está no exterior do contexto comunicativo. Nossa abordagem pretende ser mais ampla, tomando como base a fenomenologia para avançar na compreensão da narrativa para além do objeto, atentando também ao que é dito em essência, examinando intencionalidades do narrador, significação e importância do discurso narrativo no contexto social e histórico.

Torna-se necessário, portanto, um exame aprofundado das narrativas enquanto dispositivos argumentativos e seus efeitos na coconstrução de significados, mantendo uma visão crítica às participações do narrador e do destinatário no contexto comunicacional. Deve-se analisar essa relação intersubjetiva e a produção (ou não) de significado sem desconsiderar a estruturação dos relatos, visando descortinar a intencionalidade do narrador e as estratégias discursivas que usou para atingi-la.

Além do mais, as narrativas criam significações sociais, são produtos culturais inseridos em certos contextos históricos, cristalizam crenças, valores, ideologias, política, cultura, a sociedade inteira. Como analisar narrativas sem considerar tudo isso? (MOTTA, 2013, p. 121)

Todos esses elementos são utilizados pelo narrador para estabelecer uma relação dialógica com o receptor, o contrato cognitivo ao qual nos referimos anteriormente. Ao receber a mensagem narrativa, o destinatário aciona os mecanismos pragmáticos – seus conhecimentos de mundo, crenças, hipóteses e experiências – com os quais buscará reconstruir a intenção comunicativa do narrador, avaliando contextos e acrescentando informações para chegar a uma interpretação intersubjetiva da mensagem.

Todavia, Motta adverte que em uma relação socialmente assimétrica entre narrador e destinatário as tramas narrativas serão os produtos possíveis de uma assimetria discursiva, refletindo a correção possível, ideologias e posições no jogo de poder. Quando tratamos da intersubjetividade adotada pela mídia independente analisada nesta pesquisa, percebemos um esforço dos jornalistas-narradores para minimizar essas eventuais assimetrias, visando dar estabilidade aos significados até que atinjam o senso comum, a cultura e a história nas quais se situa a audiência.

Ao sugerir o embasamento da análise da narrativa jornalística na abordagem fenomenológica, Motta (2013) acrescenta que os pesquisadores devem se sentir livres para aprofundar conceitos e procedimentos de acordo com suas próprias questões e

objetos, entendendo que nenhum método deve ser visto com uma “camisa de força”. Segundo ele, cada análise da comunicação narrativa segue um caminho próprio e individual, e o analista deve primar pela criatividade de procedimentos, sobretudo porque, em geral, o próprio objeto revela como pretende ser desvendado.

5.3 Procedimentos operacionais da análise pragmática

Ao ingressar na discussão sobre os procedimentos e métodos de análise, Luiz Gonzaga Motta (2013) propõe, inicialmente, três instâncias do discurso narrativo a serem observadas, advertindo que elas não se organizam de forma hierarquizada, como pretende o método estruturalista, e sim de maneira superposta. Nas narrativas, o sentido dessas instâncias é percebido de maneira intuitiva, unitária e pressuposta, e somente para efeito da análise devemos tentar separá-las.

A primeira instância destacada pelo autor é o plano de expressão – ou da linguagem – onde o discurso é construído pelo narrador com suas intencionalidades, utilizando-se de estratégias de retórica e outros recursos para enfatizar aspectos e criar efeitos de sentido. Na segunda instância, o plano da história, estão concentrados o enredo da narrativa, a definição das personagens e os significados e recursos de linguagem utilizados para desenvolver o acontecimento-intriga. Segundo Paul Ricoeur (1994), trata-se do mundo possível imaginado, que se confunde com a tessitura da intriga, onde se dá o processo mimético, imitativo da vida real. Em um terceiro plano situa-se a metanarrativa, a estrutura mais abstrata da narrativa, vinculada aos imaginários culturais. Esse plano comporta características fabulares e modelos de mundos possíveis, onde os conflitos são mais profundos, desenvolvendo situações de fundo ético e moral, do imaginário coletivo, das crenças e sentimentos, das figuras míticas, dos valores morais e seus opostos.

Para os procedimentos operacionais da análise empírica, Motta (2013) lista sete movimentos que permitem identificar os três planos da narrativa expostos acima. O primeiro deles analisa *a intriga como síntese do heterogêneo*. Compreendê-la, e à sua força aglutinadora, é o primeiro passo para uma análise fenomenológica e pragmática da narrativa. Deve-se decompor e recompor a história, percebendo como o enredo é organizado, os recursos de retórica, figuras de linguagem, encadeamentos e contornos das ações, palavras-chave, complementos visuais (fotos, ilustrações e infográficos) e a

seleção do léxico, com ênfases, repetições, escolha de verbos, adjetivações e outros elementos usados para produzir efeitos de sentido reais e estéticos.

No segundo movimento, deve-se *compreender a lógica do paradigma narrativo* dentro do contexto comunicativo, enquanto projeto dramático de construção da realidade. O narrador define a intriga e constrói um discurso argumentativo a partir da interseção entre o discordante e o verossímil, que será entregue ao receptor a fim de persuadi-lo, presumindo suas possíveis reações. Neste movimento é possível identificar a força perturbadora que interfere no equilíbrio inicial da narrativa. Também se observa melhor as ideias de princípio, meio e fim na ordenação da intriga – que não se relacionam com o tempo dos acontecimentos, mas com o tempo da narrativa – verificando incidentes que a trama torna contíguos. Motta adverte, porém, que as sequências na narrativa não acontecem uma atrás da outra, e sim uma por causa da outra, tornando o encadeamento lógico e verossímil e possibilitando identificar pontos de virada no enredo. O autor recomenda, portanto, atentar para a sucessão de estados de transformação, responsáveis pelo sentido, uma linha do tempo da narrativa que permita compreender as estratégias argumentativas utilizadas pelo narrador na situação de comunicação e as interpretações sugeridas pelo texto:

É revelar a relação social e cultural entre um narrador e um destinatário, ou um meio de comunicação e seu público ou audiência, em uma situação de comunicação concreta entre sujeitos vivos, interlocutores ativos que têm objetivos e intenções de coconstruir o sentido em relações de cooperação ou de conflito, se houver assimetria entre eles. (MOTTA, 2013, p. 159)

Uma vez recomposta a história, seguimos para o terceiro movimento, de *permitir o surgimento de novos episódios*, identificados como “unidades temáticas narrativas intermediárias e semanticamente coesas, que relatam ações, transformações e progressões no curso da história” (MOTTA, 2013, p. 160). Esse procedimento possibilita identificar elementos centrais e auxiliares na narrativa, revelando estratégias do narrador para organizar a intriga e a fim de produzir efeitos dramáticos como suspense, tensão, clímax, pontos de virada, etc. Os episódios têm função definida, mas não precisam estar em sucessão linear. Podem ser estáticos, não sugerindo mudanças de estado, ou dinâmicos, propondo transformações para a história progredir e sugerindo novas ações.

Após o sequenciamento temático da narrativa e a definição dos episódios, o quarto movimento prevê a *revelação do conflito dramático*, elemento fundamental para delinear a estruturação das intrigas e compreender a tessitura da trama. É o *frame* cognitivo, o enquadramento com que o narrador organiza a realidade na história. Em torno do conflito principal e de eventuais conflitos secundários giram ações, sequências e episódios da narrativa, relatando incidentes rupturas, transgressões ou anormalidades. É onde aparece o elemento discordante (RICOEUR, 1994), colocando dois ou mais lados em confronto, interesses contraditórios ou rupturas que geram tensão.

O autor denomina o quinto movimento como *o estudo da personagem: metamorfose de pessoa a persona*, e esclarece que as personagens são elementos fictícios e essenciais ao conflito. Explicação que Cândida Gancho aprofunda, alertando que por mais reais que pareçam, elas serão sempre uma invenção do narrador, mesmo que baseadas em pessoas reais, com nomes e referências do mundo fático.

A personagem é um ser que pertence a história e que, portanto, só existe como tal se participa efetivamente do enredo, com falas ou ações. Caso contrário, não podem ser consideradas como personagens (GANCHO, 2002, p. 14).

Luiz Gonzaga Motta acrescenta que as personagens são dispostas pelo narrador em uma realidade construída intencionalmente, mas diferente do mundo da vida. São inseridas em um discurso que não traduz a realidade, apenas conta uma versão da realidade, atendendo estrategicamente ao enquadramento escolhido. Mesmo que tenha um correspondente na vida real, um ser humano de carne e osso, “ela desempenha, na sua representação, funções de personagem ou figura de papel” (MOTTA, 2013, p. 190)

As personagens representam pessoas e conceitos, com traços que as caracterizam a partir de arquétipos, formas reconhecíveis definidas intencionalmente pelo narrador para que percebamos suas funções. São protagonistas, antagonistas, heróis ou vilões, personagens secundários, entre outros. Também as indicações de autoridade, cargos ou competências das personagens são referências colocadas pelo narrador para criar efeitos de real, embora se limitem ao mundo da narrativa. A identificação do conflito central e das personagens é determinante para chegar ao projeto dramático, às estratégias e manobras argumentativas do narrador, aos efeitos de sentido e às possíveis identificações da audiência com heróis e heroínas (MOTTA, 2013).

O sexto movimento destacado pelo autor é um dos mais importantes a observar, porque examina *as estratégias argumentativas* adotadas pelo narrador com um

objetivo intencional, seja de atrair, seduzir, envolver, convencer, etc. Por trás das estratégias argumentativas estão os recursos linguísticos e extralinguísticos, produzindo um jogo entre efeitos de real e estéticos, exacerbado pela linguagem dramática. Mesmo nas narrativas fáticas, como as jornalísticas, cuja linguagem procura se ligar ao mundo físico, encontramos efeitos catárticos semelhantes à ficção, com uma retórica que estimula o jogo entre as intenções do narrador e as interpretações do receptor.

A tentativa do jornalista de dessubjetivar a narrativa pode revelar uma estratégia para imprimir efeitos de real e tentar torná-la mais verossímil, e há momentos em que ele busca se isentar da narrativa, dissimulando sua fala como se não houvesse ninguém por trás da narração. Por outro lado, constatamos na nossa pesquisa exemplos de narrativas jornalísticas na mídia independente em que a presença do narrador é mais que evidente, chegando a atuar como participante ativo ao escrever na primeira pessoa, uma estratégia que parece tentar humanizar a história, aproximar-se do receptor, dividi-la com ele. Uma construção de sentido diferenciada do modelo de objetividade e imparcialidade da mídia tradicional, embora compreendamos que ela se utiliza do distanciamento como estratégia para criar efeitos de real. É o que Motta (2013) classifica como hibridismo de gênero.

Para reforçar no receptor a percepção de que os fatos falam por si, o narrador lança mão de recursos de linguagem buscando fixar o centro da narrativa no presente para relatar o passado e antecipar o futuro, abusando de advérbios e dêiticos espaço-temporais, números e estatísticas na intenção de situar e conferir precisão ao relato. O uso de citações de fontes para encobrir subjetividades é outra estratégia para dar veracidade à narrativa e dissimular a mediação. Mas é possível perceber que o jornalista seleciona partes do discurso das fontes que confirmem a sua intencionalidade.

Sobre as estratégias para produzir efeitos de sentido estéticos, visando capturar o receptor, Motta (2013) lembra que a linguagem narrativa é dramática por natureza, com retórica diversificada e figuras capazes de humanizar os fatos e promover uma identificação do receptor, remetendo a interpretações subjetivas e estados de espírito diversos como surpresa, espanto, medo, compaixão, riso, ironia, perplexidade, etc. Afinal, “o mundo da narrativa é o mundo da tragédia e da comédia humanas” (MOTTA, 2013, p. 204). Mas o autor ressalta que não é o caráter mais ou menos narrativo que revelará a força argumentativa da história, papel que cabe ao receptor quando reconstitui a tessitura da intriga, aplicando suas experiências e crenças, concluindo o contrato cognitivo.

O sétimo e último movimento proposto estuda o *florescimento das metanarrativas*. Os conflitos que configuram a intriga e as ações das personagens são manifestações superficiais, que remetem a outros conflitos mais profundos, geralmente latentes nos discursos, as metanarrativas. Segundo Motta (2013), nenhuma narrativa, seja fática ou fictícia, pode ser tida como ingênua. Sempre terá um fundo ético ou moral que a situe, mesmo a narrativa jornalística, por mais que se pretenda isenta e imparcial. Em geral, somente quando confronta ou transgride preceitos jurídicos, éticos ou morais alheios ao consenso cultural, rompendo a estabilidade, um fato se configura como notícia, e cabe ao analista observar as características subjetivas que direcionam a narrativa para a defesa de determinadas ideologias, descobrindo o que o autor elegeu como valor-narrativa e, a partir dele, o que foi estabelecido como valor-notícia.

O valor-narrativa, desejo de ordenar uma história coerente, atraente e verídica rege, portanto, a sua ação. Do ponto de vista da configuração da história jornalística, o valor-narrativa é o valor maior, do qual decorrem os outros valores subordinados, chamados de valores-notícia na teoria do jornalismo. (MOTTA, 2013, p. 229)

O valor-narrativa, por sua vez, obedece a critérios de noticiabilidade pré-estabelecidos pelos veículos ou pelos jornalistas. Conforme analisa Mauro Wolf (1999), esses critérios não são fixos. O narrador os elege de acordo com influências que recebe e valores que retira das suas experiências profissionais ao longo do tempo.

Pode-se dizer também que a noticiabilidade corresponde ao conjunto de critérios, operações e instrumentos com os quais os aparatos de informação enfrentam a tarefa de escolher cotidianamente, de um número imprevisível e indefinido de acontecimentos, uma quantidade finita e tendencialmente estável de notícias. (WOLF, 1999, p. 82)

No caso da mídia independente, porém, parte dos critérios de noticiabilidade – assim como seus valores-narrativa e enquadramentos – costumam diferir dos adotados pela imprensa tradicional porque buscam estreitar a relação com uma audiência específica. Por outro lado, procuram oferecer novas versões de notícias já divulgadas na mídia tradicional, trazendo-as mais para perto da realidade do seu público, em geral acrescidas de análises e opiniões, como explica Karolina Calado:

Os grupos da comunicação independente demonstram estar alinhados a temas oriundos de demandas sociais, geralmente atuando para apresentar temáticas ausentes dos grandes meios de comunicação. Esses veículos independentes, conforme cita Kelly Prudêncio, constroem seus próprios critérios de noticiabilidade, seus próprios

quadros que, muitas vezes, partem de um reenquadramento dos acontecimentos propagados pela grande mídia. (CALADO, 2019, p. 88)

5.4 Negociações e jogos de poder nas narrativas

O narrador é o detentor do poder de voz porque organiza e passa ao receptor as instruções com que deseja que seu discurso seja interpretado. Na maioria das vezes, a relação de poder entre os atores da narrativa é assimétrica, mas todos têm seu capital político e estratégias de contrapoder e os utilizam em uma contínua negociação, buscando fazer prevalecerem seus interesses. De acordo com Luiz Gonzaga Motta (2013), a escala de subordinação prevê três narradores distintos: o veículo de comunicação (extradieгético), o jornalista e as fontes e grupos (ambos intradieгéticos).

O veículo detém maior poder porque dele depende a permissão para publicação. Sua principal performance narrativa é comercializar a história, provocando e seduzindo a audiência para despertar o desejo de se informar. Para isso, se utiliza de manchetes, chapéus, títulos, legendas, escaladas e até *teasers*. Seu poder manipulador é obtido pelo monopólio da competência que possui em relação aos demais atores, poder outorgado pela própria sociedade, que vê nele a autoridade para dizer a verdade e gerenciar a informação pública. Com as novas tecnologias, os meios se profissionalizaram e ampliaram ainda mais seu poder como mediadores da informação (MOTTA, 2013).

O jornalista, por sua vez, detém o poder de produtor das notícias e intérprete dos acontecimentos. Cabe a ele definir a intriga, ações, conflitos e personagens/fontes, geralmente adotando o valor-narrativa para organizar uma história atraente e verídica. Dependendo da situação, estará mais sujeito à influência do veículo ou das fontes mas, em tese, seu poder de voz é relativamente autônomo e embasado em um *ethos* profissional. Motta ressalta, entretanto, que no caso de reportagens não assinadas pelo jornalista o receptor tende a atribuir a autoria ao primeiro-narrador, uma vez que o efeito obtido por essas narrativas contribui para moldar o *ethos* do próprio veículo.

As fontes são totalmente intradieгéticas e geralmente transformadas em personagens na narrativa, por vezes com voz ativa, assumindo um papel de narrador secundário com relatos embutidos na narrativa maior. Sua submissão aos dois outros narradores é relativa e seu papel pode ganhar maior dimensão de acordo com o jogo de poder em cada situação comunicativa. Parte desses atores – em geral, as fontes institucionais – sabe tirar maior proveito da negociação, garantindo mais influência na

narrativa. No caso dos atores sociais da periferia, essas estratégias aparecem em menor escala e a submissão é maior, embora demonstrem mais espontaneidade nas narrativas.

O caráter polifônico da narrativa jornalística propicia um maior equilíbrio entre essas três vozes, permitindo o surgimento de outras versões que terminam se complementando e gerando uma intertextualidade mais densa. Esse equilíbrio torna-se explícito nas reportagens da mídia independente, onde há uma negociação mais linear entre as vozes narrativas, considerando-se a horizontalidade do processo jornalístico desde a definição das pautas até a edição. Geralmente, os dois primeiros narradores – veículos e jornalistas – concedem espaços mais democráticos às fontes e grupos sociais, equalizando melhor a composição hierárquica da narrativa.

5.5 Enquadramentos e construção social para uma audiência invisível

Embora a pandemia do novo coronavírus seja um tema comum à mídia em geral, chamam a atenção os enquadramentos escolhidos pelo portal Marco Zero Conteúdo para abordar as questões relativas à crise sanitária, procurando destacar personagens e temáticas mais próximas à realidade das periferias, dos movimentos populares e demais segmentos “invisíveis” à mídia tradicional, buscando oferecer esclarecimentos e análises sobre como os acontecimentos podem influir no cotidiano dessa audiência específica, à qual, majoritariamente, o coletivo costuma dirigir sua produção. Também é possível encontrar, no portal, novos enquadramentos e análises críticas de conteúdos publicados pela grande imprensa, sobretudo no trato de temas comuns a toda a mídia. Um dos diferenciais do jornalismo independente está na questão dos enquadramentos diferenciados, direcionados a audiências específicas, como os movimentos sociais, minorias, grupos e indivíduos socialmente excluídos ou invisibilizados.

No Marco Zero, as narrativas sobre a pandemia são direcionadas exatamente para esses segmentos, na intenção de oferecer-lhes voz e representatividade. Para isso, o coletivo desenvolve enquadramentos diferenciados e utiliza estratégias argumentativas que o reforcem, atraindo a atenção do receptor. Na maioria das vezes, visam despertar na audiência sentimentos de indignação, raiva ou outros que estimulem a organização social, a adesão ao debate público e a esperança, conforme defende Castells (2013) em estudo já mencionado anteriormente nesta pesquisa. Para legitimar suas narrativas junto aos atores sociais que pretende atingir, o veículo relega a um plano menor várias regras

do jornalismo clássico, como a objetividade e a obrigatoriedade de tratar todos os lados envolvidos na notícia de forma igual, como veremos mais adiante.

O Marco Zero é pioneiro em Pernambuco na área do jornalismo independente de caráter investigativo e pautas de interesse público. Como esclarecemos antes, foi fundado por sete jornalistas com ampla bagagem profissional, passagens por várias redações locais e nacionais e também na área acadêmica. A prática adotada preza pelo caráter da horizontalidade e pela democratização das decisões sobre o conteúdo a ser publicado. Porém, no âmbito administrativo, cada fundador cumpre tarefas específicas, evitando sobrecargas desnecessárias, conforme explica Inácio França:

Decidimos dividir tarefas, mas sem verticalizar as decisões mais importantes. Carol Monteiro é a atual presidente da Marco Zero. Sérgio Miguel Buarque cuida das estratégias de captação de recursos e da gestão, assim como do diálogo com as entidades financiadoras. Laércio Portela fica com a parte de relações institucionais, porque somos uma ONG que, embora atue como veículo de comunicação, tem uma constituição de fundação, e precisamos dialogar com atores sociais locais e nacionais, entidades civis, etc. Inês Campelo cuida das redes sociais, que faz a distribuição e circulação dos links no Instagram, Facebook e Twitter. Eu sou o editor do portal e produzo conteúdos para as redes. (FRANÇA, 2021)

Alguns fundadores se distanciaram da rotina cotidiano de produção do coletivo, embora continuem como colaboradores esporádicos ou conselheiros. Com o passar do tempo foi possível contratar outros profissionais para atuarem na reportagem, fotografia, ilustração e design. Há alguns anos, foi criada a seção “Diálogos”, que abre espaço para colaboração de pessoas de fora do portal, não necessariamente jornalistas, com artigos de opinião. No caso específico da pandemia, por exemplo, escrevem nessa seção técnicos, especialistas, acadêmicos e também representantes de comunidades e periferias. De acordo com Inácio França, os artigos passam apenas por uma leitura prévia antes da publicação, sem maiores interferências dos editores, porque a ideia foi concebida imaginando abrir o portal à participação direta da sociedade (FRANÇA, 2021).

Em relação ao corpo editorial, porém, o coletivo estabelece regras para a construção das narrativas, escolha das temáticas e dos personagens-fontes, certificando-se que o conteúdo não se desvie do *framing* majoritário definido pelos dirigentes. Uma estratégia, aliás, que é utilizada pela maioria dos veículos de linha independente com perfil ativista. A análise das matérias publicadas permite perceber os enquadramentos diferenciados e a intencionalidade da linha editorial na qual são construídos textos e demais elementos jornalísticos, como títulos, sutiãs, legendas, fotos e infográficos.

Quando examinamos a relação entre o jornalismo independente e o ativismo, porém, é possível perceber que o Marco Zero Conteúdo não pratica uma militância explícita, como fazem alguns coletivos independentes que utilizam uma linguagem mais combativa, em tom claramente político, e fazem contrapontos diretos aos enquadramentos adotados pela grande imprensa. O portal em questão não tenta camuflar suas opiniões sob o manto da imparcialidade, mas prefere adotar a estrutura técnica e a linguagem referencial do jornalismo, embasando suas análises e opiniões em dados, números, estatísticas e declarações de fontes para assegurar credibilidade e, assim, obter mais legitimidade junto à audiência. Dessa forma, acreditamos que o Marco Zero se enquadra na classificação de “jornativismo” proposta por Kelly Prudêncio (2012).

O jornativismo é um espaço de atuação intermediário entre a perícia e o engajamento. Os jornativistas atuam ao mesmo tempo como profissionais da informação sem, contudo, aderir ao princípio da imparcialidade, assumindo claramente seu posicionamento. Este pode, então, ser pensado como um campo específico e privilegiado da ação política dos atores coletivos contemporâneos. [...] Para os ativistas de mídia, o conteúdo prevalece sobre a forma e, para os jornativistas, é a forma que antecede o conteúdo. (PRUDÊNCIO, 2009, p. 101-102)

Concordamos com a autora que não seria possível produzir um jornalismo de real interesse público sem um mínimo engajamento dos narradores principais – veículos e jornalistas – direcionando a produção de forma a contribuir com a inclusão social e uma maior democratização da esfera pública. No caso do Marco Zero, o “jornativismo” é respaldado por um trabalho investigativo fundamentado, explorando posicionamentos de todos os atores envolvidos e aprofundando as questões centrais da narrativa, com a oferta de análises e opiniões. Seus fundadores são críticos das teses da imparcialidade e objetividade, que apontam como estratégia da mídia comercial para tentar deslegitimar o jornalismo independente (CALADO, 2019). Isso fica claro em reportagens do coletivo que contestam versões publicadas pela grande imprensa.

Em alguns momentos, matérias exclusivas produzidas pelo portal terminam pautando veículos de linha conservadora. Conforme já afirmamos, isso costuma ocorrer quando a produção de veículos independentes sensibiliza a opinião pública de tal forma que obriga a mídia tradicional a abordar o assunto, entendendo que a omissão seria prejudicial aos seus interesses comerciais. Já o jornalismo independente – a exemplo do que é praticado pelo Marco Zero – demonstra menos preocupação com o lucro e mais com pautas que promovam debates de interesse público.

Entretanto, para atingir esse objetivo muitas vezes a mídia independente é obrigada a se desdobrar, trabalhando não apenas para garantir a pluralidade de vozes e cumprir seu papel de construção social e defesa da democracia, mas também para vencer resistências históricas que enfrenta junto aos poderes político e econômico para aprofundar suas reportagens e quebrar resistências dos leitores menos afeitos aos avanços tecnológicos e informacionais, como analisa o jornalista Inácio França:

Eu imaginava que mais dia, menos dia, o jornalismo independente iria fazer uma grande sequência de reportagens que pautaria o debate público. [...] As denúncias do The Intercept Brasil sobre a Vaza Jato aceleraram o processo do jornalismo independente nativo digital no Brasil. Também teve o caso da Agência Pública, que denunciou o dono das Casas Bahia, Samuel Klein. Eu digo sempre que no Marco Zero nós estamos juntando pedrinhas para fazer um monte, e um dia vai cair em nossas mãos algo muito bom. Talvez até já tenha caído e não percebemos, mas acho que ainda não. Só precisamos estar no processo. Se não estivermos, não vai rolar. (FRANÇA, 2021)

5.6 Estratégias argumentativas e inclusão social

Ao partirmos para a análise empírica das narrativas nas reportagens selecionadas no nosso *corpus*, estabelecemos três eixos a serem investigados, que se entrelaçam ao longo das histórias: os *temas* abordados dentro do cenário da pandemia, a definição dos *narradores* e a construção das *personagens*. Acreditamos que a análise desses eixos contribuirá para a identificação das estratégias argumentativas adotadas, uso de dispositivos de retórica e figuras de linguagem, entre outros recursos utilizados para criar efeitos de sentido real e estético. Definimos como acontecimento-intriga a pandemia do novo coronavírus e, a partir dele, examinaremos as intencionalidades dos narradores e os enquadramentos utilizados para seguir a linha editorial definida pelo Marco Zero Conteúdo, que é claramente explicitada na seção “sobre” do portal:

Em um cenário de concentração de mídia e perda de credibilidade dos meios de comunicação tradicionais, como vem ocorrendo no Brasil, a Marco Zero aposta na produção de reportagens e conteúdos que exponham relações de poder, dando destaque a temas de interesse público invisibilizados pela mídia corporativa. (MARCO ZERO, 2015)

No jornalismo independente, de modo geral, é possível identificar enquadramentos que visam promover a inclusão social de atores tradicionalmente ignorados pela grande mídia. No caso do Marco Zero, notamos que as reportagens primam pela informação, mas agregam análises e opiniões visando a defesa dos

interesses dessas camadas excluídas, ou apresentam visões críticas de posturas de atores das esferas institucional, política e econômica. Nas narrativas, também identificamos forças perturbadoras semelhantes ao longo do material analisado. Em geral, elas se revelam nos impactos provocados pela má gestão da crise sanitária, nos discursos políticos e econômicos que denotam desprezo por segmentos sociais e no clamor permanente da sociedade contra a ausência de medidas para protegê-la dos efeitos nocivos da pandemia.

5.6.1 Temas

Os eixos temáticos adotados pelo Marco Zero seguem o que está especificado na seção “sobre”²⁶, mencionada anteriormente. Prioriza os direitos humanos, democracia, sociedade civil e sua relação com os poderes público e privado, questões de gênero e identitárias, direito à cidade, mobilidade urbana, semiárido, ocupação econômica, social e cultural do território. Sempre colocando as pessoas como ponto central.

Nas reportagens publicadas pelo site sobre a pandemia, o principal enfoque é a visibilidade dos socialmente excluídos – que, por essa condição, se tornaram as maiores vítimas da Covid-19 – e tudo que se relaciona a esse segmento dentro dos eixos citados. No nosso *corpus*, encontramos narrativas sobre política, economia, saúde pública e seu financiamento, comunidades prisionais, direitos humanos e à terra, indígenas e quilombolas (como são afetados pela doença), além, evidentemente, dos assuntos ligados à organização popular, aos trabalhadores e aos movimentos sociais.

A seleção dos enquadramentos do portal condiz com o que afirma Kelly Prudêncio a respeito dos *frame contests* nas narrativas da mídia independente, priorizando o debate sobre questões de fundo social e político em detrimento de elementos estéticos e regras jornalísticas pré-estabelecidas, com o objetivo maior de mobilizar o consenso em torno de um problema, algo que não aconteceria sem a interação com a mídia. A autora afirma que a intenção principal desses enquadramentos é exatamente a legitimação dos atores sociais desmerecidos pelas esferas conservadoras.

A maneira pela qual essa interação se dá é pelo concurso de enquadramentos interpretativos dos atores em disputa (*frame contest*). Os *frames* são dispositivos enfatizadores de significados atribuídos pelos atores sociais às injustiças de uma condição que compartilham. É o trabalho de nomear descontentamentos e construir quadros de

²⁶ Marco Zero (Sobre). Disponível em: <https://marcozero.org/sobre/>. Acesso em: 16 jul. 2021.

significados mais amplos, que orientem a ação em contextos particulares. O momento em que esses *frames* ficam visíveis é no confronto político aberto. (TARROW, 2009, apud PRUDÊNCIO, 2012, p. 9)

5.6.2 Narradores

Ao analisarmos as figuras dos narradores, encontramos indícios nos posicionamentos assumidos pelos jornalistas do Marco Zero Conteúdo que ratificam a classificação de “jornativistas”, teorizada por Kelly Prudêncio (2009b). Embora deixem claro seu compromisso com as causas sociais, esses profissionais procuram seguir regras básicas do jornalismo, respeitando o valor-notícia, o rito da apuração e o padrão noticioso nas estruturas das reportagens, fundamentando suas análises e opiniões em números e estatísticas e nas declarações colhidas junto às fontes.

O editor Inácio França reforça a identificação da equipe com a definição de “jornativismo” quando destaca como uma das normas do coletivo a preservação de princípios e regras do jornalismo, mas sem deixar de oferecer opiniões e análises mais aprofundadas aos leitores. De toda forma, a linguagem e as estratégias argumentativas utilizadas na construção dos textos do Marco Zero denotam a despreocupação com os escudos da imparcialidade e objetividade. Os narradores preferem explicitar seus posicionamentos desde o início, adotando vários recursos de linguagem para isso.

Segundo França, o coletivo vê esses escudos como recursos ideológicos para mascarar as reais intenções do narrador. “Todo mundo tem sempre um compromisso, nem que seja consigo mesmo” (FRANÇA, 2021). Na sua avaliação, juízos de valor são feitos desde a definição da pauta, e continuam determinantes nos processos de seleção de fontes, apuração de informações, redação e edição da reportagem. O jornalista critica, ainda, a regra clássica de ouvir todos os lados envolvidos, garantindo-lhes espaços equivalentes na reportagem. Ele justifica que sempre haverá um lado mais favorecido em detrimento dos outros, em um cenário comunicacional que, na concepção da disputa por poder na sociedade, remete à luta política, como sugere Pierre Bourdieu (2003). O jornalista explica seu pensamento:

É preciso priorizar o lado que não é tão ouvido. Isso para nós é claro. Procuramos todos os envolvidos e às vezes isso até rende outras matérias. Também ajuda a perceber se aquela pauta está forçada, se vale ou não a matéria. Mas tem sempre um lado que não é ouvido na sociedade, que não tem o espaço que o governador tem, que o dono do supermercado ou o dono do shopping têm. Então, o direcionamento da

pauta parte muito desse olhar para o lado que não é ouvido. Mas procuramos o outro lado sim, e às vezes, quando fazemos isso, as pautas terminam caindo ou surgem outras histórias. Por exemplo, quando se ouve o outro lado e vem informações contraditórias, sempre é preciso aprofundar mais, investigar mais. (FRANÇA, 2021)

Em entrevista à pesquisadora Karolina Calado, o jornalista Laércio Portela, também critica a ideia da imparcialidade, que classifica como um descompromisso com direitos fundamentais garantidos constitucionalmente, além de enxergá-la como uma estratégia para impedir o jornalista de cumprir seu papel social (CALADO, 2019).

As narrativas do Marco Zero prezam pelo caráter intersubjetivo, uma vez que, observando os recursos e estratégias utilizadas, é possível notar a pretensão de obter a validação pela audiência. Essa atitude confirma o que diz Luiz Gonzaga Motta sobre o contrato cognitivo, segundo o qual, embora sujeito às estratégias traçadas pelo narrador, ao final cabe ao receptor, com sua autoridade, interpretar a narrativa utilizando como base sua própria estrutura cognitiva e validar ou não o pacto proposto (MOTTA, 2013).

5.6.3 *Personagens*

Nas narrativas analisadas neste estudo é possível perceber com certa regularidade uma forte polarização entre protagonistas e antagonistas, visando explicitar bem os conflitos. Na construção das personagens, os protagonistas personificam, em geral, atores das comunidades periféricas, representantes de movimentos sociais e indivíduos excluídos e invisibilizados. Os antagonistas, via de regra, são figuras de gestores públicos, políticos, empresários e demais representantes da elite dominante. Há, ainda, uma gama de personagens secundários selecionados entre organizações da sociedade civil, instituições científicas, intelectuais, acadêmicos e especialistas e pessoas das comunidades, quase sempre atuando como fontes-autoridade ou fontes-testemunhas para reforçar a intencionalidade do narrador.

No caso específico da cobertura da pandemia, o portal iniciou o trabalho seguindo uma linha semelhante à da mídia tradicional, por conta da escassez de fontes e da falta de embasamento científico diante do elemento surpresa que era a Covid-19. Como explica Inácio França, era preciso oferecer às pessoas informações gerais e prestação de serviços, tanto para quem precisava de apoio como quem desejava ajudar.

Algumas semanas depois, porém, as coberturas começaram a tomar rumos diferenciados, com o Marco Zero abordando temas mais ligados ao seu público

específico, sobretudo em relação aos efeitos da pandemia sobre as comunidades periféricas, os excluídos e miseráveis, assim como os movimentos sociais, que passaram a enfrentar dificuldades de mobilização presencial diante da necessidade de isolamento social. O coletivo também priorizou o campo científico, divulgando pesquisas e opiniões de especialistas voltadas para esse público periférico, ao passo que questionava versões oficiais eventualmente distorcidas ou distantes da realidade da sua audiência.

Com o passar do tempo, o Marco Zero se diferenciou da grande mídia local pela contestação ao discurso oficial. Começamos a perceber que havia um quê de negacionismo no discurso do Governo do Estado e das prefeituras. Então, no final do primeiro ano de pandemia, percebemos que isso era resultado da pressão de grupos políticos e do mercado. Como o portal não é sensível à essa pressão, assim como a dos realizadores de eventos, dos donos de empresas de ônibus, etc., nós passamos a questionar essa posição oficial, que não era questionada pela grande mídia. (FRANÇA, 2021)

Dessa forma, o papel de antagonista é reservado quase sempre aos gestores públicos, políticos, empresários ou representantes do mercado, além da ala negacionista da pandemia e dos aliados do governo federal. Os enquadramentos e narrativas do Marco Zero fazem esse constante contraponto, lançando mão de adjetivos e outros recursos positivos para destacar os protagonistas, enquanto seus opositores são tratados com ironias, metáforas e adjetivos negativos, ressaltando o papel de vilões. Notamos ainda o uso de fontes-autoridade e testemunhas que quase sempre confirmam os enquadramentos adotados. Depoimentos contrários são escassos e, quando aparecem, em geral são tratados com algum recurso linguístico ou de edição – títulos, legendas, fotos, etc. – que minimize sua força ou que os contestem, confirmando a despreocupação do coletivo com o equilíbrio dos lados envolvidos e a disposição de garantir protagonismo às personagens que melhor representam o perfil da sua audiência.

5.7 Construtivismo e transformação: analisando as narrativas do Marco Zero

Longe da rigidez do paradigma positivista, as reportagens do Marco Zero Conteúdo quase sempre estão carregadas de figuras de linguagem e dispositivos de retórica, com a finalidade de produzir efeitos de sentido real e estético e comover o público, buscando legitimar o coletivo como porta-voz das lutas dos protagonistas e contribuir para inseri-los em um debate social mais amplo e democrático. Agem, dessa

maneira, procurando a validação da audiência, dentro das características do jornalismo construtivista e da intersubjetividade.

As narrativas dessa mídia não têm a menor pretensão de serem imparciais, neutras ou objetivas. Procurando demarcar seu lugar social, baseada em seu próprio enquadramento, esse tipo de narrativa traz as marcas da luta simbólica para estabelecer seus próprios significados. Seu objetivo é tornar a comunicação mais plural e horizontal e que o enquadramento seja transparente tanto para quem emite a notícia quanto para quem a recebe. (CALADO, 2019, p. 118)

A narrativa que abre nosso *corpus* de pesquisa, publicada no início da cobertura da pandemia, no formato de editorial, sob o título “Mais jornalismo do que nunca”,²⁷ evidencia a direção dos enquadramentos e a preocupação com temas específicos. Recorre ainda à metanarrativa para definir o trabalho do coletivo ao declarar sua fé no poder do jornalismo independente como ator na transformação da sociedade, capaz de apontar caminhos e cobrar dos poderes público e privado o cumprimento de obrigações institucionais e sociais. O texto usa efeitos para criar empatia com a audiência, prometendo humanizar números, dar visibilidade aos excluídos e salvar vidas.

Em momentos de crise como a que estamos passando, a informação de qualidade, apurada com precisão e vinda de fontes confiáveis, salva vidas. Em meio à pandemia do coronavírus e ao desastre total de como a crise está sendo conduzida pelo governo federal, a Marco Zero reafirma seu compromisso com uma linha editorial cidadã, voltada à defesa da vida. (MARCO ZERO, 2020)

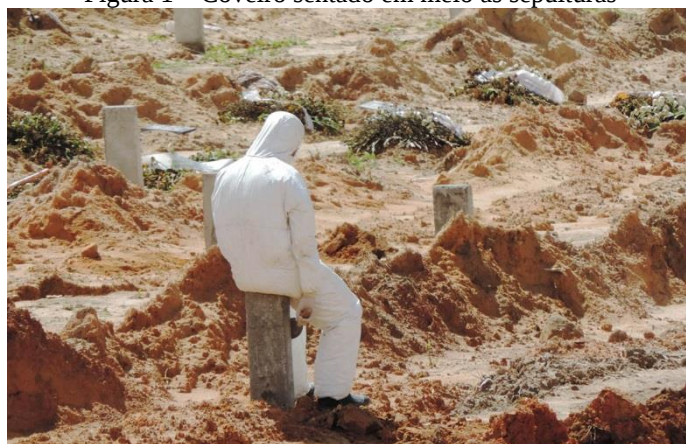
Algumas construções narrativas examinadas nas análises aparecem carregadas de figuras de linguagem que visam gerar efeitos de sentido real e estético para enfatizar a intencionalidade do narrador, explicitar o conflito e criticar os antagonistas. São exemplos: “o desastre total do governo” na condução da pandemia; “empresários inescrupulosos” priorizando o lucro à vida; entre outros termos que raramente se encontram na mídia tradicional, autodeclarada imparcial. De acordo com Inácio França (2021), o uso de adjetivos, rotulações e outros recursos reflete, de fato, o posicionamento ideológico do coletivo e funcionam como estratégia linguística para atrair o leitor, utilizando termos semelhantes ao que ele pensa e comenta no seu cotidiano, em rodas de conversa ou em casa, procurando despertar nele uma maior identidade com o Marco Zero.

²⁷ Mais jornalismo do que nunca. Disponível em: <https://marcozero.org/editortial-marco-zero/>. Acesso em: 16 jul. 2021.

Na reportagem “Desgovernado, Brasil atinge a marca de 100 mil mortos por coronavírus”²⁸, de temática política, estão presentes diversos exemplos de elementos retóricos e figuras de linguagem utilizadas não apenas para criticar a má gestão do presidente da República, mas para legitimar a narradora como porta-voz dessa crítica, intuindo que será validada pela audiência para a qual ela direciona a narrativa.

O adjetivo “desgovernado”, que abre o título da reportagem, já revela a intencionalidade da narradora, que pontua a matéria com algumas metanarrativas, a fim de criar um fundo moral ao longo da história. A foto que antecede o texto é outro exemplo. Retrata um coveiro, vestindo roupas protetivas, sentado em meio às sepulturas com expressão de desconsolo ou cansaço (Figura 1), acompanhada da legenda: “É como se tivesse morrido toda a população de Abreu e Lima”, uma referência geográfica (dêitico) à cidade da Região Metropolitana do Recife, visando criar um efeito de real e dar precisão para situar o receptor.

Figura 1 – Coveiro sentado em meio às sepulturas



Fonte: Marco Zero (2020)

No lide, novas adjetivações expõem definitivamente o conflito, relatando que o país atingiu a “triste marca” de 100 mil mortes enquanto está “mergulhado numa profunda crise política, sem ministro titular da Saúde há quase 120 dias” e “refém da inoperância do governo Jair Bolsonaro”. Seguem-se mais adjetivos, definindo como “desastrosa” uma declaração de Bolsonaro na qual recomendou aos brasileiros “tocar a vida e se safar do problema”, fala sobre a qual a autora oferece sua própria opinião:

²⁸ Desgovernado, Brasil atinge a marca de 100 mil mortos por coronavírus. Disponível em: <https://marcozero.org/desgovernado-brasil-atinge-a-marca-de-100-mil-mortos-por-coronavirus/>. Acesso em: 20 jul. 2021.

É preciso questionar: a vida de quem? São as pessoas negras e periféricas, sobretudo as mulheres, as mais atingidas. São também os povos originários os principais alvos do genocídio institucionalizado. O Brasil representa 3% da população mundial e concentra 14% dos óbitos. É o segundo país com mais mortes pela Covid-19, à frente de outros mais populosos como Índia e China, atrás somente dos Estados Unidos. (MARCO ZERO, 2020)

Ainda buscando criar efeitos de real para legitimar sua intencionalidade, a narradora compara o número de mortos com a população de vários bairros recifenses juntos e disponibiliza infográficos com números de habitantes desses bairros e das mortes no País. Algumas sinonímias e metáforas são adotadas para fazer comparações, assim como ironias que sugerem uma afirmação contrária ao que está sendo dito, sempre na intenção de criar efeitos estéticos de sentido para demonstrar de forma contundente a situação de desigualdade do País em meio à pandemia, buscando também despertar sentimentos como tristeza e indignação. Ela utiliza ainda alguns dados de uma pesquisa internacional para reforçar a identificação dos protagonistas e antagonistas – definidos por ela como pobres e ricos, respectivamente – além de acrescentar uma referência temporal (dentro do período da pandemia) para dar mais precisão à narrativa:

Enquanto vidas lutam para não virar estatísticas, o governo se empenha em criar narrativas para sustentar a necropolítica, blindando a própria família presidencial, negando a ciência, promovendo a cloroquina e criticando a imprensa. Enquanto dezenas de milhares de famílias choram o luto dos óbitos, 42 bilionários brasileiros não só passaram incólumes pela pandemia como ficaram US\$ 34 bilhões (R\$ 195 milhões) mais ricos entre março e junho, segundo mostrou relatório da ONG Oxfam. (MARCO ZERO, 2020)

No final, a narradora assume uma postura mais ativista – na definição de Prudêncio (2009b) – passando orientações ao público sobre como participar de uma mobilização nas redes sociais, promovida pela Frente pela Vida – formada por 14 entidades científicas e o Conselho Nacional de Saúde – para demarcar o luto e a indignação com a “negligência” do governo federal diante das 100 mil mortes.

Ainda no espectro político, em outra reportagem – “#DesculpaJairMasEuVou: Extrema Direita dividida sobre atos de domingo no Recife”²⁹ – a adjetivação e a ironia começam pelo título, já denunciando o conflito selecionado pelo narrador. Os recursos se sucedem no texto, condenando um “ataque brutal ao SUS” e classificando os manifestantes pró-bolsonaro como

²⁹ #DesculpaJairMasEuVou: Extrema Direita dividida sobre atos de domingo no Recife. Disponível em: <https://marcozero.org/desculpajairmaseuvou-extrema-direita-dividida-sobre-atos-de-domingo-no-recife/>. Acesso em: 17 jul. 2021.

“extrema direita”, substantivo estigmatizado por estar associado a ideologias autoritárias, anticomunismo e uso da força. A presença da *hashtag* no título também procura gerar um efeito de sentido estético referente ao uso político das redes sociais, além de explicitar uma discordância no grupo de apoiadores do presidente sobre a realização da passeata em plena vigência do decreto de isolamento.

Na esfera econômica, as narrativas do Marco Zero mantêm o enquadramento direcionado à audiência que pretende atingir, já definida neste estudo. O posicionamento ideológico do veículo é explicitado em vários momentos da cobertura, a exemplo da reportagem “Lucro acima da vida: por que você consumiria de quem acha OK milhares morrerem pelo coronavírus?”.³⁰ O título, em tom interrogativo e irônico, já aponta os empresários como antagonistas/vilões, que são substituídos em vários momentos do texto pelas metáforas “capitalismo” e “mercado”. A matéria é ilustrada por uma arte/colagem carregada de subjetividades, tendo como personagem central a figura do presidente Jair Bolsonaro “vampirizado”, dividindo o espaço entre imagens de pessoas de máscara, com expressão de desespero, e gravuras de ricos gordos e sorridentes sem usar a proteção (Figura 2).

Figura 2 – Arte tendo Bolsonaro como personagem central



Fonte: Marco Zero (2020)

O uso de metáforas e ironias é forte na narrativa, denotando uma postura crítica da autora à atitude dos empresários de minimizar a pandemia e defender a abertura do comércio, mesmo pondo em risco a vida dos mais pobres, protagonistas da narrativa.

A crise de saúde e também econômica e social desencadeada pela pandemia do coronavírus chegou para acentuar as desigualdades estruturais que o capitalismo fundou, mantém e atualiza. O importante, para o modo de vida capitalista, é manter o lucro. Mesmo

³⁰ Lucro acima da vida: por que você consumiria de quem acha OK milhares morrerem pelo coronavírus?. Disponível em: <https://marcozero.org/lucro-acima-da-vida/>. Acesso em: 20 jul. 2021.

que isso custe vidas. Talvez não a sua vida, mas isso foi antes do coronavírus. Agora, ricos e pobres (estes sim, desde sempre vidas descartáveis) podem ser afetados. Isso não quer dizer que estão em igualdade de condições.

O que isso muda na lógica capitalista? Essa é a pergunta que muitas pessoas estão se fazendo. Sem resposta até agora, mas com uma certeza: esta crise pode abrir caminho para questionar o nosso modo de vida e o sistema capitalista tal como o conhecemos. A começar por retomar a ideia de que o mercado não está nem aí para a vida das pessoas, desde que continuem comprando. (MARCO ZERO, 2020)

As ironias também são amplamente utilizadas na narrativa, inclusive no intertítulo “Capitalismo à brasileira”. A intenção é ressaltar que o modelo de capitalismo “em terras tupiniquins” (metáfora irônica) é ainda mais nocivo que em outros países. Para reforçá-la, a jornalista recorre a fontes-autoridades, ouvindo acadêmicos e pesquisadores cuja opinião corrobora a sua, como a professora da UFPE Maria Eduarda da Rocha Mota:

Ainda pensando as estruturas que já colocaram pobres, negros, povos e comunidades tradicionais em situação de maior vulnerabilidade, Maria Eduarda explica que o próprio capitalismo, no Brasil, nunca conseguiu dar estabilidade para a classe trabalhadora. A tendência é piorar a situação até de quem tem emprego. “O capitalismo brasileiro é problemático pelo tipo de trabalho que ele conseguiu gerar. Temos um grau de precariedade e informalidade muito grande. A industrialização brasileira não foi capaz de gerar trabalho regular”, diz. (MARCO ZERO, 2020)

Por fim, a narradora lança o intertítulo “Repensar o consumo, denunciar e boicotar”, reiterando sua posição e assumindo um papel ativista, cuja definição buscamos anteriormente em Kelly Prudêncio (2009b). No texto, ela se mostra favorável ao movimento de boicote às empresas dispostas a colocar a vida das pessoas em risco para manterem seus lucros, e indica ao receptor o link para o site “Coronacapitalismo”, que possui um espaço intitulado “Muro da Vergonha” onde são listadas as empresas denunciadas por violações, como expor trabalhadores à contaminação ou tomar medidas de retirada de direitos. Ela arremata a narrativa manifestando uma opinião pessoal:

Decidir não consumir de determinada corporação é um ato não só político, mas também uma ação objetiva e que surte efeito rápido. Afinal, a perda ou a redução da margem de lucro são os principais temores dos empresários. (MARCO ZERO, 2020)

Ao longo dos primeiros seis meses da pandemia, o Marco Zero também priorizou diversas pautas sobre as condições dos profissionais de saúde no combate à Covid-19, sempre elevando-os à condição de protagonistas e tendo, ora o poder público,

ora os hospitais privados como seus maiores antagonistas, além do próprio vírus. A matéria “Profissionais da linha de frente na mira do coronavírus”³¹ traz um exemplo desse posicionamento do veículo e do narrador. Carregada de números e dêiticos espaço-temporais, visando transmitir sensações de precisão e veracidade ao leitor, a reportagem é aberta exatamente com críticas às estatísticas que desumanizam pessoas:

Em meio à devastação causada pelo novo coronavírus desde março, os números ganharam dos nomes. Muito pela capacidade de medir o tamanho da tragédia. Afinal, desde 12 de março, o Brasil perdeu mais de 115 mil vidas. Pernambuco contabilizou, até a quarta-feira, 26 de agosto, 7.425 mortes. Essas cifras, apesar de alarmantes, não traduzem exatamente quem eram essas pessoas, alvos da pandemia. Em especial, as de uma categoria que, por trás de máscaras, jalecos e notas de pesar, tem suas histórias camufladas, esquecidas, não contadas: os profissionais de saúde da linha de frente do combate à Covid-19. (MARCO ZERO, 2020)

Com base nos números fornecidos pela Secretaria de Saúde, a narrativa acusa o poder público de tratar com descaso esses profissionais. A intenção do jornalista é reforçada com a estratégia de contar as histórias de quatro deles, todos contaminados pela Covid-19 enquanto atuavam na linha de frente. Duas dessas personagens faleceram e duas conseguiram se curar. Fotos delas e de seus familiares ilustram a reportagem (Figura 3).

Figura 3 – Quatro profissionais de saúde são personagens do texto



Fonte: Marco Zero (2020)

As narrativas sobre as duas primeiras personagens descrevem suas trajetórias profissionais e sua luta para sobreviver à doença, e são complementadas por parentes e amigos, personagens secundários selecionados pelo repórter como fontes-testemunha. O

³¹ Profissionais da linha de frente na mira do coronavírus. Disponível em: <https://marcozero.org/profissionais-da-linha-de-frente-na-mira-do-coronavirus>. Acesso em: 25 set. 2021.

tom é sempre emocional, carregado de metáforas e adjetivos elogiosos, como no exemplo da fala da irmã de Rosa, uma médica falecida: “Ela casou-se com a profissão. Vivia em função disso. Sempre procurando se especializar. Não casou, não teve filhos. Era muito querida, muito alegre, vivia sorrindo” (MARCO ZERO, 2020).

Sobre um dos sobreviventes, o jornalista relata sua trajetória e situação no pós-covid e entrega a narrativa à personagem, descrita como um experiente enfermeiro. Consegue obter, assim, um resultado emocional e, ao mesmo tempo, crítico, que reitera a intencionalidade do narrador principal:

Primeiro, eu não tinha ideia da gravidade. Era tudo muito novo. Todo dia havia uma coisa diferente, um protocolo. O que mais me incomodou foi aprender enquanto fazia. Era como trocar o pneu com o carro andando. Eu ficava abismado como o Brasil ficou dependente de outros países. Com a indústria têxtil que nós temos, podíamos produzir capotes e máscaras. (MARCO ZERO, 2020)

O portal deu amplo espaço às questões que impactaram comunidades periféricas, grupos excluídos socialmente e minorias, a exemplo da população carcerária. A reportagem “Coronavírus nas prisões: superlotação coloca em risco milhares de detentos em Pernambuco”³² explora a questão dos direitos humanos e individuais – um dos enquadramentos priorizados pelo Marco Zero – como base da narrativa. O efeito de sentido dramático do título é reforçado ao longo da história com descrições do cenário prisional carregadas de recursos retóricos:

Em Pernambuco, a população carcerária já extrapola os limites da capacidade das unidades prisionais – e também os limites da humanidade. Com celas superlotadas, insalubres, sem acesso à água ou mesmo ar puro para respirar, a chegada do coronavírus pode colocar em risco a saúde e a vida de milhares de detentos. (MARCO ZERO, 2020)

Temos, em um único período, a palavra “extrapola”, em substituição ao termo “excede” – sinonímia que superlativa o verbo – assim como a metáfora “limites da humanidade” e o adjetivo “insalubres”, além da hipérbole “ar puro para respirar”. Todos buscam acentuar o efeito dramático das condições de vida dos presos e do risco de contágio a que estão expostos. A narradora também utiliza números e estatísticas oficiais do sistema penitenciário brasileiro (Infopen) para embasar a crítica à superpopulação carcerária em Pernambuco, buscando dar precisão, e enfatiza sua

³² Coronavírus nas prisões: superlotação coloca em risco milhares de detentos em Pernambuco. Disponível em: <https://marcozero.org/coronavirus-nas-prisoas>. Acesso em: 20 jul. 2021.

intencionalidade com depoimentos de fontes-autoridade (ativistas e pesquisadores) advertindo que as medidas não serão suficientes para evitar mortes nas penitenciárias.

Por fim, a jornalista defende abertamente a solução proposta pela Defensoria Pública da União para “desafogar” o sistema e diminuir a transmissão do vírus: a concessão de liberdade condicional aos presos com penas mais brandas. E arremata com sua opinião, em um apelo crítico: “Assegurar ou não a proteção à população carcerária numa situação de pandemia dirá muito do que precisamos saber sobre a humanidade ou desumanidade de políticos e gestores” (MARCO ZERO, 2020).

Ainda no âmbito das pautas voltadas para as periferias, o portal publica várias reportagens sobre os impactos da pandemia nas comunidades e entornos das grandes cidades, buscando ressaltar contrastes econômicos e sociais, comover a audiência e legitimar mobilizações de apoio aos mais atingidos. Seleccionamos dois exemplos dentro do nosso corpus que representam a posição não só dos jornalistas mas do veículo em si.

Em uma delas, intitulada “Coletivos lançam campanhas de apoio a grupos e territórios mais ameaçados pela pandemia”,³³ a narrativa é bastante direta e crua, descrevendo a situação vivida por alguns coletivos periféricos por conta do isolamento social, que provocou desemprego e dificuldades financeiras, deixando famílias inteiras expostas à fome e outros dramas sociais. O jornalista elege como personagens principais algumas comunidades afetadas pela crise sanitária, como a das Marisqueiras de Maracaípe, a ocupação Carolina de Jesus, a Associação de Moradores de Três Carneiros, entre outras, situando-as geograficamente e esclarecendo que as famílias foram obrigadas ao “confinamento” – hipérbole que busca intensificar as dificuldades promovidas pelo isolamento social. Também adverte sobre a “ameaça” à segurança alimentar desses segmentos, novamente buscando um superlativo para criar um efeito de sentido estético que sensibilize o público, e reforça essa busca por comoção com depoimentos de fontes-testemunhas afetadas diretamente pelo problema.

Embora utilize alguns recursos retóricos para descrever a situação, visando provocar um sentimento de comoção, em vários momentos o jornalista transfere a narrativa para personagens secundários, representados por líderes de grupos da sociedade civil e de coletivos que atuam na garantia de direitos aos territórios, mobilizados para prestar auxílio às comunidades. A prioridade é difundir as

³³ Coletivos lançam campanhas de apoio a grupos e territórios mais ameaçados pela pandemia. Disponível em: <https://marcozero.org/coletivos-lancam-campanhas-de-apoio-a-grupos-e-territorios-mais-ameacados-pela-pandemia/>. Acesso em: 23 jul. 2021.

“vaquinhas” digitais, campanhas na internet para arrecadação de verbas que serão convertidas em alimentos e materiais de limpeza e higiene, máscaras e álcool, além da definição de estratégias locais de disseminação de informação. A título de prestação de serviço, a matéria disponibiliza números de contas bancárias e links para quem quiser fazer doações, aliando-se aos protagonistas.

Em outra reportagem, “Coronavírus revela problemas estruturais de São Lourenço da Mata, líder na taxa de mortalidade em PE”,³⁴ a repórter do Marco Zero conta que passou um dia inteiro acompanhando a rotina de uma família moradora de um assentamento na zona rural de São Lourenço da Mata (Região Metropolitana do Recife), à época classificada como a cidade com mais altos índices de mortalidade por Covid-19 em todo o Estado. Na abertura, a narradora recorre ao jornalismo literário – menos frequente nas narrativas jornalísticas atuais, mas previsto por Luiz Gonzaga Motta como um recurso possível, por exemplo, como estratégia para seduzir o leitor, oferecendo “fragmentos de irreabilidade” para embasar explicações racionais. “Esse parece ser o jogo: sugerir e recuar, nunca permitindo dúvidas sobre o que é o real. Um dinâmico jogo de construção cognitiva intersubjetiva” (MOTTA, 2006, p. 1).

Figura 4 – Família no assentamento em São Lourenço da Mata



Fonte: Marco Zero (2020)

Baseada nesse estilo, a autora elege como protagonistas os netos da personagem Cleide, e também ela, uma ex-moradora de rua que conseguiu erguer no assentamento uma casa feita com pedaços de madeira e de telhas (Figura 4) onde mora com o marido,

³⁴ Coronavírus revela problemas estruturais de São Lourenço da Mata, líder na taxa de mortalidade em PE. Disponível em: <https://marcozero.org/coronavirus-revela-problemas-estruturais-de-sao-lourenco-da-mata>. Acesso em: 01 ago. 2021.

três filhos e quatro netos. Lançando mão de uma gama de figuras de linguagem e outros recursos retóricos, como a metanarrativa, a jornalista revela o drama vivido pela família em meio à pandemia, garantindo a subsistência praticamente com o cultivo um roçado precário. Mas busca contar a história em tom lúdico, pela visão das crianças.

Os brinquedos espalhados na ladeira de barro que leva até a casa da agricultora e comerciante informal Cleide Alves dão indício de que tem criança no terreiro. Um coral de gritos e risadas indica o paradeiro de Izabella, Estefany, Henrique, Bia e Lexton. Os cinco brincam numa área onde uma construção de madeira inacabada serve de abrigo para a casinha de lençóis, bicicletas e bonecas. O mormaço que exala do chão do meio dia do Assentamento Sítio Tejió II, área rural de São Lourenço da Mata, com a maior taxa de mortalidade por coronavírus no Estado, parece não importunar o quarteto.³⁵ Neste universo lúdico infantil, a falta de água, transporte, saneamento, infraestrutura e até uma pandemia de proporção mundial seguem invisíveis aos olhos de quem vive um permanente distanciamento social. (MARCO ZERO, 2020)

O texto é longo e permeado de figuras de linguagem que visam ora causar efeito de real, ora provocar sensações estéticas de comoção, drama e até momentos de alguma hilaridade. É ilustrado com diversas fotos retratando o cenário descrito pela autora, que busca respaldo em números e estatísticas oficiais para embasar sua narrativa, elegendo como antagonistas o poder público, o *lockdown* e o próprio vírus que o causou. Também são várias as metáforas que ilustram a situação narrada, a exemplo de “O sinal vermelho disparou”, no sentido de que o cenário se complicou ainda mais; “À noite, o breu só não é maior porque os moradores fizeram gambiarras”, ao descrever a escuridão e a iluminação improvisada; e “A torneira vazia faz parte do cotidiano”, ao mencionar a falta de água no assentamento.

A jornalista também demonstrou a preocupação de ouvir setores públicos responsáveis pela assistência social, saúde e infraestrutura, embora trate essas fontes de maneira ora irônica, ora crítica. Ela conclui a narrativa da forma como iniciou, criando efeitos de sentido estético, em uma mistura de lúdico e ironia.

Com os pés e a enxada fincados no chão de quem sabe que a fome não espera, Cleide vê na agricultura familiar a única forma de garantir comida no prato da criança. O terreno em volta do barraco de três cômodos, é onde ela deposita as sementes e raízes que vão alimentar a família mais pra frente. Milho, macaxeira, batata-doce, feijão e melancia são cultivados na terra de onde também brotam olhos d’água

³⁵ Acreditamos que neste ponto tenha havido um erro de revisão do texto do portal.

para irrigar a plantação. “Tô trabalhando na roça porque daqui pra frente ninguém sabe como vai ser”, comenta ela com resiliência. Sobre a cama remendada no quarto-sala, a menina Izabella ignora as coisas do futuro e se diverte assistindo à animação infantil “Tá chovendo hambúrguer”, enquanto a avó torce para que chova na plantação. (MARCO ZERO, 2020)

Sobre os impactos da pandemia na área de educação, o Marco Zero publicou diversas reportagens ao longo dos primeiros seis meses, período em que escolas foram fechadas por decreto. Na matéria “Incertezas e medo na preparação da volta às aulas na rede pública de Pernambuco”,³⁶ sobre o anúncio dos primeiros planos para retomada das aulas, a narradora procurou, já no título, traduzir o clima de desinformação que cercava essa discussão. A narrativa revela um posicionamento crítico do coletivo diante da proposta de reabertura das escolas naquele momento, explicitado logo no lide, onde o protocolo anunciado pelo Governo do Estado – e disponibilizado ao leitor do portal em link – é questionado em tom claramente opinativo:

Quem lê o protocolo estadual de volta às aulas, com seus 51 tópicos, rapidamente percebe que ele é incompatível com a realidade da maioria das escolas públicas. Muitas unidades da rede de ensino enfrentam superlotação e problemas graves de infraestrutura. Há locais em que, por exemplo, os banheiros sequer têm torneira ou as pias estão quebradas. Os trabalhadores e as trabalhadoras em educação, assim como as famílias dos alunos, estão apreensivas com o retorno das atividades presenciais. (MARCO ZERO, 2020)

Buscando respaldo à sua intencionalidade, a jornalista embasa os argumentos em estatísticas fornecidas por fontes oficiais. Entre elas, ressalta que o número de estudantes da educação básica pública e privada, somados aos profissionais envolvidos no trabalho escolar correspondem a cerca de 25% da população total do Estado, representando um contingente superior a 2,4 milhões de pessoas que estariam forçosamente circulando nas ruas em meio à pandemia. Justifica, ainda em números, que Pernambuco segue com alto nível de casos e óbitos diários, em situação longe de ser considerada controlada.

Até o momento, não foram apresentadas estratégias de como colocar o protocolo em prática, se haverá investimentos para readequação das unidades escolares e se há um plano de testagem e afastamento dos profissionais da educação eventualmente contaminados. Também não

³⁶ Incertezas e medo na preparação da volta às aulas na rede pública de Pernambuco. Disponível em: <https://marcozero.org/incertezas-e-medo-na-preparacao-da-volta-as-aulas-na-rede-publica-de-pernambuco>. Acesso em 14 set. 2021.

se sabe como ficará o plano caso não dê certo e os níveis de contaminação cresçam, e se haverá um monitoramento específico e mais próximo para o aumento da vigilância epidemiológica nas escolas, consideradas um dos ambientes de maior potencial de transmissão do novo coronavírus. (MARCO ZERO, 2020)

A autora utiliza ainda, como referencial espaço-temporal, uma reportagem anterior do portal – disponibilizando o link – revelando que o Recife jamais conseguiu sair da faixa vermelha de risco da Covid-19, considerada a mais grave. Para reforçar mais sua opinião, apresenta declarações de fontes-autoridade das áreas médica e estatística, garantindo que as regras divulgadas excedem a capacidade organizacional e de recursos das escolas, além de o protocolo desconsiderar a realidade da rede pública de ensino, e advertindo que uma reabertura precipitada das escolas, mesmo com todos os protocolos, poderia acarretar na morte de cerca de 17 mil crianças menores de cinco anos até o final de 2020 no Brasil.

Por fim, deixando explícito o apoio do veículo ao movimento contrário à reabertura das escolas, a narradora alia-se ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco na solicitação ao poder público por mais participação da sociedade na discussão e disponibiliza, no desfecho da reportagem, propostas enviadas ao Governo de Pernambuco pela Rede Solidária em Defesa da Vida – entidade formada por profissionais e pesquisadores de diversas áreas do Estado para buscar respostas à pandemia – para aprimorar o protocolo de reabertura.

O último bloco selecionado para análise reúne alguns artigos publicados ao longo dos primeiros meses da pandemia na seção “Diálogos” do portal. Conforme explicou Inácio França (2021), em entrevista a este pesquisador, trata-se de um espaço aberto pelo Marco Zero Conteúdo para textos opinativos, a maioria deles redigido na primeira pessoa, produzidos não apenas por jornalistas, mas também por especialistas, representantes de comunidades e movimentos sociais, minorias, acadêmicos, entre outros. Os artigos passam por uma leitura dos editores, mas em geral não são submetidos a alterações significativas. A única regra é que estejam dentro dos enquadramentos do veículo.

Integrantes do coletivo também publicam artigos na seção, com opiniões pessoais acerca de assuntos do cotidiano do Marco Zero. No caso específico da pandemia, o primeiro texto selecionado, escrito pelo editor Inácio França, oferece vários exemplos de estratégias argumentativas, utilização de figuras de linguagem e outros

dispositivos de retórica para construção de sentidos, sobretudo estéticos, buscando identificar-se com o pensamento da audiência do portal e garantir sua validação.

Ao assumir a narrativa na primeira pessoa e colocar-se como personagem, o autor alterna metanarrativas – entre elas, o tradicional conflito entre ricos e pobres e a crítica à classe política – com ações comuns do cotidiano, como a troca de mensagens por redes sociais, buscando despertar a simpatia do leitor. O título do artigo, “O inferno são os outros”,³⁷ já representa uma metáfora bastante subjetiva. Trata-se de uma expressão do escritor francês Jean-Paul Sartre, publicada na peça *Entre quatro paredes*, na qual ele insinua que nossos problemas pessoais estão relacionados à alteridade e, embora não signifique que o indivíduo impinja sofrimentos ao semelhante simplesmente por maldade, o relacionamento em sociedade desperta, inevitavelmente, situações que nos atormentam.

O efeito dramático surge logo na primeira frase, carregada de metáforas e críticas em tom irônico à gestão da crise sanitária pelo presidente Jair Bolsonaro:

Uma mensagem e um vídeo enviados por whatsapp funcionaram quase como uma *colonoscopia*: vi como os *intestinos da milícia digital bolsonarista* continuam a funcionar em plena pandemia, criando culpados e tentando transferir para outros as responsabilidades por uma crise que se mostra além das capacidades de quem está no Governo Federal. (MARCO ZERO, 2020. Grifos nossos)

A partir dessa introdução, o jornalista insere uma variedade de antagonistas e os descreve com adjetivos pejorativos que, por vezes, utiliza como sinônimos do nome da própria personagem. Uma delas, por exemplo, é descrita como “ex-militar aposentado, morador de prédio chique em bairro de classe média alta”. Em seguida, nomeia outros antagonistas ao definir o vídeo recebido por ele como tendo a “marca registrada do gabinete do ódio dos Bolsonaro, pai e filhos”, em nova metáfora que descreve o grupo que atua nas redes sociais produzindo fake news contra adversários do presidente.

Em outro momento, o narrador usa o recurso de um intertítulo para pedir “atenção para a cronologia”, e lança mão de dêiticos espaço-temporais para situar o interlocutor em uma série de episódios que teriam provocado a reação dos bolsonaristas, sempre acrescentando adjetivos que buscam criar efeitos estéticos, como o “ensurdecador panelaço contra o chefe do clã dos Bolsonaro”, no dia 18 de março daquele ano; a crise causada pelo “zero-três” ou “Eduardo Bananinha” (apelidos

³⁷ O inferno são os outros. Disponível em: <https://marcozero.org/o-inferno-sao-outros>. Acesso em: 10 ago. 2021.

pejorativos dados a um dos filhos do presidente) no dia seguinte, 19 de março, ao usar as redes sociais para atacar a China e os “comunistas” – aqui, com a função de personagens secundários – acusando-os de propagar o vírus; além de situar a entrada no ar do vídeo em questão, no dia 20 de março, e de um novo vídeo, divulgado no dia 22. A matéria foi publicada pelo portal no dia 23 de março.

E, sempre em primeira pessoa e assumindo a posição de protagonista, o autor segue com as adjetivações e metáforas de efeito estético:

Mais outro fato, antes de partir para *minhas deduções*: não há novidade alguma no *tal vídeo*, revelação *bombástica* passa longe. É apenas um resumo *distorcido* para alimentar a *matilha de cães hidrófobos* do whatsapp. (MARCO ZERO, 2020. Grifos nossos)

Por fim, o narrador tira suas conclusões sobre os ataques engendrados pelos apoiadores do presidente e as oferece à audiência. Segundo ele, o objetivo teria sido desviar a atenção da “falta de responsabilidade” e da “incapacidade” do governo de coordenar as ações contra a pandemia e reagir aos efeitos do “panelaço” nacional organizado contra o presidente, que teria comprometido a sua popularidade. E emenda, com uma série de recursos para obter efeitos estéticos:

Os *cães raivosos continuaram a babar*, mas encostaram seus respectivos *traseiros* na parede, *acuados pelas panelas*. Era preciso estimulá-los com um pouco de *carne fresca* para que voltassem a *latir e urrar*. Era preciso encontrar novos culpados para as *presas e mandíbulas digitais* dos apoiadores. [...] Foi aí que o *zero-três* ou algum dos jovens bem remunerados do “*gabinete do ódio*” teve a ideia genial (*alerta de ironia*) de insultar o *maior parceiro comercial do Brasil*. (MARCO ZERO, 2020. Grifos nossos)

O jornalista descreve, ainda, a reação de seguidores do presidente, que espalharam faixas de protesto em frente à embaixada da China (Figura 5), responsabilizando-a pelo vírus, e encerra em tom dramático, buscando gerar expectativa, apreensão e medo: “A cada cadáver, a cada novo boletim com milhares de novos casos, a doença passa a ser uma realidade próxima dos brasileiros, e não mais uma epidemia na distante China ou na rica Itália” (MARCO ZERO, 2020).

Figura 5 - Faixas de protesto em frente à embaixada da China



Fonte: Marco Zero (2020)

Em entrevista a este pesquisador, o autor do artigo explica que tanto os editores quanto os repórteres do coletivo têm liberdade para escrever na primeira pessoa, da mesma forma que os colaboradores externos. Os profissionais mais novos chegam a receber estímulo dos chefes para utilizar esse recurso, visando transmitir mais emoção e o calor da notícia no texto, mas a maioria enfrenta dificuldades com esse estilo.

A gente deixa o repórter totalmente à vontade. Se ele quiser escrever na primeira pessoa, tudo bem. Na verdade, até queríamos que escrevessem mais assim, mas quase todos eles passaram por grandes jornais, então não foram acostumados a fazer tanto isso. Quando fazem, escrevem textos belíssimos em primeira pessoa, mas sempre com informação. (FRANÇA, 2021)

Outro artigo da seção “Diálogos” que incluímos na análise foi produzido pelo professor Sidney Silva, representante dos movimentos sociais e doutor em Educação. Morador da comunidade do Coque, no Recife, ele coordena uma rede de organizações sociais voltadas para os direitos urbanos. No texto intitulado “Favela, Covid 19 e a potência dos pobres: resistindo entre a política da amizade e os laços de solidariedade”,³⁸ o autor usa recursos linguísticos com bastante frequência, buscando identidade com o receptor. Afirma, por exemplo, que a pandemia não é apenas uma questão de saúde pública, mas um problema de “política cósmica”, metáfora que adota para definir as diversas áreas prejudicadas pela doença, sobretudo no cotidiano das periferias. E prossegue buscando gerar efeitos de sentido estéticos:

O que estamos querendo dizer é o seguinte: seria muito arriscado pensar que antes do vírus vivíamos num *paraíso*. Uma das coisas que as vozes das favelas querem fazer ressoar, por meio desse *surto mortal*

³⁸ Favela, Covid 19 e a potência dos pobres: resistindo entre a política da amizade e os laços de solidariedade. Disponível em: <https://marcozero.org/favela-covid-19-e-a-potencia-dos-pobres-resistindo-entre-a-politica-da-amizade-e-os-lacos-de-solidariedade>. Acesso em 22 ago. 2021.

que não para de se alastrar, é que esse *fenômeno brutal* nos trouxe de volta para nossa *existência real*. “*Bem-vindo ao deserto do viral*”, onde *parasitas especialistas* te roubam a saúde, te oferecem o medo e te sequestram a vida. Nesse sentido, não seria muito inteligente achar que basta conter o coronavírus que tudo estará *magicamente resolvido* e, com isso, poderemos voltar àquela *mortífera normalidade sustentada em grandes doses de delírios*. (MARCO ZERO, 2020. Grifos nossos)

Encontramos diversas vezes no texto a palavra “periferia” utilizada de forma simbólica, representando, na verdade, as pessoas que nela habitam. Também há repetições de termos como “parasitas”, “descaso”, “caótico”, “ameaça”, entre outros, em referência aos antagonistas na narrativa, como o poder público e as elites política e econômica. No trato dos protagonistas – moradores da periferia, movimentos sociais, ONGs, etc. – os termos utilizados com maior frequência são, por exemplo, “vozes das favelas”, “coletivo”, “comunidade”, “resistência”, “amizade” e “lutas”. Outras expressões buscam identificação com a audiência presumida, como “modo periferia de enfrentar”, “modo favela de fazer”, “auto-organização” e “redes de solidariedade”.

O anúncio feito pelo presidente Jair Bolsonaro, um mês após o início da pandemia, de que adotaria a hidroxicloroquina como tratamento para a Covid-19 foi abordado em outro artigo, este escrito pelo jornalista Luiz Carlos Pinto – um dos fundadores do Marco Zero, hoje afastado da rotina do veículo – e oferece novos exemplos de estratégias e recursos linguísticos que visam construir efeitos de sentido real e estético e legitimar a relação do narrador com a audiência.

Figura 6 – Bolsonaro ergue os braços em gesto simbólico



Fonte: Marco Zero (2020)

Já no título “Jair Messias Bolsonaro pretende ressuscitar”,³⁹ o autor utiliza o nome do meio do presidente, “Messias”, com duplo sentido: literal (sobrenome) e a metáfora da “ressurreição” – difundir o uso da droga como solução “messiânica” para recuperar sua popularidade. A foto que ilustra o artigo também é estratégica: sorridente em meio aos apoiadores, o presidente ergue os braços e aponta para o “céu” (Figura 6).

O narrador, então, adianta na primeira linha sua intencionalidade, lançando mão de metáforas, ironias e adjetivações para emitir um juízo de valor não apenas sobre o antagonista Bolsonaro, mas também como crítica à alienação política da sociedade:

Os governos *messiânicos* invocam *soluções mágicas* porque não existem forças políticas que os possam confrontar. Mas as *saídas falsas* também são resultado da alienação das *potências políticas do povo*, que prefere a idolatria ao desamparo, *esse afeto* que passou a estar de forma tão presente nos debates sobre economia e política ultimamente. A adesão à hidroxicloroquina como tratamento para a proliferação do Covid-19, anunciada pelo presidente Bolsonaro na semana passada, é mais que uma *cortina de fumaça*, embora seja isso também. É, principalmente, a *expressão acabada* de uma *lógica salvacionista* que convive conosco ao longo da história do País. (MARCO ZERO, 2020. Grifos nossos)

O jornalista cita alguns episódios históricos como referenciais espaço-temporais para sustentar sua crítica, como a ação integralista de 1930, a luta pela redemocratização nos anos 1980 e a onda neoliberal dos anos 1990. Também recorre à metanarrativa para embasar sua opinião sobre a estratégia de Bolsonaro para tentar recompor sua popularidade em crise, colocando-se como salvador enquanto prega o discurso da polarização política, “um embate cósmico entre luz e treva, o bem e o mal”. E prossegue:

A aparente invulnerabilidade do presidente ao vírus aponta para o corpo heroico, para o corpo renascido, para o corpo ressuscitado. É a negação mítica da realidade: está saudável, contrariando as probabilidades num país que tem, à altura em que escrevo, mais 20 mil infectados pelo Covid-19, uma das doenças com mais alto nível de contágio até agora conhecida. Há uma construção em andamento com esse corpo que passeia por aí, impávido colosso, e que se projeta do campo mítico ao campo místico. [...] Jair Messias transforma seu corpo físico em corpo político: um recado ao ministro Mandetta, aos cientistas, aos jornalistas, aos evangélicos, à elite financeira, à população encurralada e assustada. (MARCO ZERO, 2020)

³⁹ Jair Messias Bolsonaro pretende ressuscitar. Disponível em: <https://marcozero.org/jair-messias-bolsonaro-pretende-ressuscitar>. Acesso em: 22 ago. 2021.

Estão presentes no jogo de linguagem acima diversos recursos que visam obter efeitos dramáticos. Entre eles, a metanarrativa, metáforas, ironia, hipérbole, adjetivação, pressuposição, indução a interpretações subjetivas, além de dados numéricos para gerar efeito de real. Trata-se de um texto que acreditamos resumir bem os enquadramentos propostos pelo Marco Zero Conteúdo, em busca de legitimação junto à sua audiência.

6 CONCLUSÃO

O jornalismo independente, conforme já reiteramos, não é uma prática nova. Há registros seculares de veículos com conteúdos de natureza questionadora e ativista. Mas é fato que os avanços tecnológicos e a popularização da internet beneficiaram muito a mídia alternativa de interesse público, contribuindo para um crescimento exponencial do número de veículos e favorecendo, como consequência, o encadeamento da sociedade em redes globais. Redes que mostraram aos indivíduos que eles não estão mais sozinhos, que são capazes de se unir e transformar movimentos de indignação e esperança em mudanças reais, como bem descreve Manuel Castells em seus estudos.

Da mesma forma como são responsáveis por profundos avanços na comunicação como um todo – e na práxis jornalística, em particular – as novas tecnologias também capturaram a audiência, fornecendo-lhe instrumentos mais amplos e ágeis de manifestação da sua vontade política. Rupturas que colocaram em evidência o webjornalismo independente.

Entretanto, a grande questão que permeia a discussão é: independente do quê?

Talvez o fato de ter abandonado o paradigma positivista, com suas amarras rígidas e sua pretensão da verdade absoluta seja um exemplo de independência. Da mesma forma, poderíamos considerar como independência a libertação dos profissionais das pressões e constrangimentos impostos pelas grandes empresas de comunicação, com sua visão de jornalismo ligada estritamente ao poder, ao mercado e ao lucro. Esses são dois motivos que já justificariam comemorar uma simples, mas importante revolução.

Mas é possível enxergar independência, sobretudo, na iniciativa dessa mídia de adotar o caminho de racionalidade da ação comunicativa, buscando desempenhar um papel de mediação e promover o entendimento mútuo na sociedade, como concebeu Habermas (2010). O fortalecimento de um jornalismo feito de baixo para cima e de fora para dentro – ou, melhor ainda, em formato horizontal – tem colaborado para deflagrar processos de deliberação mais inclusivos e democráticos.

Consideramos ser esta uma função essencial do jornalismo, a formação de uma opinião pública consciente e participativa, característica relegada a um segundo plano no decorrer de sucessivas décadas em que os grandes conglomerados de mídia colocaram o lucro acima das questões sociais. Não raras vezes, inclusive, atropelando a própria práxis jornalística ao impor seus interesses e os dos seus controladores em detrimento do dever de informar e de contribuir para a construção e manutenção da

democracia.

Acreditamos ter atingido os objetivos desta pesquisa ao comprovarmos que o webjornalismo independente praticado pelo Marco Zero Conteúdo segue tais preceitos e tem muito mais a contribuir para a construção social da realidade que a imprensa tradicional em Pernambuco. Esta, mesmo enfrentando sucessivas crises financeiras e de credibilidade, não tem esboçado reações disruptivas. Permanece historicamente submissa às elites, funcionando como seu instrumento de manutenção do poder.

Para atingirmos os resultados propostos, adotamos o método de análise pragmática da narrativa jornalística, que muito nos auxiliou a esmiuçar e compreender o processo comunicacional construído pela mídia independente na defesa do interesse público. Desconstruir e reconstruir narrativas, desvendando suas intencionalidades e estratégias argumentativas, como propõe Luiz Gonzaga Motta, se mostrou um trabalho difícil, mas prazeroso. E, acima de tudo, nos levou a conhecer com mais profundidade um universo midiático humanizado e democrático que, acreditamos, é capaz de se consolidar como principal modelo de jornalismo em um futuro próximo.

No caso específico desta pesquisa, conseguimos identificar na práxis jornalística do portal Marco Zero Conteúdo a preocupação de focar seus enquadramentos em temas relacionados aos efeitos da pandemia sobre comunidades periféricas, minorias, pessoas socialmente excluídas e movimentos sociais. Sobretudo nos primeiros seis meses, quando a população ainda estava impactada pelo ineditismo da crise sanitária. Esses enquadramentos revelaram, entre outros aspectos, o desapego dos profissionais do veículo do engessamento característico do jornalismo objetivista e supostamente imparcial, e a priorização de vozes tradicionalmente relegadas pela grande mídia à invisibilidade. Principalmente em Pernambuco, cuja história remonta a fortes divisões econômicas e sociais de um passado escravocrata, com sombras ainda muito presentes. Desde então, a comunicação – no sentido mais amplo e democrático – tem se mostrado um importante instrumento para iluminação de novos caminhos, mais coletivos e humanizados.

Constatamos, ainda, a força que as reportagens do Marco Zero adquirem a partir do momento em que a intencionalidade dos narradores é declarada, ao contrário dos escudos protetores utilizados na rotina da grande mídia para, supostamente, isentar-se de quaisquer envolvimento que prejudiquem seus interesses. Praticantes do “jornativismo”, os narradores do coletivo priorizam o processo da produção jornalística, desde a construção de pautas à apuração, redação e edição final. Mas não se furtam de

assumir posicionamentos e emitir opiniões. Às vezes vão além: quando consideram necessário, assumem a defesa do lado mais fraco e explicam ao leitor o motivo pelo qual o fazem.

Essa é uma característica importante a ser observada: a intervenção do profissional de imprensa em questões que demandam a construção de uma opinião pública que ajude a garantir o bem estar social, o interesse público e a participação mais democrática, ampliando a inclusão na esfera pública. Todos estes são efeitos inerentes à função jornalística, que cessam no momento em que se impõe o escudo da objetividade e imparcialidade da mídia tradicional, obrigando o profissional e o veículo a se eximirem de qualquer interferência na narrativa do fato, tratando-o como verdade única e absoluta e desprezando a autoridade da audiência e, portanto, o respeito ao contrato cognitivo proposto por Luiz Gonzaga Motta, sobre o qual já discorreremos neste estudo.

No sentido oposto, as narrativas da mídia independente – especificamente aquelas analisadas nesta pesquisa, sobre a abordagem da pandemia pelo portal Marco Zero – se configuram, na ampla maioria das vezes, em uma via de mão dupla. Embora o conteúdo seja construído de forma composta, a partir da observação e também das experiências de vida do repórter, essa narrativa não desconsidera a importância do receptor. Procura oferecer-lhe algo além da simples informação objetivista, acrescentando dados subjetivos que auxiliem na coconstrução de sentidos.

Assim, chegamos à outra questão examinada nesta pesquisa: a adoção da intersubjetividade nas narrativas do Marco Zero Conteúdo, que buscam a validação pela audiência, revelando respeito pela autoridade do público e, ao mesmo tempo, valendo-se desse público para embasar a discussão de pautas e enquadramentos. Adepto de um jornalismo multiperspectiva, semelhante ao defendido por Herbert Gans (2003), o portal segue a diretriz de oferecer informação bem apurada, acrescida de análises e opiniões que favoreçam a formação de uma opinião pública consciente e partícipe dos processos democráticos. Iniciativa importante, sobretudo, em momentos de grave convulsão social, como este da pandemia de Covid-19.

Uma vez verificada a real disposição de contribuir com narrativas que respeitam o contrato cognitivo e procuram estimular a construção de novas esferas públicas, mais inclusivas e democráticas, nos arriscamos a propor uma nova classificação, com a qual ainda não nos deparamos nas pesquisas realizadas até aqui, podendo, portanto, considerá-la inédita: o jornalismo investigativo de base social. Trata-se de um jornalismo que busca, de fato, promover a democratização da informação de forma

independente e corajosa. Principalmente em tempos sombrios como os atuais, marcados por ondas conservadoras e governantes autoritários que, embora eleitos pela via democrática, uma vez elevados ao poder empenham-se em minar esse caminho, manipulando as leis e o estado de direito com vistas a atender exclusivamente os interesses da sua “corte”, enquanto desprezam e precarizam a vida dos demais segmentos da sociedade, causando danos significativos às camadas menos favorecidas.

Esta pesquisa nos levou a compreender, portanto, a necessidade de a sociedade contar com uma mídia independente, de real interesse público – no formato que identificamos no Marco Zero Conteúdo – como aliada nas lutas populares que visam minimizar problemas em comum e reverter cenários dramáticos como o que assistimos no Brasil e no mundo nestes últimos anos de crise econômica, agravada pela pandemia e tendo como resultado nefasto uma série de convulsões sociais.

Apesar das dificuldades financeiras e dos problemas ainda predominantes em relação à amplitude de alcance das audiências, enfrentados pela maioria dos veículos independentes, acreditamos que alguns efeitos nocivos provocados pelas crises sanitária, política, econômica e social – subestimados ou deliberadamente ignorados pela grande imprensa – foram abordados pela mídia independente de forma a atender aos interesses públicos.

Obviamente, esses mesmos efeitos poderiam ter se tornado ainda menos impactantes caso houvesse uma maior conscientização da sociedade e da própria mídia tradicional sobre a real importância de uma ação coletiva e verdadeiramente democrática.

Essa é uma lição que o jornalismo independente tem pleno potencial para nos ensinar.

REFERÊNCIAS

- Agência Pública de Reportagem e Jornalismo Investigativo. **O Mapa do jornalismo independente**. Apública: São Paulo, 2021. Disponível em: <https://apublica.org/mapa-do-jornalismo>. Acesso em: 16 out. 2021.
- ALSINA, Miguel Rodrigo. **A Construção da Notícia**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.
- AZEVEDO, Fernando. A. **Diários Nacionais**. In: GONÇALVES, Mírian (Org.). **Enciclopédia do Golpe - Vol. 2: o papel da mídia**. Bauru: Canal 6, 2018.
- BAHIA, Juarez. **Jornal, História e Técnica**. 2 vols. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1990.
- BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.
- BARRETO, Túlio V; FERREIRA, Laurindo (Orgs.). **Na trilha do Golpe: 1964 revisitado**. Recife: Fundaj; Jornal do Commercio; Ed. Massangana, 2004.
- BARTHES, Roland. **Elementos de semiologia I**. 16. edição. São Paulo: Cultrix, 2006.
- _____. **Análise estrutural da narrativa**. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.
- BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BENHABIB, Sheyla. **Democracy and Difference**. Princeton (EUA): Princeton University Press, 1996.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BOCZKOWSKI Pablo. **Digitizing the News: Innovation in Online Newspapers**. Cambridge: MIT Press, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 6ed. Bertrand: Rio de Janeiro, 2003.
- BOWMAN, Shayne; WILLIS, Chris. **We Media: How the audiences are shaping the future of news and information**. Virginia (EUA): The Media Center at The American Press Institute, 2003. Disponível em: http://www.hypergene.net/wemedia/download/we_media.pdf. Acesso em: 20 set. 2020.
- BREED, Warren. **Controle social na redação. Uma análise funcional**. In: TRAQUINA, N. (Org). **Jornalismo: Questões, teorias e “estórias”**. Florianópolis: Insular: 2016.
- BRUNS, Axel. **Gatekeeping, gatwatching, realimentação em tempo real: novos desafios para o jornalismo**. Brazilian Journalism Research - SBPJor, 2011. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/342/315>. Acesso em: 20 set. 2020.
- _____. **Gatwatching, Not Gatekeeping: Collaborative Online News**. Faculty Queensland University of Technology Brisbane, Australia, 2003. Disponível em: <https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.321.7516&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 02 out. 2020.
- CALADO, Karolina A. **Narrativas jornalísticas na mídia independente: vozes, temáticas e estratégias argumentativas**. Tese (Doutorado em Comunicação). Universidade Federal de Pernambuco Recife: UFPE, 2019.
- CANAVILHAS, João M. **Do gatekeeping ao gatwatcher: o papel das redes sociais no ecossistema midiático**. Nuevos medias, nueva comunicacion. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2011. Disponível em: <http://campus.usal.es/~comunicacion3punto0/comunicaciones/061.pdf>. Acesso em 20 nov. 2021.

- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- _____. **The new public sphere: global civil society, communication networks, and global governance**. In: *Annals of American Academy*, 2008. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0002716207311877>. Acesso em 11 jan. 2021.
- _____. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CORREIA, João C. **A Teoria da Comunicação de Alfred Schutz**. Coleção: Media e Jornalismo. Livros Horizonte: Lisboa, 2005.
- DOWNING, John D. H. **Mídia Radical: Rebeldia nas comunicações e movimentos sociais**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2002.
- ENTMAN, Robert. **Framing: toward clarification of a fractured paradigm**. *Journal of Communication*, New York, v. 43, n. 4, p. 51-58, 1993. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/j.1460-2466.1993.tb01304.x>. Acesso em: 20 mai. 2021.
- FERREIRA, Gil. B. **Novos Media e Vida Cívica. Estudos sobre deliberação, internet e jornalismo**. Covilhã: Editora Livros LabCom, 2012.
- FONTANETTO, Renata M. B.; CAVALCANTI, Cecília C. B. **A cidade em narrativas: jornalismo tradicional e cidadão durante as Jornadas de Junho de 2013 no Brasil**. Chasqui – Revista Latinoamericana de Comunicación. Nº 131. CIESPAL: Ecuador, 2016. ISSN 1390-1079/e-ISSN 1390-924X. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/160/16057385027/html>. Acesso em: 21 nov. 2021.
- FRANÇA, Inácio. **Entrevista concedida a Sérgio Montenegro Filho**. Recife, 03 de setembro de 2021.
- FGV/CPDOC. **Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil**. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS: Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/collor-fernando>. Acesso em: 16 abr. 2021.
- GANCHO, Cândida. **Como analisar narrativas**. São Paulo: Ática, 2002.
- GANS, Herbert J. **Democracy and the news**. New York: Oxford University Press, 2003.
- _____. **Deciding what's news: a study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time**. Visions of the American Press, by Medill School of Journalism. Illinois: Northwestern University Press, 2005.
- GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- GRADIM, Anabela. **Comunicação e Ética. O sistema semiótico de Charles S. Peirce**. Covilhã: LabCom, 2006.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. V.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- _____. **Pensamento pós-metafísico: estudos filosóficos**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.
- _____. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- _____. **A inclusão do outro: estudos de teoria política**. São Paulo: Loyola, 2002.
- _____. **Verdade e justificação**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. **O valor da notícia.** Caderno Mais. Folha de S. Paulo: São Paulo, 27 de maio de 2007. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2705200707.htm>. Acesso em: 11 jul. 2019.

_____. **Teoria do Agir Comunicativo: sobre a crítica da razão funcionalista.** São Paulo: Martins Fontes, 2012.

HALLIN, Daniel; MANCINI, Paolo. **Sistemas de Media: estudos comparativos. Três modelos de comunicação e política.** Lisboa: Livros Horizonte, 2010.

JERÓNIMO, Pedro. **Ciberjornalismo de proximidade: redações, jornalistas e notícias online.** Covilhã, Portugal: LabCom.IFP, 2015.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa.** São Paulo: Scritta, 1991.

LAGO, Cláudia; ROMANCINI, Richard. **História do Jornalismo no Brasil.** Florianópolis: Insular, 2007.

LEMO, A.; LEVY, P. **O futuro da Internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária.** São Paulo: Paulus, 2010.

MAIA, Rousiley C. M. **Mídia e deliberação pública: mediações possíveis.** Anais do 11º Encontro Anual da Compós: Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <https://proceedings.science/compos-2002/papers/midia-e-deliberacao-publica--mediacoes-possiveis?lang=pt-br>. Acesso em 01 out. 2021.

LIMA, Venício A. de. **Liberdade de expressão x Liberdade de imprensa: Direito à comunicação e democracia.** São Paulo: Publisher Brasil, 2010.

MARCONDES, Danilo. **Filosofia, Linguagem e Comunicação.** São Paulo: Cortez, 2000.

MARTINS, Ana L.; LUCA, Tânia R. (Orgs.). **História da Imprensa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2012.

MEDITSCH, Eduardo. **Gêneros de discurso, conhecimento, intersubjetividade, argumentação: ferramentas para uma aproximação à fisiologia normal do jornalismo.** X Encontro Anual da Associação dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Brasília/DF, 2001. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-generos-de-discurso.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2021.

MEIKLE, Graham. **Future active: media activism and the internet.** Oxford: Routledge, 2002.

MELLO, Celso A. Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo.** 19ª edição. Editora Malheiros. São Paulo, 2005.

MELO, ANA T.P.; BARRETO, Laís K.S. **Os acontecimentos midiáticos na sociedade em rede: o caso Mídia Ninja.** In: MARTINS, Elaine; PALACIOS, Marcos (Orgs.). **Ferramentas para análise de qualidade no Ciberjornalismo.** Covilhã: Labcom.IFP, 2016.

MIELLI, Renata. **Organizações Patronais.** In: GONÇALVES, Mírian (Org.). **Enciclopédia do Golpe - Vol. 2: o papel da mídia.** Bauru: Canal 6, 2018.

MONTENEGRO FILHO, Sérgio. **Do gatekeeper ao gateopener: quem pauta o webjornalismo independente no Brasil?** 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom, Salvador-BA, 2020. São Paulo: Intercom, 2020. ISSN: 2175-4683 Disponível em: https://portalintercom.org.br/anais/nacional2020/lista_area_DT1-TJ.htm. Acesso em: 10 jun. 2021.

_____. **O modelo deliberativo habermasiano e o jornalismo independente: Por uma relação mais democrática entre mídia e comunidade.** 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom, Recife-PE, 2021. São Paulo: Intercom, 2021. ISSN: 2175-4683. Disponível em: https://portalintercom.org.br/anais/nacional2021/lista_area_DT1-TJ.htm. Acesso em: 02 jan. 2022.

MOREL, Marco. **Os primeiros passos da palavra impressa**. In: MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. (Orgs.). **História da Imprensa no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MOREIRA, Sonia V. **Rádio Palanque - fazendo política no ar**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Mil Palavras, 1998.

MOTTA, Luiz G. **Análise Crítica da Narrativa**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2013.

_____. **Notícias do Fantástico: Jogos de Linguagem na Comunicação Jornalística**. Florianópolis: Sulinas, 2006.

_____. **Narrativas jornalísticas e conhecimento do mundo: representação, apresentação ou experimentação da realidade?** In: PEREIRA, Fábio H; MOURA, Dione O.; ADGHIRNI, Zélia L. (Orgs.). **Jornalismo e sociedade: teorias e metodologias**. Florianópolis: Insular, 2017.

NOELLE-NEUMANN, Elizabeth. **A espiral do silêncio: nossa pele social**. Florianópolis: Estudos Nacionais, 2017.

O ESTADO DE S. PAULO. **Publicidade do governo cresce 65% no semestre**. São Paulo, 21 de julho de 2016. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,publicidade-do-governo-cresce-65-no-semester,10000064138>. Acesso em 22 abr. 2021.

_____. **Bolsonaro distorce decisão do STF e diz que cabe a governadores e prefeitos combater a covid**. São Paulo, 08 de junho de 2020. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-distorce-decisao-do-stf-e-diz-que-cabe-a-governadores-e-prefeitos-combater-a-covid,70003328069>. Acesso em: 05 mai. 2021.

PARK, Robert. **Notícia e poder na imprensa**. In: BERGER, C.; MAROCCO, B. (Orgs.). **A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa**. Porto Alegre: Sulina, 2008.

PIERANTI, Octavio P. **Políticas públicas de radiodifusão no governo Dilma**. 1ªed. Brasília: FAC-UnB, 2017

PODER 360. **Em 2015, ano de cortes, publicidade para mídia alternativa cresceu 40%**. Brasília, 06 de julho de 2016. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/midia/em-2015-ano-de-cortes-publicidade-para-midia-alternativa-cresceu-40/>. Acesso em: 22 abr. 2021.

PRUDÊNCIO, Kelly. **Mobilizar a opinião pública: sobre a comunicação dos ativistas políticos**. Anais do XVIII Encontro Anual da Compós, PUC-MG, Belo Horizonte, 2009.

_____. **Comunicação e mobilização política na internet**. Revista Extensão em Foco Nº 4, p. 97-105. Curitiba: Editora UFPR, 2009b.

_____. **Mobilizar é comunicar estruturas interpretativas: apontamentos para discussão e pesquisa sobre a comunicação dos atores coletivos**. Anais do XXI Encontro Anual da Compós. UFJF, Juiz de Fora, 2012.

RÊGO, Marília G. S. **Jornalismo independente na cobertura política: The Intercept Brasil e o processo do impeachment de Dilma Rousseff**. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

REPÓRTERES SEM FRONTEIRAS. **RSF repudia ataques contra os jornalistas do The Intercept Brasil**. Rio de Janeiro, 18 de junho de 2019. Disponível em: <https://rsf.org/pt/noticia/rsf-repudia-ataques-contra-os-jornalistas-do-intercept-brasil>. Acesso em: 10 jun. 2021.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tomo I. Campinas: Papyrus, 1994.

ROCHA, Heitor C.L. **A Notícia e as Referências de Objetividade e Intersubjetividade: ambiguidade e contradição na ideologia do profissionalismo jornalístico**. Âncora – Revista Latino-Americana de Jornalismo, V.2. Dezembro de 2021. ISSN 2359-375X.

_____; VIZEU, A. **Jornalismo construtivista: algumas considerações epistemológicas.** Revista FAMECOS (Online), v. 18, p. 746-764, Porto Alegre: PUCRS, 2011.

_____; ROCHA, Heitor; GRADIM, Anabela. **Autonomia do jornalista, ética e política editorial: as implicações do enquadramento da notícia.** Revista Estudos em Jornalismo e Mídia. V. 17, N.1. ISSN 1984-6924. Florianópolis: UFSC, 2020.

RODRIGUES, Fernando. **Conheça a história da compra de votos a favor da emenda da reeleição.** UOL Notícias, 16 de junho de 2014. Disponível em: <https://fernandorodrigues.blogosfera.uol.com.br/2014/06/16/conheca-a-historia-da-compra-de-votos-a-favor-da-emenda-da-reeleicao>. Acesso em: 16 abr. 2021.

SCHUDSON, Michael. **Porque é que as notícias são como são?** Revista Comunicação e Linguagens, v.8, 1988. p. 17-27.

_____. **Descobrimos a notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos.** Petrópolis: Vozes, 2010.

SILVA, Golbery C. **Geopolítica e poder.** Curitiba: Editora Univer Cidade, 2003.

SOLOSKI, John. **O jornalismo e o Profissionalismo: Alguns Constrangimentos no Trabalho Jornalístico.** In: TRAQUINA, N. (Org). **Jornalismo: Questões, teorias e “estórias”.** Florianópolis: Editora Insular: 2016.

SOUSA, Jorge Pedro. **Por que as notícias são como são? Construindo uma teoria da notícia.** Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação. 2002. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-construindo-teoria-da-noticia.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2021.

THE INTERCEPT BRASIL. **As mensagens secretas da Lava Jato.** Rio de Janeiro, 09 de junho de 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/series/mensagens-lava-jato>. Acesso em: 10 jun. 2021.

THE NEW YORK TIMES. **Muckraker: two meanings.** Nova York, 10 de abril de 1985. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1985/04/10/us/muckraker-2-meanings.html>. Acesso em: 04 jun. 2021

TODOROV, Tzvetan. **As estruturas narrativas.** São Paulo: Perspectiva, 2006.

TUCHMAN, Gaye. **A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas.** In: TRAQUINA, N. (Org). **Jornalismo: Questões, teorias e “estórias”.** Florianópolis: Editora Insular: 2016.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento. Movimentos sociais e confronto político.** In: PRUDÊNCIO, Kelly. **Mobilizar é comunicar estruturas interpretativas: apontamentos para discussão e pesquisa sobre a comunicação dos atores coletivos.** Anais do XXI Encontro Anual da Compós. UFJF, Juiz de Fora, 2012.

VILLA, Marco A. **O Mensalão.** Rio de Janeiro: Leya Brasil, 2012.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação de massa.** Lisboa: Editorial Presença, 1999.

APÊNDICE A – LINKS PARA AS REPORTAGENS DO CORPUS DA PESQUISA

Sobre o Marco Zero. Disponível em: <https://marcozero.org/sobre/>. Acesso em 16 jul. 2021.

Mais jornalismo do que nunca. Disponível em: <https://marcozero.org/editortial-marco-zero/>. Acesso em: 16 jul. de 2021.

#DesculpaJairMasEuVou: Extrema Direita dividida sobre atos de domingo no Recife. Disponível em: <https://marcozero.org/desculpajairmaseuvou-extrema-direita-dividida-sobre-atos-de-domingo-no-recife/>. Acesso em: 17 jul. 2021.

Marcha da insensatez: em meio à pandemia do coronavírus, bolsonaristas vão às ruas. Disponível em: <https://marcozero.org/marcha-da-insensatez-em-meio-a-pandemia-do-coronavirus-bolsonaristas-vao-as-ruas/>. Acesso em: 17 jul. 2021.

Cortes de R\$ 20 bilhões no SUS do pós-golpe põem em xeque controle do coronavírus no Brasil. Disponível em: <https://marcozero.org/cortes-de-r-20-bilhoes-no-sus-do-pos-golpe-poem-em-xeque-controle-do-coronavirus-no-brasil/>. Acesso em: 17 jul. 2021.

Turistas brasileiros em Lisboa não conseguem voltar para casa. Disponível em: <https://marcozero.org/turistas-brasileiros-em-lisboa-nao-conseguem-voltar-para-casa/>. Acesso em: 17 jul. 2021.

Setores cultural e de restaurantes temem colapso pelo coronavírus. Disponível em: <https://marcozero.org/setores-cultural-e-de-restaurantes-temem-colapso-pelo-coronavirus/>. Acesso em: 19 jul. 2021.

Trabalhadores informais já sentem no bolso os impactos da pandemia. Disponível em: <https://marcozero.org/trabalhadores-informais-ja-sentem-no-bolso-os-impactos-da-pandemia/>. Acesso em: 19 jul. 2021.

Coronavírus nas prisões: superlotação coloca em risco milhares de detentos em Pernambuco. Disponível em: <https://marcozero.org/coronavirus-nas-prisoas/>. Acesso em: 20 jul. 2021.

O esforço de filhos e netos para manter os idosos em casa. Disponível em: <https://marcozero.org/o-esforco-de-filhos-e-netos-para-manter-os-idosos-em-casa/>. Acesso em: 20 jul. 2021.

DÍALOGOS – O inferno são os outros. Disponível em: <https://marcozero.org/o-inferno-sao-outros/>. Acesso em: 10 ago. 2021.

Especialistas defendem vacinação de idosos, apesar da onda de desinformação. Disponível em: <https://marcozero.org/especialistas-defendem-vacinacao-de-idosos-apesar-da-onda-de-desinformacao/>. Acesso em: 22 jul. 2021.

Religiosos reinventam rituais para acolher fiéis durante a pandemia. Disponível em: <https://marcozero.org/religiosos-reinventam-rituais-para-dar-conforto-a-fieis/>. Acesso em: 22 jul. 2021.

Raul Santiago: ‘Na pandemia, descaso do governo impacta mais a favela’. Disponível em: <https://marcozero.org/raull-santiago-na-pandemia-descaso-do-governo-impacta-mais-a-favela/>. Acesso em: 22 jul. 2021.

Coletivos lançam campanhas de apoio a grupos e territórios mais ameaçados pela pandemia. Disponível em: <https://marcozero.org/coletivos-lancam-campanhas-de-apoio-a-grupos-e-territorios-mais-ameacados-pela-pandemia/>. Acesso em: 23 jul. 2021.

“Chega uma hora que a saída é ao modo do filme Bacurau, entende?”, adverte Ricardo Antunes. Disponível em: <https://marcozero.org/chega-uma-hora-que-a-saida-e-ao-modo-do->

filme-bacurau-entende-adverte-ricardo-antunes/. Acesso em: 23 jul. 2021.

Lucro acima da vida: por que você consumiria de quem acha OK milhares morrerem pelo coronavírus? Disponível em: <https://marcozero.org/lucro-acima-da-vida/>. Acesso em: 20 jul. 2021.

Chuvas intensas no sertão de Pernambuco deixam desabrigados expostos ao coronavírus. Disponível em: <https://marcozero.org/chuvas-intensas-no-sertao-de-pernambuco-deixam-desabrigados-expostos-ao-coronavirus/>. Acesso em: 24 jul. 2021.

Sem “carreatas da morte”, bolsonarismo recorre à explosão de fake news. Disponível em: <https://marcozero.org/sem-carreatas-da-morte-bolsonarismo-recorre-a-explosao-de-fake-news/>. Acesso em: 10 ago. 2021.

Denúncias trabalhistas crescem por causa do coronavírus. Disponível em: <https://marcozero.org/denuncias-ao-ministerio-publico-do-trabalho-crescem-por-causa-do-coronavirus/>. Acesso em: 24 jul. 2021.

Com poucos testes no Brasil, unidades sentinela podem ajudar no combate ao coronavírus. Disponível em: <https://marcozero.org/com-poucos-testes-no-brasil-unidades-sentinela-podem-ajudar-no-combate-ao-coronavirus/>. Acesso em: 25 jul. 2021.

Trabalhadoras domésticas reivindicam direito à quarentena e salário em meio à pandemia. Disponível em: <https://marcozero.org/trabalhadoras-domesticas-reivindicam-direito-de-quarentena-e-salario-em-meio-a-pandemia/>. Acesso em: 25 jul. 2021.

Lafepe começou a produzir álcool gel para rede pública de saúde. Disponível em: <https://marcozero.org/lafepe-comecou-a-produzir-alcool-gel-para-rede-publica-de-saude/>. Acesso em: 25 jul. 2021.

Falta água e presença do Estado: coronavírus aprofunda desigualdades estruturais nas periferias. Disponível em: <https://marcozero.org/falta-agua-e-presenca-do-estado-coronavirus-aprofunda-desigualdades-estruturais-nas-periferias/>. Acesso em: 27 jul. 2021.

Mortes de colegas elevam medo e angústia de técnicas de enfermagem que trabalham sem EPIs adequados. Disponível em: <https://marcozero.org/morte-de-colega-eleva-medo-e-angustia-de-tecnicas-de-enfermagem-que-trabalham-sem-epis-adequados/>. Acesso em: 27 jul. 2021.

Comunicação produzida nos territórios enfrenta rede de desinformação sobre o coronavírus. Disponível em: <https://marcozero.org/comunicacao-produzida-nos-territorios-enfrenta-rede-de-desinformacao-sobre-o-coronavirus/>. Acesso em: 08 ago. 2021.

Faltam leitos de UTI no interior de Pernambuco para responder à expansão do coronavírus. Disponível em: <https://marcozero.org/faltam-leitos-de-uti-no-interior-de-pernambuco-para-responder-a-expansao-do-coronavirus/>. Acesso em: 08 ago. 2021.

Sintomas de Covid-19 e falta de informações assustam famílias de detentos. Disponível em: <https://marcozero.org/sintomas-de-covid-19-e-falta-de-informacoes-assustam-familias-de-detentos/>. Acesso em: 20 jul. 2021.

DIÁLOGOS – Jair Messias Bolsonaro pretende ressuscitar. Disponível em: <https://marcozero.org/jair-messias-bolsonaro-pretende-ressuscitar/>. Acesso em: 22 ago. 2021.

Apps e sites conectam comércio de bairro aos clientes no meio da crise. Disponível em: <https://marcozero.org/apps-e-sites-conectam-comercio-de-bairro-aos-clientes-no-meio-da-crise/>. Acesso em: 08 ago. 2021.

Quilombolas temem impacto do coronavírus e sofrem com descaso. Disponível em: <https://marcozero.org/quilombolas-temem-impacto-do-coronavirus-e-sofrem-com-descaso/>. Acesso em: 08 ago. 2021.

PE e PB são os estados com maior percentual de pessoas que têm o vírus e não sabem.

Disponível em: <https://marcozero.org/pe-e-pb-sao-os-estados-com-maior-percentual-de-pessoas-que-tem-o-virus-e-nao-sabem/>. Acesso em: 10 ago. 2021.

O coronavírus pode ser uma ameaça às eleições municipais? Disponível em: <https://marcozero.org/o-coronavirus-pode-ser-uma-ameaca-as-eleicoes-municipais/>. Acesso em: 10 ago. 2021.

Recife tem menos da metade das unidades de referência para Covid-19 em funcionamento. Disponível em: <https://marcozero.org/recife-tem-menos-da-metade-das-unidades-de-referencia-para-covid-19-em-funcionamento/>. Acesso em: 10 ago. 2021.

DIÁLOGOS – Favela, Covid-19 e a potência dos pobres: resistindo entre a política da amizade e os laços de solidariedade. Disponível em: <https://marcozero.org/favela-covid-19-e-a-potencia-dos-pobres-resistindo-entre-a-politica-da-amizade-e-os-lacos-de-solidariedade/>. Acesso em: 22 ago. 2021.

Falta de assistência da Prefeitura de Olinda expõe moradores de rua ao coronavírus. Disponível em: <https://marcozero.org/falta-de-assistencia-da-prefeitura-de-olinda-expoe-moradores-de-rua-ao-coronavirus/>. Acesso em: 26 ago. 2021.

Mapa de vulnerabilidade produzido por coletivos pode ajudar a reduzir impacto do coronavírus em Paulista. Disponível em: <https://marcozero.org/mapa-de-vulnerabilidade-produzido-por-coletivos-pode-ajudar-a-reduzir-impacto-do-coronavirus-em-paulista/>. Acesso em: 26 ago. 2021.

Na linha de frente da prevenção ao coronavírus, equipes de saúde indígena temem ficar sem EPIs. Disponível em: <https://marcozero.org/na-linha-de-frente-da-prevencao-ao-coronavirus-equipes-de-saude-indigena-temem-ficar-sem-epis/>. Acesso em: 26 ago. 2021.

“Os brancos estão sentindo o que os índios sempre sentiram”. Disponível em: <https://marcozero.org/os-brancos-estao-sentindo-o-que-os-indios-sempre-sentiram/>. Acesso em: 26 ago. 2021.

DIÁLOGOS – Pandemia das sombras: como a quarentena intensifica a violência doméstica? Disponível em: <https://marcozero.org/pandemia-das-sombras-como-a-quarentena-intensifica-a-violencia-domestica/>. Acesso em: 22 ago. 2021.

Além dos respiradores e EPIs, também faltam profissionais para enfrentar a Covid-19. Disponível em: <https://marcozero.org/alem-dos-respiradores-e-epis-faltam-profissionais-para-enfrentar-a-covid-19/>. Acesso em: 27 ago. 2021.

Profissionais da saúde já falam em colapso da rede de atendimento às vítimas da Covid-19 em Pernambuco. Disponível em: <https://marcozero.org/profissionais-da-saude-ja-falam-em-colapso-da-rede-de-atendimento-as-vitimas-da-covid-19-em-pernambuco/>. Acesso em: 30 ago. 2021.

DIÁLOGOS – O risco de contágio pela COVID-19 e a eficácia das máscaras: com e sem fake news. Disponível em: <https://marcozero.org/mascaras-covid-19/>. Acesso em: 22 ago. 2021.

Campanha por fila única de UTI ganha adesão e pressiona Poder Público e hospitais privados. Disponível em: <https://marcozero.org/campanha-por-fila-unica-de-uti/>. Acesso em: 30 ago. 2021.

Filas na Caixa e desrespeito dos bancos deixam dezenas de bancários contaminados. Disponível em: <https://marcozero.org/filas-na-caixa-e-desrespeito-dos-bancos-deixam-dezenas-de-bancarios-contaminados/>. Acesso em: 08 set. 2021.

Sem quarentena obrigatória, 6 mil pernambucanos podem morrer até fim de junho. Disponível em: <https://marcozero.org/sem-quarentena-obrigatoria-6-mil-pernambucanos-podem-morrer-ate-fim-de-junho/>. Acesso em: 08 set. 2021.

Agreste pode virar epicentro da Covid-19 em Pernambuco. Disponível em: <https://marcozero.org/agreste-pode- virar-epicentro-da-covid-19-em-pernambuco/>. Acesso em:

08 set. 2021.

Médicos com patrocínio político e planos de saúde promovem uso da cloroquina.

Disponível em: <https://marcozero.org/medicos-com-patrocínio-político-e-planos-de-saude-promovem-uso-da-cloroquina/>. Acesso em: 08 set. 2021.

Aulas online aumentam desigualdade entre educação pública e particular.

Disponível em: <https://marcozero.org/ensino-online-alarga-desigualdades-na-educacao/>. Acesso em: 09 set. 2021.

Movimentos feministas enfrentam pandemia com ação política, comunicação e autocuidado.

Disponível em: <https://marcozero.org/movimentos-feministas-enfrentam-pandemia-com-acao-politica-comunicacao-e-autocuidado/>. Acesso em: 09 set. 2021.

“A relação da política com a periferia sempre foi marcada por vidas sacrificadas”, diz integrante do Coque (R)Existe. Disponível em: <https://marcozero.org/entrevista-com-cleiton-barros/>. Acesso em: 09 set. 2021.

Organizações denunciam rádio evangélica por desinformação sobre o coronavírus.

Disponível em: <https://marcozero.org/organizacoes-denunciam-radio-evangelica-por-desinformacao-sobre-coronavirus/>. Acesso em: 09 set. 2021.

Dificuldade de acessar auxílio emergencial expõe indígenas venezuelanos à Covid-19 e à fome no Recife. Disponível em: <https://marcozero.org/warao-pandemia/>. Acesso em: 10 set. 2021.

Em meio ao caos, a dignidade de Barruada comove e vira notícia.

Disponível em: <https://marcozero.org/em-meio-ao-caos-a-dignidade-de-barruada-comove-e-vira-noticia/>. Acesso em: 10 set. 2021.

Contágio por coronavírus avança entre indígenas e já soma seis mortes em Pernambuco.

Disponível em: <https://marcozero.org/coronavirus-indigenas-pe/>. Acesso em: 10 set. 2021.

Coronavírus revela problemas estruturais de São Lourenço da Mata, líder na taxa de mortalidade em PE.

Disponível em: <https://marcozero.org/coronavirus-revela-problemas-estruturais-de-sao-lourenco-da-mata/>. Acesso em: 01 ago. 2021.

Sob pressão e invisibilizados, assistentes sociais garantem direitos a famílias de pacientes com Covid-19.

Disponível em: <https://marcozero.org/sob-pressao-e-invisibilizados-assistentes-sociais-garantem-direitos-a-familias-de-pacientes-com-covid-19/>. Acesso em: 10 set. 2021.

Recuperados da Covid-19 contam histórias de dor e superação.

Disponível em: <https://marcozero.org/recuperados-da-covid-19-contam-historias-de-dor-e-superacao/>. Acesso em: 10 set. 2021.

Estudo mostra baixa imunidade à Covid-19 e necessidade de manter isolamento social.

Disponível em: <https://marcozero.org/estudo-mostra-baixa-imunidade-a-covid-19-e-necessidade-de-manter-isolamento-social/>. Acesso em: 10 set. 2021.

Maior operadora do Brasil, Hapvida entra no jogo político da hidroxicloroquina.

Disponível em: <https://marcozero.org/maior-operadora-do-brasil-hapvida-entra-no-jogo-politico-da-hidroxicloroquina/>. Acesso em: 11 set. 2021.

Pandemia muda rotina profissional e aumenta gastos de dentistas.

Disponível em: <https://marcozero.org/pandemia-muda-rotina-profissional-e-aumenta-gastos-de-dentistas/>. Acesso em: 11 set. 2021.

Especialistas alertam: ainda é cedo para reabrir economia em Pernambuco.

Disponível em: <https://marcozero.org/especialistas-alertam-ainda-e-cedo-para-reabrir-economia-em-pernambuco/>. Acesso em: 11 set. 2021.

“Poderemos chegar a mais de 160 mil mortos por Covid em dezembro”, diz estatístico

Gauss Cordeiro. Disponível em: <https://marcozero.org/poderemos-chegar-a-mais-de-160-mil-mortos-por-covid-em-dezembro-diz-estatistico-gauss-cordeiro/>. Acesso em: 11 set. 2021.

Geografia da Covid-19 no Recife mostra menos testes e mais mortes nas periferias. Disponível em: <https://marcozero.org/geografia-da-covid-19-no-recife-mostra-menos-testes-e-mais-mortes-nas-periferias/>. Acesso em: 11 set. 2021.

Indígenas têm suas próprias estratégias para combater coronavírus. Disponível em: <https://marcozero.org/indigenas-tem-suas-proprias-estrategias-para-combater-coronavirus/>. Acesso em: 11 set. 2021.

No meio de disputa entre municípios, quilombolas ficam sem médicos em plena pandemia. Disponível em: <https://marcozero.org/no-meio-de-disputa-entre-municipios-quilombolas-ficam-sem-medicos-em-plena-pandemia/>. Acesso em: 11 set. 2021.

Flexibilização do isolamento prolonga pandemia e data de pico fica mais distante. Disponível em: <https://marcozero.org/flexibilizacao-do-isolamento-prolonga-pandemia-e-data-de-pico-fica-mais-distante/>. Acesso em: 12 set. 2021.

Ceasa, a central de distribuição de coronavírus. Disponível em: <https://marcozero.org/ceasa-a-central-de-distribuicao-de-coronavirus/>. Acesso em: 12 set. 2021.

Transporte público do Grande Recife expõe rodoviários e usuários à Covid-19 e ignora novos modelos de proteção. Disponível em: <https://marcozero.org/transporte-publico-do-grande-recife-expoe-rodoviaros-e-usuarios-a-covid-19-e-ignora-novos-modelos-de-protecao/>. Acesso em: 12 set. 2021.

Chuvas trazem de volta a leptospirose, endemia que se junta à pandemia. Disponível em: <https://marcozero.org/chuvas-trazem-de-volta-a-leptospirose-endemia-que-se-junta-a-pandemia/>. Acesso em: 12 set. 2021.

Campanha “4G para estudar” supre falta de políticas públicas de acesso à internet. Disponível em: <https://marcozero.org/campanha-4g-para-estudar-ocupa-falta-de-politicas-publicas-de-acesso-a-internet/>. Acesso em: 12 set. 2021.

Auxílio para agricultura familiar ignora cisternas, mas beneficia mulheres. Disponível em: <https://marcozero.org/auxilio-para-agricultura-familiar-ignora-cisternas-mas-beneficia-mulheres/>. Acesso em: 12 set. 2021.

Com 664 infectados e seis mortos por Covid-19, presídios seguem rotina de desamparo em Pernambuco. Disponível em: <https://marcozero.org/com-664-infectados-e-seis-mortos-por-covid-19-presidios-seguem-rotina-de-desamparo-em-pernambuco/>. Acesso em: 20 jul. 2021.

Gravatá, a 81km: Se for, vá na paz. Disponível em: <https://marcozero.org/gravata-a-81km-se-for-na-paz/>. Acesso em: 12 set. 2021.

Histórias de vida e morte no hospital de campanha. Disponível em: <https://marcozero.org/historias-de-vida-e-morte-no-hospital-de-campanha/>. Acesso em: 13 set. 2021.

Tiroteios aumentam durante pandemia e mulheres continuam vulneráveis dentro de casa. Disponível em: <https://marcozero.org/tiroteios-aumentam-no-recife-e-mulheres-continuam-vulneraveis-dentro-de-suas-casas/>. Acesso em: 13 set. 2021.

Covid-19 se espalha pelo interior e preocupa o sertão de Pernambuco. Disponível em: <https://marcozero.org/covid-19-se-espalha-pelo-interior-e-preocupa-o-sertao-de-pernambuco/>. Acesso em: 14 set. 2021.

Epidemiologista alerta: “Recife nunca deixou zona vermelha de risco da Covid-19”. Disponível em: <https://marcozero.org/epidemiologista-alerta-recife-nunca-deixou-zona-vermelha-de-risco-da-covid-19/>. Acesso em: 14 set. 2021.

Incertezas e medo na preparação da volta às aulas na rede pública de Pernambuco.

Disponível em: <https://marcozero.org/incertezas-e-medo-na-preparacao-da-volta-as-aulas-na-rede-publica-de-pernambuco/>. Acesso em: 14 set. 2021.

Há quatro meses longe dos palcos, músicos fazem planos para retomar a vida. Disponível em: <https://marcozero.org/musicos-fazem-planos-para-retomar-a-vida/>. Acesso em: 14 set. 2021.

Sem o FIG e temendo pelo Carnaval, setor cultural cobra ações do Governo do Estado. Disponível em: <https://marcozero.org/sem-o-fig-e-temendo-pelo-carnaval-setor-cultural-cobra-acoes-do-governo-do-estado/>. Acesso em: 14 set 2021.

Enem da pandemia reforça apartheid da educação no Brasil. Disponível em: <https://marcozero.org/enem-da-pandemia-reforca-apartheid-da-educacao-no-brasil/>. Acesso em: 14 set. 2021.

Rodoviários e especialistas rebatem empresas de ônibus: sim, há risco de contágio no transporte coletivo. Disponível em: <https://marcozero.org/rodovitarios-e-especialistas-rebatem-empresas-de-onibus-sim-ha-risco-de-contagio-no-transporte-coletivo/>. Acesso em: 16 set. 2021.

Desgovernado, Brasil atinge a marca de 100 mil mortos por coronavírus. Disponível em: <https://marcozero.org/desgovernado-brasil-atinge-a-marca-de-100-mil-mortos-por-coronavirus/>. Acesso em: 20 jul. 2021.

Prefeituras distribuem merenda industrializada enquanto alimentos se perdem no campo. Disponível em: <https://marcozero.org/prefeituras-distribuem-merenda-industrializada-mas-alimentos-se-perdem-no-campo/>. Acesso em: 17 set. 2021.

Abaixe suas expectativas: o longo e tortuoso caminho para a vacinação contra o coronavírus. Disponível em: <https://marcozero.org/abaixe-suas-expectativas-o-longo-e-tortuoso-caminho-para-a-vacinacao-contra-o-coronavirus/>. Acesso em: 17 set. 2021.

Pandemia levou o MST para mais perto das cidades. Disponível em: <https://marcozero.org/pandemia-levou-o-mst-para-mais-perto-das-cidades/>. Acesso em: 17 set. 2021.

Bolsonaro veta apoio emergencial à agricultura familiar e organizações retomam articulação no Congresso. Disponível em: <https://marcozero.org/bolsonaro-veta-apoio-emergencial-a-agricultura-familiar-e-organizacoes-retomam-articulacao-no-congresso/>. Acesso em: 17 set. 2021.

Profissionais da linha de frente na mira do coronavírus. Disponível em: <https://marcozero.org/profissionais-da-linha-de-frente-na-mira-do-coronavirus/>. Acesso em: 25 set. 2021.

Como está a cabeça de quem enfrenta o coronavírus na linha de frente. Disponível em: <https://marcozero.org/como-esta-a-cabeca-de-quem-enfrenta-o-coronavirus-na-linha-de-frente/>. Acesso em: 25 set. 2021.

Terapia online cresce 1.600% em Pernambuco durante a pandemia. Disponível em: <https://marcozero.org/terapia-online-cresce-1-600-em-pernambuco-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 25 set. 2021.

Atentos aos sintomas, mas sem pânico: Síndrome Inflamatória em crianças é rara. Disponível em: <https://marcozero.org/atentos-aos-sintomas-mas-sem-panico-sindrome-inflamatoria-em-criancas-e-rara/>. Acesso em: 25 set. 2021.

Recife e Olinda só vão decidir Carnaval 2021 depois da eleição. Disponível em: <https://marcozero.org/recife-e-olinda-so-vao-decidir-carnaval-2021-depois-da-eleicao/>. Acesso em: 26 set. 2021.

Pressão das escolas privadas pela volta às aulas pode gerar efeito dominó na rede pública. Disponível em: <https://marcozero.org/pressao-das-escolas-privadas-pela-volta-as-aulas-pode-gerar-efeito-domino-na-rede-publica/>. Acesso em: 26 set. 2021.

Quando acabará a epidemia do coronavírus em Pernambuco? Disponível em: <https://marcozero.org/quando-acabara-a-epidemia-do-coronavirus-em-pernambuco/>. Acesso em: 01 out. 2021.

O que mudou para as eleições de 2020. Disponível em: <https://marcozero.org/o-que-mudou-para-as-eleicoes-de-2020/>. Acesso em: 01 out. 2021.

APÊNDICE B – ENTREVISTA COM O JORNALISTA INÁCIO FRANÇA

O jornalista Inácio França, fundador e editor do portal Marco Zero Conteúdo, concedeu esta entrevista a este pesquisador em 03 de setembro de 2021.

P – O que motivou a ideia da criação do portal Marco Zero Conteúdo? E quem o fundou?

O núcleo fundador do portal foi Sérgio Miguel Buarque, eu, Laércio Portela, Carol Monteiro, Inês Campelo e Luís Carlos Pinto. A ideia original é de Sérgio Miguel, que na época era editor executivo do Diário de Pernambuco. Lá dentro da redação ele viu o esgotamento do modelo de negócio do jornal e também do modelo de produção. O que é interessante, porque a maioria das pessoas se apega ao cargo, ao prestígio e ao salário. Mas ele vinha estudando outros modelos e formatos de fazer jornalismo. O parâmetro dele era a Agência Pública, fundada em 2010. Foi ele que juntou essas pessoas, e talvez isso mostre o que temos em comum. Ele usou parte do dinheiro da indenização que recebeu ao sair do Diário de Pernambuco para fazer o nosso primeiro leiaute, a marca, etc. E nos apresentou o projeto já formatado. Em paralelo, eu já vinha conversando com Laércio sobre a possibilidade de ter um portal com opinião e mais informação, que influenciasse no debate público. Era algo embrionário, mas quando Sérgio Miguel me procurou, eu coloquei Laércio no grupo. Nós tínhamos uma percepção de que, além desse esgotamento, havia uma crise de credibilidade de boa parte dos grandes jornais, inclusive nacionais, principalmente por conta do alinhamento político excessivo aos grupos contrários ao governo Dilma Rousseff. Na verdade, o noticiário da grande mídia estava alinhado desde antes com a direita e o neoliberalismo, e essa reserva de credibilidade junto ao público mais progressista estava se esgotando, esse pessoal estava procurando o que ler. Tinha o blog do Azenha e o blog do Nassif, que eram mais lidos naquela virada da primeira para a segunda década do século 21. Em termos locais, o blog Acerto de Contas teve uma sobrevida de uns dois ou três anos aqui no Estado, e influenciou o debate público, mas fazia menos jornalismo e emitia mais opinião. Nós queríamos contribuir para o debate público com mais informação.

P – Qual o perfil do profissional de jornalismo do Marco Zero?

R – Nós buscamos uma complementação das nossas competências. Os fundadores que estão no dia a dia têm traços parecidos. A gente busca pessoas que lidem com multimídia, que possam ir em uma manifestação, fazer vídeos e fotos, tenham um texto bom, capacidade de apuração. Só não pode ser bolsonarista. Tem que ter compromisso com os mais vulneráveis, com o direito do público, com os direitos humanos.

P – Qual faixa de público o Marco Zero prioriza, e por que?

R – Hoje é levemente mais feminina, 55% de mulheres, na faixa de 25 a 45 anos de idade. Mas não é decisão nossa buscar esse público. Ele é que não se vê em outros veículos. A gente busca um público nessa faixa ou um pouco mais velho, socialmente nas classes C e B, gente ligada à universidade de alguma forma, gente que tenha interesse pelo debate público com outro viés, profissionais liberais, autônomos, gente com formação superior. Não é que a gente priorize, mas é quem nos lê e se comunica com a gente.

P – Como funciona o portal hoje? Há parceiros e projetos em nível nacional e

internacional?

R – Hoje a gente está afunilando nosso recorte de cobertura jornalística, para cobrir mais violações de direitos humanos, socioambientais, urbanos e as iniciativas contra essas as violações. A gente percebeu que, para captar recursos junto a entidades não governamentais e fundos internacionais, tem que ter um recorte mais específico. Não fazemos muito jornalismo local, porque isso não facilita a busca por recursos. E como a gente está praticamente sozinho no jornalismo independente em Pernambuco – embora já existam algumas outras iniciativas – somos procurados por todo mundo, a toda hora, com alguma pauta para nós. Mas nem todas se encaixam. Estamos tentando fazer esse filtro de conteúdo.

P – Quem financia o Marco Zero? Que tipo de interferências esses financiadores exercem sobre o conteúdo e linha editorial do portal? Interfere na pretendida independência?

R – Desde 2017 o principal financiador da MZC é uma fundação anglo-suíça chamada OAK Foundation, que se dispõe a financiar projetos contra a iniquidade, a favor da igualdade e da justiça social. Curiosamente é ligada a uma grande empresa, a rede de lojas Duty Free dos aeroportos. Mas o dono, que criou a fundação, e já morreu, e os quatro filhos, são todos progressistas, e deram essa linha. Eles nunca nos pediram nada, apenas recomendaram que a gente faça cursos e investimentos, promova oficinas e participe de editais que nos proporcionem estabilidade financeira, porque eles vão sair, em 2025. Hoje eles financiam 67% do nosso orçamento, e no ano que vem, serão 50%. O restante vem de outros projetos. Assinantes representam algo em torno de 2%. Há uma margem de crescimento mas com dificuldade, porque não faz parte da tradição e da cultura dos brasileiros doar para o jornalismo. Você assina uma revista ou jornal para receber e casa, e tal. Ou para ter um acesso exclusivo a uma matéria do UOL, por exemplo, mas não doa. Deixamos claro para o nosso assinante que ele receberá a mesma coisa que os demais leitores, não têm direitos exclusivos. Estão apenas contribuindo para o jornalismo independente como um compromisso político. A partir do ano que vem, vai representar 50% porque vamos ter um grande projeto com o Google, que ultrapassa 500 mil reais. E teremos outros projetos com o Repórteres Sem Fronteiras, com a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo. Tivemos o Projeto Adalgisas que foi financiado por crowdfunding. Tivemos o Truco, que foi parceria com a Agência Pública. Temos um projeto com o É Nós, de SP, que promove a diversidade étnico-racial nas redações, e temos um repórter que é pago por eles até outubro e conta no nosso orçamento.

P – A seção “Diálogos” foi concebida imaginando abrir o portal à participação direta da sociedade?

R – Foi sim, para artigos. Ou melhor, para tudo que não é reportagem. São textos bem mais opinativos. Aos poucos estamos recebendo mais pessoas. Laércio está construindo uma iniciativa que vai estabelecer diálogo com algumas entidades, que terão espaço para que seus representantes, principalmente entidades locais.

P – Nas reportagens do Marco Zero é comum encontrar narrativas na primeira pessoa. Por quê?

R – A gente deixa o repórter totalmente à vontade. Se ele quiser escrever na primeira pessoa, tudo bem. Na verdade, até queríamos que escrevessem mais assim, mas quase todos eles passaram por grandes jornais, então não foram acostumados a fazer tanto isso. Quando fazem, escrevem textos belíssimos em primeira pessoa, mas sempre com

informação. Teve uma moça, Giovanna Carneiro, que tirou férias lá, e quis ir cobrir na rua um protesto da Mirtes, mãe do menino Miguel. Ela fez contatos antes e se envolveu muito com a cobertura. Ela já tinha feito uma cobertura para as redes sociais no aniversário de um ano da morte, a passeata, desde a concentração até o momento em que chegou em frente ao prédio. Quando ela chegou em casa para fazer a matéria eu disse a ela que escrevesse em primeira pessoa o que ela tinha vivido. E ela fez um texto belíssimo, em primeira pessoa, mas com informação.

P – Fale um pouco sobre a hierarquia interna do coletivo e sobre seu caráter editorial horizontalizado.

R – Estamos ainda tentando ajustar isso, porque no ano passado tivemos momentos difíceis, com todo mundo querendo fazer tudo, se sentindo culpado por não estar participando de tal ou qual projeto específico. Nas reuniões de pauta estavam todos os fundadores, todos os repórteres, e dois ou três chefes diziam coisas diferentes, e o repórter ficava confuso. Este ano decidimos dividir tarefas, mas sem verticalizar as decisões mais importantes. Carol Monteiro é a atual presidente da Marco Zero. Sérgio Miguel Buarque cuida das estratégias de captação de recursos e da gestão, assim como do diálogo com as entidades financiadoras. Laércio Portela fica com a parte de relações institucionais, porque somos uma ONG que, embora atue como veículo de comunicação, tem uma constituição de fundação, e precisamos dialogar com atores sociais locais e nacionais, entidades civis, etc. Inês Campelo cuida das redes sociais, que faz a distribuição e circulação dos links no Instagram, Facebook e Twitter. Eu sou o editor do portal e produzo conteúdos para as redes.

P – Algumas reportagens do portal terminaram pautando a grande imprensa. Mas, por vezes, o Marco Zero é pautado pelas comunidades. Isso horizontaliza a relação entre o veículo e o público?

R – Há uma horizontalidade interna, que é até mal resolvida para quem não está acostumado. Você precisa cobrar o repórter para não atrasar as matérias. Mas com a sociedade, no início a gente procurava. Por exemplo, ficamos sabendo, em 2018, que o MTST estava preparando uma ocupação mais espetacular. Era a ocupação Marielle Franco, ali na Praça do Diário. Conversamos com eles e fomos juntos. Concomitantemente, para não ser apenas um acompanhamento de ocupação, recebemos um levantamento feito por um cientista de dados, que fez uma raspagem nos dados oficiais da Prefeitura do Recife e identificou os prédios do centro com dívidas de IPTU, o valor de cada dívida, ali na RPA-1. E a gente juntou as duas coisas. Apresentamos as pessoas e o pessoal do MTST passou a usar esses números nas publicações deles para justificá-las. Esse foi um exemplo de algo que chegou para nós e, mais que a cobertura, a gente contribuiu com os movimentos, com o cientista de dados, e fizemos uma reportagem que jornais como o JC e o DP não fariam. Se você acompanhar as coberturas desses jornais, vai notar que os movimentos são apontados como bandidos. Se você comparar a nossa cobertura desse fato no dia, que começamos junto com eles, e a dos jornais, vai ver a diferença de abordagem.

P – Como acontece o processo jornalístico, desde a discussão de pautas ao direcionamento das reportagens, escolha de enquadramentos e seleção de elementos jornalísticos na edição, como títulos, legendas, fotos, infográficos, etc.?

R – Também é um trabalho horizontal. Discutimos as pautas, conversamos com os repórteres, eles sugerem abordagens, infográficos, fotos, títulos, etc. O repórter tem uma autonomia relativa. Mas tem coisas, por exemplo, o repórter consegue uma informação de uma ocupação, recebe um texto do movimento e quer publicar. Aí eu olho, e digo:

publicar assim não, desse jeito é panfleto. Precisa apurar mais.

P – Existe o jornalismo ativista, que ignora alguns critérios profissionais e considera mais as questões ideológicas, e existe o “jornativismo”, que é pautado pela opinião e análise, mas se baseia nas regras profissionais e técnicas do jornalismo. O Marco Zero adota essas regras?

R – O tempo todo. Por exemplo, houve uma matéria que envolveu o governo do Estado, uma pesquisa de Harvard. Quando pegamos, dois atores locais disseram que o governo estava colando dados, e tal. A repórter queria fazer matéria. Mas dissemos, um deles estava com uma postura claramente crítica desde o início. Precisa conversar com a autora do estudo, em Harvard. Se não, não tem matéria. E ela conseguiu conversar com a autora, que disse que não era bem assim. Eu não estou dizendo isso que o governo está dizendo. Inclusive, para usar a palavra “distorce” no título, eu pedi para a repórter consultar a autora. E ela disse não fui eu quem disse isso, mas faz sentido.

P – Uma das justificativas para o jornalismo independente é agir não só para informar, mas para transformar a sociedade. De que forma ele mobiliza e aponta caminhos? Como salva vidas?

R – Tem gente que faz jornalismo e se apega ao cargo, ao prestígio e ao salário. Mas a maioria é movida por essa ideia de informar não para transformar – algo que eu acho exagerado – mas para contribuir com a transformação social. Nós queríamos colaborar com o debate público, oferecendo mais informação e opinião.

P – Quando falamos em jornalismo independente, estamos presumindo que todos os veículos dessa linha lutam em um mesmo front, com os mesmos objetivos de construção social e democracia. Mas há sites independentes de direita e até alguns ligados ao governo Bolsonaro. Como você vê essa generalização do termo “independente”, e que perigos ela pode causar?

R – Essa palavra é fundamental de se definir o uso dela. Recentemente, o Jornal do Commercio estava usando a palavra para dizer que fazia jornalismo independente. Ora, independente do que? Ou de quem? Você tem independência para escrever sobre determinado assunto? Você tem independência do seu editor para ir atrás de determinada pauta? São várias relações de independência. Você tem independência em relação aos donos do dinheiro? Às grandes corporações multinacionais? Às big techs? Tem sites que se dizem independentes e nem fazem jornalismo. Na verdade, a direita criou muitos deles, que parecem jornalismo, mas têm apenas a ‘casca’. Agora, há outros que estão mais ao centro e, mesmo que ainda usem alguma retórica do jornalismo *mainstream*, como a objetividade e a imparcialidade, funcionam. E tem aqueles veículos mais identitários, de gênero, raça, etc. Mas são nuances com as quais dá para conviver tranquilamente. A gente até busca financiamento juntos, e tal. Tem uns que são mais identitárias, como o Almapreta, e tal.

P – Como a equipe do Marco Zero avalia a questão da imparcialidade jornalística?

R – É uma lenda, mas é também um recurso ideológico, que mascara. Quando você diz que é imparcial. Você pode dizer que, em vários momentos ao longo de um ano, a Globo foi imparcial. Mas em outros, não. Essa imparcialidade é uma lenda. Todo mundo tem um compromisso, nem que seja consigo mesmo. A ocupação que citei, que seria coberta por outros veículos, mas não com a MZC, lá de dentro e com aquele viés. O enquadramento não é determinado pela imparcialidade. É quando você define o que é pauta ou não. Por exemplo, esta semana recebi a petição da ex-superintendente da PF que está processando o coronel Meira. Vi que estava publicado por Ricardo Antunes e

Jamildo algumas horas antes. Ponderei muito, mas decidi publicar, porque seria mais um veículo a expor que o coronel, aliado de Roberto Jefferson, estava sendo processado. Nem todos que leem a MZC leem Jamildo ou Ricardo Antunes. E demos com um texto diferente, não apenas que ela estava processando o coronel, mas que esse cara tinha 12 irmãos, que o coronel Meira foi exonerado por ser indigno da profissão. Enfim, contextualizando quem era esse personagem.

P – A imparcialidade traz embutida uma regra do jornalismo clássico: ouvir todos os lados. Há essa preocupação no Marco Zero? E há dificuldades em ouvir o lado institucional, como o poder público ou os empresários?

R – É preciso priorizar o lado que não é tão ouvido. Isso para nós é claro. Procuramos todos os envolvidos e às vezes isso até rende outras matérias. Também ajuda a perceber se aquela pauta está forçada, se vale ou não a matéria. Mas tem sempre um lado que não é ouvido na sociedade, que não tem o espaço que o governador tem, que o dono do supermercado ou o dono do shopping têm. Então, o direcionamento da pauta parte muito desse olhar para o lado que não é ouvido. Mas procuramos o outro lado sim, e às vezes, quando fazemos isso, as pautas terminam caindo ou surgem outras histórias. Por exemplo, quando se ouve o outro lado e vêm informações contraditórias, sempre é preciso aprofundar mais, investigar mais.

P – A pandemia, no início, era um tema novo, inédito e absolutamente disruptivo. Pegou toda a mídia de surpresa, tanto a tradicional como a independente. Como foi essa recepção no coletivo e que estratégias iniciais vocês traçaram para tratar o assunto?

R – Aquilo foi impactante não só para o jornalismo, mas para todo mundo, todos muito tensos e com medo. Quando a cobertura da mídia ficou muito igual, decidimos buscar informações sobre como a pandemia e o isolamento social estavam acontecendo nas comunidades, entre os miseráveis, nas favelas, nos altos. Uma tentativa de encontrar um viés pelo olhar das pessoas que precisavam ser mais ouvidas. Ao mesmo tempo, o governo Bolsonaro acabou gerando outro foco em abril e maio de 2020, quando toda a cobertura mudou, e não só a nossa, para confrontar o discurso do negacionismo, do tratamento precoce com cloroquina, etc.

P – Naquele começo de cobertura, em março de 2020, já era possível se diferenciar da mídia tradicional, ou as pautas eram comuns a todos? Quando começou a diferenciação das pautas no Marco Zero?

R – No começo estava muito igual. Mas aí chegou, por exemplo, uma denúncia contra a Hapvida. E nós sabíamos que os jornais não iriam citar a Hapvida, que é forte junto aos meios de comunicação tradicionais. Eles falaram “uma empresa de planos de saúde”, enquanto nós citamos nominalmente a Hapvida. Enfim, isso começou a diferenciar as coberturas. Por exemplo, eu fui convidado pelo museu Emílio Goeldi para acompanhar um debate online com lideranças indígenas, sanitaristas e antropólogos sobre como estava a situação na Amazônia. E uma liderança Ianomâmi disse que estavam usando os aparelhos de radiotransmissores das aldeias para se comunicar e ver se tinham casos suspeitos, para orientar, porque ninguém estava dando informação nenhuma e já tinha havido uma morte entre os Ianomâmis. E eu contei a história dessa morte, da falta de informação e da importância das transmissões de rádio. Assim começou a diferenciar. Mas tenho muitos elogios a fazer, em linhas gerais, à mídia nacional. Quando os veículos se viram estupefatos diante dos posicionamentos bolsonaristas e decidiram ir pelo caminho não do alinhamento político com o governo, mas por critérios científicos e do cuidado com a vida, a mídia tradicional recuperou muito da sua razão de ser no

Brasil. A FSP, a Globo, etc. Encontraram essa linha. A questão da formação do Consórcio de Imprensa, para divulgar os números de forma correta, sem aceitar ser refém do MS que escondia números. A GM se comportou muito bem. E em alguns momentos, em relação à MZC e a mídia independente, a gente tinha que correr atrás, ocupar nichos específicos. Porque de forma geral, a mídia nacional trouxe vozes que não eram conhecidas, como Isaac Schrarstzhaupt, Nathalia Pasternak, Átila Iamarino. Esses caras estavam nas redes sociais e tiveram espaços muito justos na GM. Então, a gente ficou na cobertura local, nos casos do Sertão, por exemplo. De forma geral, os portais que tem compromisso com o jornalismo se comportaram bem. Claro que quando falamos de outros jornalismo, como a Rede TV e a Record, não tiveram. Mas dava para perceber que a redação deles estava ali, brigando para noticiar mais.

P – No começo da pandemia, o Marco Zero publicou um editorial no qual se comprometia a trazer opiniões de especialistas, mas também retratar “redes de solidariedade”, personagens que viviam dramas pessoais e problemas das comunidades impactadas pela pandemia, bem como a busca por soluções. Qual o peso dado a esses enquadramentos na seleção de pautas, no processo de produção, redação e edição das matérias?

R – Nem tinha que ter matéria todo dia, nada precisa estar todo dia na mídia, e também não era o rabo do cavalo. Era preciso ter para oferecer serviços e mostrar as dores dessas pessoas. Na nossa vida, no jornalismo, a gente começa a perceber que as pessoas queriam ajudar, saber como doar, e tal. Gente nas ruas. Aí denunciávamos a fome, por exemplo, mas também oferecemos serviços. Com o passar do tempo, o Marco Zero se diferenciou da grande mídia local pela contestação ao discurso oficial. Começamos a perceber que havia um quê de negacionismo no discurso do Governo do Estado e das prefeituras. Então, no final do primeiro ano de pandemia, percebemos que isso era resultado da pressão de grupos políticos e do mercado. Como o portal não é sensível à essa pressão, assim como à dos realizadores de eventos, dos donos de empresas de ônibus, etc., passamos a questionar essa posição oficial, não questionada pela grande mídia.

P – Há muitas matérias analíticas e opinativas no portal. Como são embasadas essas opiniões e análises?

R – Quando a gente recebe artigos com a opinião de terceiros, a gente dá uma lida. Pode ser de quem for. A ideia é tentar fugir do panfletário, da retórica partidária, política. Tem que trazer uma fundamentação em algum dado. Não apenas uma opinião por observação. O nosso podcast, por exemplo, tem opinião nossa, mas sempre fundamentada, em cima de temas, enquadramentos, pesquisas. Não de achismos. Um dos mais ouvidos, logo após as eleições para prefeito em 2018, foi sobre o discurso antipetista do PSB, de João Campos. Mas o outro lado, de Marília Arraes, não fez um discurso construtivo. Baixou o nível do debate, baixou o nível, trouxe a família para o debate. Não foi um discurso de esquerda. Isso, partindo do real, das informações que dispúnhamos.

P – Também se percebe nas narrativas muitas adjetivações, inclusive pejorativas. Exemplifico com algumas encontradas na cobertura: “desastre total” do governo na condução da pandemia; “Empresários inescrupulosos” priorizando o lucro à vida; e outros termos que não costumamos ler na imprensa tradicional. O Marco Zero também incorporou expressões como “golpe de estado de 2016”, em referência ao impeachment de Dilma Rousseff. O uso desses adjetivos e classificações reflete posicionamentos ideológicos do coletivo ou são estratégias

para gerar identidade com o leitor, com o que ele pensa e comenta no cotidiano?

R – Adjetivação é sempre uma briga. Mas reflete, sim, o pensamento ideológico da equipe, o nosso pensamento. A gente não caça cliques. Mas esse “empresário inescrupuloso” se foi a repórter que escreveu, eu deveria ter cortado. Agora, se foi na fala de alguém, pode ser publicado. Se for um artigo, mesmo meu, aí pode. Mas embasado em dados. Quando uso, por exemplo, “cães salivantes”, estou criando uma figura de linguagem. A gente usa muita ironia, muita metáfora. Nos meus textos e nos de Carol, principalmente.

P – Em algumas matérias também é perceptível uma simpatia por certas fontes, personagens e organizações do campo progressista e da esquerda, ao passo que figuras as do lado oposto, principalmente ligadas ao governo Bolsonaro, são quase sempre alvo de críticas e adjetivações negativas. Novamente entra em campo a questão ideológica, ou esses posicionamentos decorrem do comportamento das próprias personagens e organizações?

R – Depende do momento, sempre. Você não vai encontrar nas matérias do Marco Zero, por exemplo, nenhum elogio a Bolsonaro, porque não há nenhuma identidade. Mas analisamos pontualmente cada pauta. Por exemplo, quando o governo federal anunciou a terceira dose, o governo do Estado disse que também queria a terceira dose para profissionais de saúde, e tinha justificativa para isso. Mas não estava no título que a repórter sugeriu. E não foi destacado por nenhum dos veículos daqui. E eu achei importante o posicionamento proativo do governo do Estado, que queria preservar a linha de frente da saúde. Algo muito importante, e levamos para o título. Analisamos cada caso. André Longo não é inimigo, nem Paulo Câmara. O governo do Estado não é inimigo. Agora, se o direito do público, o direito humano, o direito à informação, está em risco, aí todos eles vão levar pancada, como levaram no caso do uso distorcido da pesquisa de Harvard. Ou naquele caso da PM.

P – Em relação à questão profissional, o trabalho no Marco Zero o deixa mais realizado que nas suas passagens por grandes redações, como O Globo, Diário de Pernambuco, etc? Mesmo que a remuneração não seja muito competitiva com o mercado?

R – A remuneração nossa não é compatível com o mercado. Mas veja, aos 26 anos de idade, eu estava no jornal O Globo. Para mim aquilo era o máximo da realização profissional. Agora, aos 52 anos, eu não estaria realizado em O Globo, mas estou realizado na MZC. É o tipo de jornalismo que eu quero fazer. Eu tive um chefe de redação da sucursal de O Globo em SP, Joel, que está aposentado. E hoje ele colabora conosco, manda matérias de SP. E disse que nunca sentiu tanto prazer em publicar em um veículo com na MZC. E esse cara foi chefe de reportagem de O Globo, do Estado de S. Paulo. A realização de estar na MZC, além de ser por trabalhar com mais independência e também por estar colaborando na construção de algo, de uma instituição que talvez dure.

P – Há futuro no jornalismo da grande mídia corporativa, ou o futuro está no jornalismo independente?

R – Há futuro nos dois. Não digo que no âmbito local. Mas não acho que grandes jornais como FSP, Estadão e O Globo vão acabar nem tão cedo. Vão ficar cada vez mais digitais. Ferramentas tecnológicas custam dinheiro, e eles são capazes de mobilizar mais dinheiro que o jornalismo independente, porque mobilizam mais opinião e mais peso político. Mas cada vez mais a mídia independente vai se comunicar com nichos de

opinião, grupos sociais, que vão gerar mais impacto. O jornalismo digital independente tende a se comunicar com grupos específicos e localizados. O alcance é mais limitado, por isso é preciso gerar mais impacto. Os grandes veículos vão continuar operando, até porque estão se adaptando à questão perda das verbas publicitárias de concentração nas big techs. Estão encontrando alguns caminhos para seguir e, aparentemente, eles pararam de cair. Agora, quanto ao jornalismo impresso, esse não acho que vai sobreviver, vai desaparecer a médio prazo.

P – Com relação à convivência entre os dois modelos, há uma tendência de a competitividade ficar mais equilibrada? É possível perceber que alguns episódios retratados por veículos independentes se transformaram em “furos de reportagem” e pautaram a grande mídia, como o caso da Vaza Jato.

R – A vaza jato é um caso paradigmático, que aconteceu antes do tempo. Eu imaginava que mais dia, menos dia, o jornalismo independente iria fazer uma grande sequência de reportagens que pautaria o debate público. O problema é que, nesse caso, o mainstream até que era contra a Operação Lava Jato, mas não apurou direito. Aí, quando vê que o conteúdo vale a reportagem, que tem informação incontestável, o repórter da grande imprensa percebe que passou batido. E mais, as informações publicadas pelo The Intercept Brasil desconstruíam o enquadramento que eles estavam pensando sobre a Lava Jato. As denúncias do The Intercept Brasil sobre a Vaza Jato aceleraram o processo do jornalismo independente nativo digital no Brasil. Também teve o caso da Agência Pública, que denunciou o dono das Casas Bahia, Samuel Klein. Eu digo sempre que no Marco Zero nós estamos juntando pedrinhas para fazer um monte, e um dia vai cair em nossas mãos algo muito bom. Talvez até já tenha caído e não percebemos, mas acho que ainda não. Só precisamos estar no processo. Se não estivermos, não vai rolar.